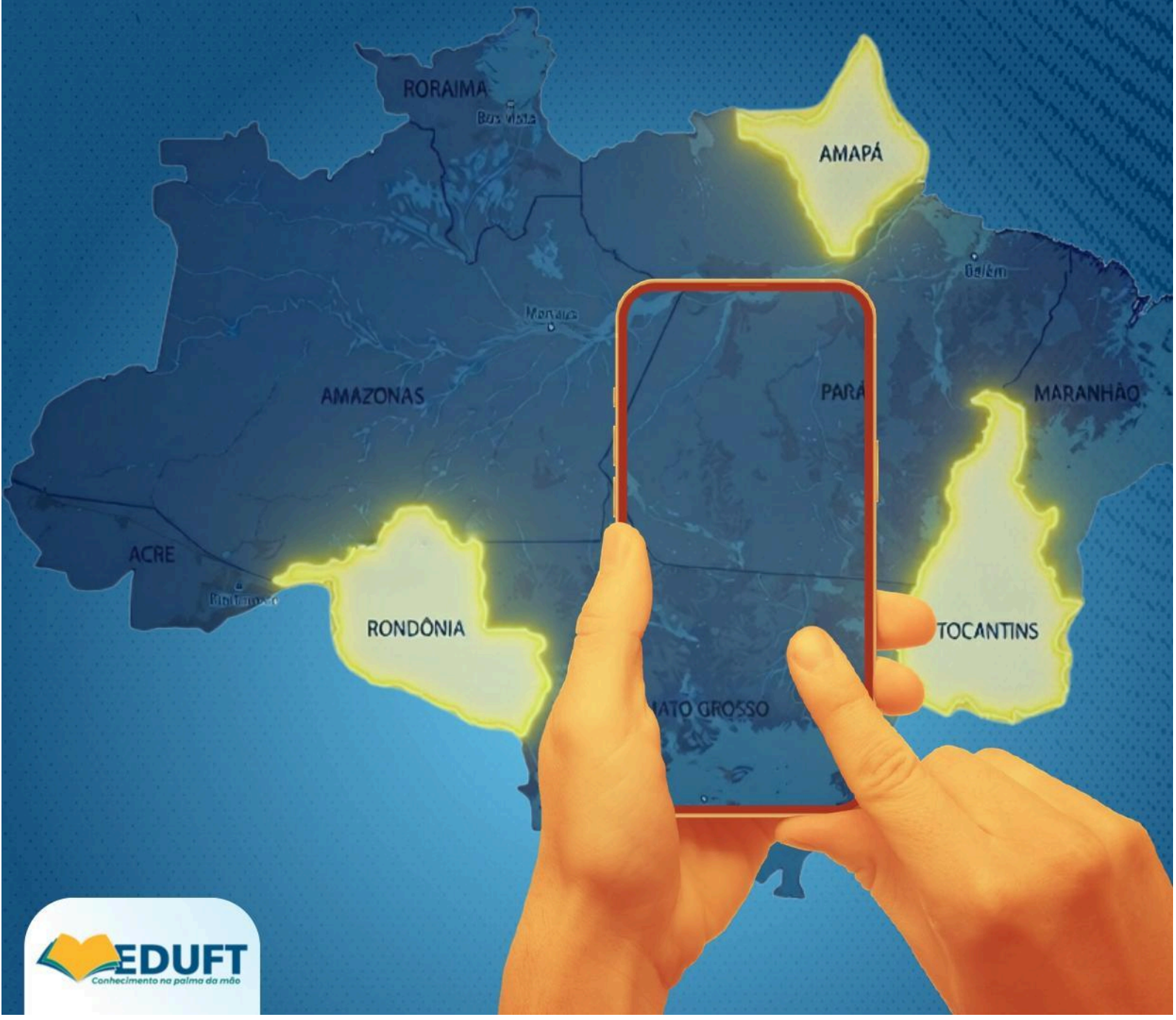
Liana Vidigal Rocha Alan Milhomem da Silva Valmir Teixeira de Araújo

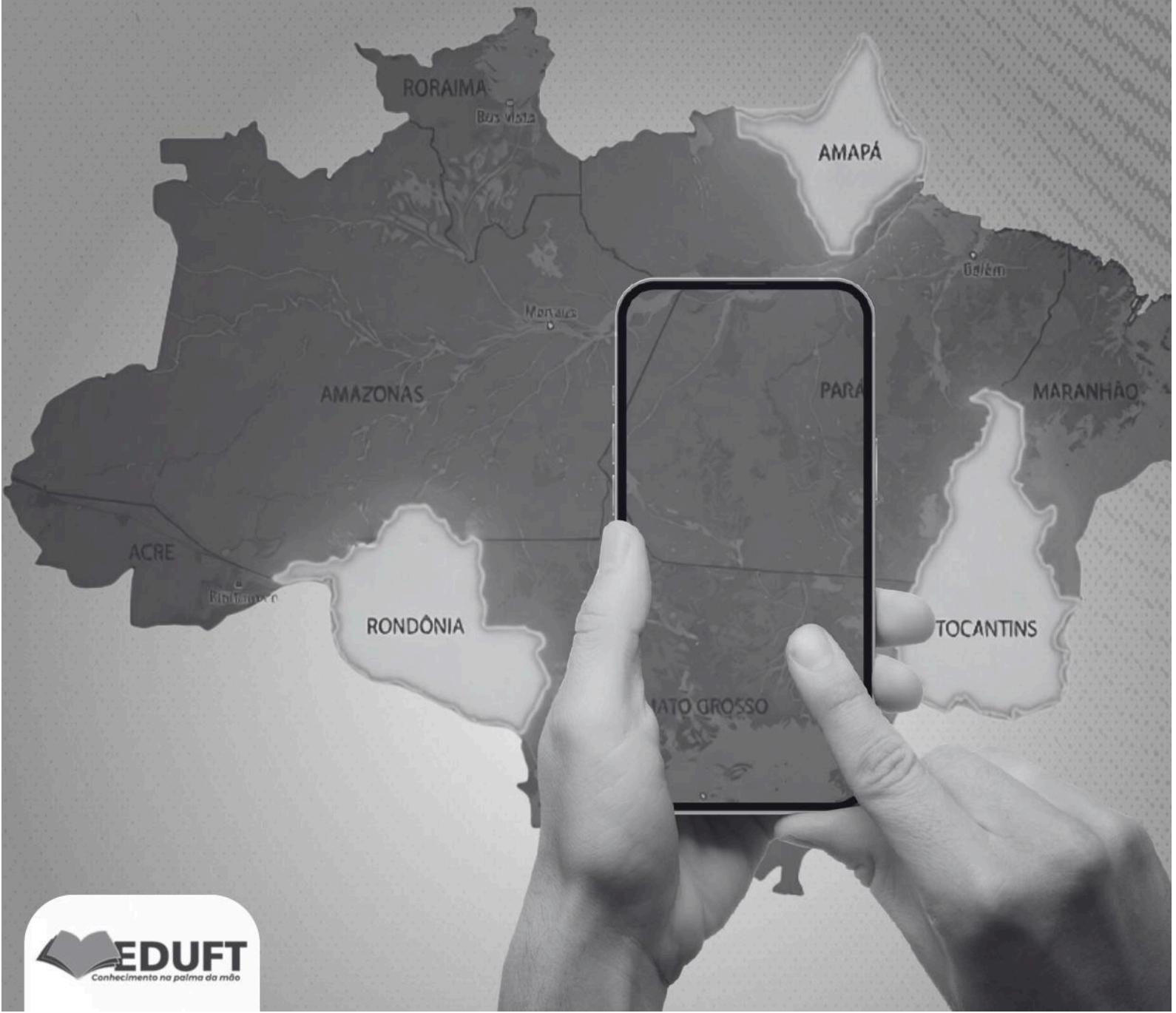
Narrativas MIDIÁTICAS regionais no contexto da AMAZÔNIA



EDUFT
Conhecimento na palma da mão

Liana Vidigal Rocha Alan Milhomem da Silva Valmir Teixeira de Araújo

Narrativas MIDIÁTICAS regionais no contexto da AMAZÔNIA



EDUFT
Conhecimento na palma da mão

LIANA VIDIGAL ROCHA
ALAN MILHOMEM DA SILVA
VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO.
(Org.)

Narrativas Midiáticas Regionais no Contexto da Amazônia

VOLUME ÚNICO

LIANA VIDIGAL ROCHA
ALAN MILHOMEM DA SILVA
VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO.
(Org.)

Narrativas Midiáticas Regionais no Contexto da Amazônia

1ª Edição
Volume único
PALMAS
2026

Universidade Federal do Tocantins
Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

Reitora
Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

Vice-reitora
Marcelo Leineker Costa

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)
Carlos Alberto Moreira de Araújo

Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (PROAP)
Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)
Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)
Bruno Barreto Amorim Campos

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)
Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)
Marcos Vinicius Giongo Alves

Pró-Reitor de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)
Olívia Tozzi Bittencourt

Conselho Editorial
Presidente
Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde
Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes
Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas
Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar
Wilson Rogério dos Santos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

ABEC BRASIL
http://www.abecbrasil.org.br

ABEU Associação Brasileira das Editoras Universitárias
http://www.abeu.org.br

Ficha Técnica

Capa: José Uende Souza da Costa

Revisão Linguística: Marina Parreira Barros Bitar

Revisão Técnica: Edna de Mello Silva

Diagramação: Yago Modesto Alves

DOI: 10.20873//_eduft_2026_55

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Narrativas midiáticas regionais no contexto da Amazônia [livro eletrônico] : volume único / organização Liana Vidigal Rocha, Alan Milhomem da Silva, Valmir Teixeira de Araújo. -- 1. ed. -- Palmas, TO : Universidade Federal do Tocantins - Sistema de Bibliotecas, 2026.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-6270-002-2

1. Amazônia 2. Literatura - Miscelânea 3. Narrativas escritas I. Rocha, Liana Vidigal. II. Silva, Alan Milhomem da. III. Araújo, Valmir Teixeira de.

26-409800.0 CDD-808.036

Índices para catálogo sistemático:

1. Narrativas : Literatura 808.036

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Prefácio

> “Falar da Amazônia, em qualquer dos aspectos – fisiográfico, social, intelectual – é aventurar-se alguém a enfrentar senão o infinito, pelo menos o indefinido”
>
> Djalma Batista

Este livro é mais um “capítulo” sobre a Amazônia, entre os tantos já escritos sobre seus extraordinários aspectos.

Os leitores interessados nesta obra conhecem o fascínio que a “Amazônia” desperta no Brasil e no exterior. O “pulmão do mundo”, a “maior biodiversidade do planeta”, os “povos originários” e a “biologia e a geografia da terra” são exemplos de representações e construções sociais sobre esse lugar, que povoam o imaginário e as narrativas populares. Mas a Amazônia, além de reunir todas essas características, vai muito além dessas concepções.

Como afirma o antropólogo José Maria da Silva, a Amazônia entendida unicamente como espaço territorial não existe para os diversos povos que integram sua população, “sejam indígenas, ribeirinhos, camponeses, quilombolas, migrantes, trabalhadores urbanos, ou populações que vivem ou circulam nas regiões de fronteira. A Amazônia só existe em contexto, nas particularidades, nas histórias, nos acontecimentos, nos relatos que nela ocorrem” (Silva, 2016, p. 7).

Logo, para além do todo, a Amazônia é constituída por cada uma de suas particularidades e por seus contextos, como um corpo humano que é casa e que age por meio de suas mais de trinta trilhões de células.

A publicação deste livro busca mostrar algumas dessas infinitas distinções, ou “células” amazônidas. A obra destaca cenários do Amapá, do Tocantins e de Rondônia, que revelam disparidades e especificidades da região. A obra reúne autores heterogêneos que ampliam as possibilidades de percepções sobre a realidade social, econômica e midiática destas

regiões da Amazônia. Estes estudos nos fazem transcender às interpretações sobre a região pautadas unicamente no imaginário popular e da grande mídia.

Em “Narrativas Midiáticas regionais no contexto da Amazônia”, são apresentados ao leitor nove artigos com objetos de pesquisa variados. Embora tenham focos distintos, os textos compartilham alguns pontos centrais para a reflexão: abordam o ecossistema midiático das regiões, investigam dinâmicas de produção editorial e apresentam transformações da mídia em ambientes impressos e digitais. Também discutem os desafios da prática jornalística nesses contextos do Norte do país, marcados pela escassez de recursos, pela incorporação de novas tecnologias e pelas rotinas produtivas das redações. Além disso, refletem sobre a integridade da notícia e, sob uma perspectiva ética, analisam a busca desenfreada por clicks e pelo sensacionalismo em um mundo que disputa a atenção de leitores, espectadores, ouvintes e seguidores.

No primeiro artigo do livro, “Comunicação baseada em dados: estratégias de produção e disseminação de informações ambientais do OMARA”, os pesquisadores Alan Milhomem da Silva e Eduardo Silva de Lima analisam a relação entre comunicação e meio ambiente a partir da atuação do Observatório Popular do Mar (OMARA). Investigam como o observatório utiliza dados ambientais para produzir e comunicar informações de interesse público sobre a Foz do Rio Amazonas, no contexto do estado do Amapá. O estudo identifica dimensões da comunicação baseada em dados e mostra como essas informações podem contribuir para esclarecer fenômenos ambientais, dar-lhes visibilidade e evidenciar seus efeitos sobre as comunidades.

O jornalismo ambiental e a visibilidade temática estabelecem a conexão com o segundo capítulo do livro, “Amazônia em chamas: Uma análise da cobertura do Jornal Nacional das queimadas no norte do Brasil”, dos pesquisadores Maria Clara Prudêncio de Araújo e Alan Milhomem da Silva. O artigo analisa como o Jornal Nacional, da Rede Globo, cobriu as

queimadas na Amazônia durante outubro de 2023, período marcado por uma grave crise ambiental. A pesquisa examina edições do telejornal para verificar o teor, o tom, o direcionamento e a amplitude das pautas divulgadas. Com isso, promove uma reflexão sobre a visibilidade pública — e também a invisibilidade — e sobre os processos de seleção jornalística.

Território e (in)visibilidade são os eixos que conectam ao terceiro artigo do livro: "Entre o território e o algoritmo: Plataformização e desafios do jornalismo local no Amapá", de autoria dos pesquisadores Danilo Borges e Silva de Araújo, Ellen Fernanda Pinon, Iarley da Silva Aquino, Raila Vitoria Guedes de Souza, Eudenise Lobato de Lima e Raissa Cruz da Silva. Em formato de ensaio teórico, o artigo analisa como os processos de plataformização reconfiguram o jornalismo local no Amapá, em meio às desigualdades infraestruturais e socioeconômicas históricas da região amazônica. Os autores argumentam que o estado vivencia condições de periferização e resistência diante dos centros globais de poder corporativo e dos grandes conglomerados midiáticos.

"Economia da atenção no jornalismo digital: Um estudo comparativo de portais tocantinenses", de Fernanda Alves de Mendonça e Ana Luiza da Silva Dias, é o quarto capítulo. O estudo examina como os portais G1 Tocantins, Gazeta do Cerrado e Sou de Palmas constroem os títulos de suas notícias para captar a atenção dos leitores em um contexto de aceleração e superabundância informacional. As autoras criam a categoria e o conceito de Índice de Intensidade da Atenção (IAA) para analisar as 450 manchetes publicadas em março de 2026. As pesquisadoras observam tanto o padrão editorial informativo quanto os títulos de alta intensidade, caracterizados pelo uso de uma linguagem que pode manipular, destacar ou sugerir informações de maneira enganosa.

O estado do Tocantins, portal G1 e o jornalismo digital são as interligações para o quinto capítulo: "As fontes do jornalismo policial online de Palmas-TO: análise dos portais G1 Tocantins e Conexão Tocantins" de Ana Luiza da Silva Dias. Nesse artigo, a pesquisadora investiga quais fontes

de informação predominam na produção de notícias desses sites, especificamente na cobertura de pautas relativas à segurança pública, considerando os altos índices de violência registrados no estado. A pesquisa aponta a predominância de fontes oficiais nas matérias, em comparação com as demais categorias de fontes previstas na abordagem teórica adotada, e promove uma reflexão sobre essas escolhas e as rotinas produtivas dos veículos de imprensa.

O sexto capítulo, “O jornalismo esportivo tocantinense na perspectiva de um profissional”, analisa a trajetória e as transformações do jornalismo esportivo no estado do Tocantins, considerando o desporto local e a experiência profissional de Reinaldo de Jesus Cisterna, jornalista que atua nesse campo desde 1997. Elaborada por Joice Danielle Nascimento Pereira, a pesquisa evidencia a trajetória do profissional e sua relação com a estruturação da imprensa esportiva e com as transformações dos meios de comunicação. Esses fatores, por sua vez, relacionam-se à identidade regional e ao desenvolvimento do estado. A pesquisa também aponta desafios cotidianos do jornalismo esportivo tocantinense, como a falta de infraestrutura e de apoio financeiro, além da necessidade ética de priorizar a apuração jornalística e o compromisso social na elaboração dos conteúdos.

O jornalismo esportivo e o Tocantins também são temas do artigo “Jornalismo esportivo regional: desafios e transformações na prática profissional”, de Liana Vidigal Rocha. A autora detalha as particularidades e as transformações do jornalismo esportivo no contexto regional tocantinense, contrapondo o mito da “profissão glamourosa” aos desafios cotidianos enfrentados pelos profissionais da imprensa. O artigo também investiga como as inovações tecnológicas, o engajamento digital e outros fatores interferem na cobertura jornalística e podem impactá-la, especialmente no campo esportivo.

“Dona Raimunda dos Cocos: filosofia da experiência e oralidade no programa Viva Maria” é o oitavo capítulo do livro e reflete sobre a trajetória

de Raimunda Gomes da Silva, conhecida como dona Raimunda dos Cocos, liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) no Tocantins. Com base em edições do programa de rádio "Viva Maria" e em um arcabouço teórico, o pesquisador Cláudio Paixão examina a oralidade e a categoria de filosofia da experiência a partir da trajetória de dona Raimunda. O artigo reflete sobre a formação de sujeitos políticos nos espaços que eles vivenciam por meio da luta, do trabalho, do território, da liderança e da palavra. Destaca, ainda, o papel de dona Raimunda e da comunicação pública na salvaguarda da memória imaterial de comunidades tradicionais e de seus agentes políticos.

O último capítulo do livro, intitulado "A história da televisão em Rondônia: do pioneirismo ao panorama atual", de Logan Leudo Peixoto da Silva dos Santos Batista e Valmir Teixeira de Araújo, examina a formação e o panorama histórico da televisão em Rondônia. O artigo destaca o pioneirismo da TV Cultura (canal 11), em Porto Velho, e mapeia a evolução da comunicação televisiva na capital e em algumas cidades do interior, identificando os canais de televisão do estado. Ao longo do texto, os autores também refletem sobre a construção desses meios de comunicação, com atenção à relevância das afiliadas locais, à memória da mídia regional e ao Mapa da Mídia de Rondônia como ferramenta para o registro histórico e acadêmico da trajetória midiática do estado.

Ao longo dos nove capítulos desta obra, o leitor percorre um viés amazônico pouco conhecido: nuances midiáticas do cotidiano e da história do Amapá, do Tocantins e de Rondônia que se articulam tanto em torno de temáticas relacionadas à mídia quanto às especificidades locais vividas e agenciadas no Norte do Brasil. Nestas páginas, ganham corpo problematizações sobre realidades sociais, históricas e midiáticas que, tal qual as células de um corpo humano, compõem um ambiente marcado por especificidades e diversidade.

Finalizado em outubro de 2026, este livro é fruto do esforço coletivo de pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa Jornalismo e Multimídia

(NEPJor). A obra reafirma o compromisso dos pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente da área de Comunicação Social, que vivem e estudam diariamente a Amazônia real.

Roberta Scheibe

Graduada em Jornalismo e Mestre em Letras – Estudos Literários pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap) desde 2010.

Sumário

Capítulo 1 - Comunicação baseada em dados: estratégias de produção e disseminação de informações ambientais do OMARA 14

Capítulo 2 - Amazônia em chamas: uma análise da cobertura do jornal nacional das queimadas no norte do Brasil 40

Capítulo 3 - Entre o território e o algoritmo: plataformização e desafios do jornalismo local no Amapá 65

Capítulo 4 - Economia da atenção no jornalismo digital: um estudo comparativo de portais tocantinenses 84

Capítulo 5 - As fontes do jornalismo policial online de Palmas-TO: análise dos portais g1 Tocantins e Conexão Tocantins 107

Capítulo 6 - O jornalismo esportivo tocantinense na perspectiva de um profissional 123

Capítulo 7 - Jornalismo esportivo regional: desafios e transformações na prática profissional 142

Capítulo 8 - Dona Raimunda dos cocos: filosofia da experiência e oralidade no programa Viva Maria 160

Capítulo 9 - A história da televisão em Rondônia: do pioneirismo ao panorama atual 188

Posfácio 215

Sobre os organizadores 217

Sobre os autores 218

Capítulo 1

Comunicação Baseada em Dados: estratégias de produção e disseminação de informações ambientais do OMARA

Alan Milhomem da Silva
Eduardo Silva de Lima

Nas últimas décadas, os dados ambientais ganharam centralidade na gestão pública, orientando políticas, fiscalizações e decisões estratégicas diante de desafios como mudanças climáticas e dos conflitos socioambientais. Nesse contexto, observa-se a expansão de uma comunicação baseada em dados em múltiplos campos: no jornalismo, que tem incorporado os dados para investigar e contextualizar eventos ambientais; na divulgação científica, que busca traduzir complexas séries temporais e desenvolver narrativas mais acessíveis; e nos observatórios ambientais, plataformas híbridas que reúnem monitoramento, análise e difusão de informações para públicos diversos.

Assim, os observatórios surgem como atores na democratização do acesso à informação ambiental, ao transformar registros brutos (sensoriamento remoto e levantamentos de campo) em produtos informacionais que promovem debate público, políticas públicas e potencializam a mobilização social. Apesar desse crescimento, há lacunas na literatura sobre o funcionamento e o impacto de observatórios ambientais em contextos regionais, como na Amazônia.

Essa carência é especialmente relevante quando se considera regiões como o estado do Amapá, onde a vulnerabilidade socioambiental e as demandas por transparência e gestão participativa tornam a disponibilização e a compreensão pública dos dados ambientais questões

de prioridade, pois é o estado tem uma grande área costeira e o possui 97% de sua cobertura vegetal primária intacta[1] e 73% do território protegido.

Portanto, investigar observatórios locais não apenas preenche uma lacuna acadêmica nos campos da comunicação pública da ciência e de dados, mas também contribui com conhecimentos aplicáveis à melhoria da governança ambiental e ao fortalecimento do direito à informação. A problemática central que orienta a pesquisa é: como o OMARA utiliza dados ambientais para produzir e comunicar informações de interesse público?

Para responder a essa questão, foi realizada uma pesquisa qualitativa e descritiva dos recursos e produtos realizados pelo Observatório Popular do Mar (OMARA) e disponibilizados no site do observatório. Foram analisadas bases e documentos disponíveis para o público no instagram, no site institucional e no geoportal do observatório na perspectiva da comunicação baseada em dados. Desta forma, este trabalho apresenta um diagnóstico sobre a comunicação baseada em dados realizada pelo OMARA, apontando limites e potencialidades para o fortalecimento de práticas deste tipo de comunicação na Amazônia.

Comunicação baseada em dados

No mundo contemporâneo vivemos rodeados de dados por todos os lados, e de todas as formas. Couldry e Yu (2018) afirmam que vivemos a era da "dataficação", termo que, segundo os autores, define o atual estágio da *web* e do uso de mídias digitais, capazes de gerar e armazenar grandes quantidades de dados que permeiam nossas interações sociais. Conforme Terra e Raposo (2023), dataficação é um processo sociocultural que transforma tudo em dados.

É importante destacar o argumento de Kitchin (2014), segundo o qual os dados não são entidades brutas e neutras, mas construções

[1] Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/3/2026/09/Fact_Colecao10_22.08.2025_v9.pdf Acesso em: 20 set. 2026.

socialmente situadas, produzidas a partir de escolhas metodológicas, tecnológicas e institucionais. Essa ideia é central para compreender a comunicação baseada em dados não como mera transposição técnica de números em textos ou gráficos, mas como um processo comunicacional complexo.

A partir do conceito de datificação e desta noção de dados, a comunicação baseada em dados pode então ser entendida como o conjunto de práticas de produção, análise, apresentação e difusão de informações no qual as bases de dados estruturam o processo comunicacional. Esse tipo de comunicação inclui organizações da sociedade civil e redes científicas que produzem e divulgam dados para a esfera pública, como os observatórios.

Neste contexto, a comunicação baseada em dados pode ser entendida como um processo com cinco características básicas: produção, tratamento, visualização, circulação e apropriação social. Essas dimensões não aparecem de forma isolada. Elas se distribuem ao longo do percurso que vai da obtenção dos dados até seu uso pela sociedade, como indicam os modelos de Bradshaw (2011) e de Mancini e Vasconcellos (2016).

A produção refere-se à geração, à coleta ou à obtenção dos dados que sustentam a comunicação. Nos observatórios, ela costuma articular fontes científicas e institucionais, como as estimativas de emissões por bioma, estado e município, além dos dados de monitoramento de desmatamento, fogo e mineração. Em diálogo com Barbosa e Torres (2013), nesse caso, a base de dados funciona como eixo que organiza o que será apurado e como será narrado.

O tratamento compreende a limpeza, o cruzamento, a análise e a contextualização dos dados. Bazzo, Martins e Barbosa (2020) destacam que as etapas de extração e análise antecedem a narrativa, e Mielniczuk e Träsel (2017) mostram que elas exigem alta alfabetização digital de quem apura. No caso do clima, isso envolve compreender metodologias de estimativa, séries históricas e incertezas, e explicitá-las ao público.

Após esse tratamento, temos o trabalho de visualização que traduz os dados em mapas, gráficos e formatos interativos para mostrar à sociedade o que esses dados significam na prática, no dia a dia das pessoas. Barbosa e Torres (2013) tratam a visualização como parte dos formatos do jornalismo em base de dados, isso permite, por exemplo, situar o desmatamento em casos concretos, e não apenas em dados estatísticos.

A circulação diz respeito ao modo como dados e narrativas percorrem plataformas, redes e públicos. Braga (2012) propõe compreendê-la para além da transmissão entre emissor e receptor, mas como movimento social de sentidos, em que o que se faz após a recepção, como comentar, reinterpretar e redistribuir, também compõem o processo.

Por isso também destacamos a apropriação social como parte da comunicação baseada em dados, pois ela ocorre quando grupos sociais compreendem, reinterpretam e usam os dados em suas próprias demandas, como monitoramento territorial, denúncias e formulação de políticas públicas. Essa característica é marca da sociedade atual, definida por Jenkins (2014), como sociedade da conexão, na qual a comunicação gera valor pelo engajamento ativo, pela circulação e pelo reuso do conteúdo feito pelas pessoas cotidianamente nas redes sociais digitais.

Temos, desta maneira, a personalização e utilização como as formas mais claras de apropriação social. Nelas o público deixa de apenas receber a informação e passa a usá-la (Bradshaw, 2011). A comunicação baseada em dados, entendida a partir dos autores citados até aqui, tem na produção e no tratamento as colunas que sustentam a qualidade e a credibilidade do produto comunicacional. A visualização faz a mediação entre os dados e o público. A circulação e a apropriação social completam o processo, porque é no compartilhamento e no uso dos dados pela sociedade que eles ganham sentido público.

Assim, essas características da comunicação baseada em dados formam uma cadeia linear: a apropriação social pode realimentar a produção, quando comunidades indicam demandas e validam dados, e a visualização condiciona o tratamento, pois o que se pretende mostrar orienta o que se analisa. É neste contexto que surgem os observatórios do clima como espaços de criação, visualização e circulação de dados e informações sobre o clima e os ecossistemas, no nosso caso, sobre a Amazônia.

Observatórios como espaços de comunicação

À medida que os problemas ambientais vão se intensificando, principalmente por conta das mudanças climáticas, surge a necessidade de pensar em soluções práticas para o monitoramento e disseminação dos indicadores ambientais e dos contextos socioculturais das sociedades (Sanchez, 2023).

Amore (2022), baseando-se na Constituição Federal de 1988, afirma que o meio ambiente é direito fundamental, sendo dever da coletividade defender e preservá-lo. Dessa forma, esse direito se desdobra no princípio da informação e educação ambiental, que exige a oferta de meios para agir em prol do meio ambiente. Para que a participação social seja viável, é necessário que a difusão do conhecimento torne a sociedade capaz de gerar as medidas necessárias. Assim,

> [...] com este ideal de participação social, se torna cada vez mais importante e necessário que o Estado atue de forma a propiciar à sociedade civil o acesso à informação e garantir a educação em matéria ambiental. Vale ressaltar que é essencial que a informação e a educação aconteçam de maneira capaz de tornar efetiva a atuação social (Amore, 2022, on-line).

Essa maneira é eficiente para que a população compreenda as políticas públicas existentes e provoque debates em torno do que realmente é eficaz baseado nas informações divulgadas. Dessa forma, cria-se um cenário em que o controle democrático das políticas públicas é

possível e os grupos sociais comecem a ter seus nomes associados a projetos e grupos de trabalho sobre o meio ambiente.

Assim, a produção de informação é essencial para que o poder público, em conjunto com a sociedade civil, tenha conhecimento dos processos afetados, identifique problemas e busque por soluções (Valenzuela, 2023).

Um exemplo de medidas para incentivar a produção e difusão do conhecimento é o Acordo de Escazu, instrumento cujo objetivo é garantir a implementação dos direitos de acesso à informação ambiental, a participação pública nos processos decisórios e o acesso à justiça no que diz respeito à questão ambiental, promovendo a criação e o fortalecimento da cooperação para a garantia de um meio ambiente saudável e do desenvolvimento sustentável (Silva, 2025).

Ao sustentar o que o acordo busca garantir, Woortmamn e Chaer (2025) afirmam que o melhor modo de tratar as questões ambientais é por meio da participação dos indivíduos interessados, de modo que cada pessoa deve ter acesso às informações disponíveis ao poder público, principalmente aquelas que indiquem riscos às comunidades.

> O monitoramento, a coleta e a divulgação de informações sobre o território, seu uso e estado de conservação, juntamente com a proteção efetiva de testemunhas em processos de crimes ambientais são ferramentas essenciais para o engajamento de atores estatais e não estatais, tanto na Amazônia quanto em outras regiões do Brasil. Quanto mais atenção se dá a uma atividade e quanto melhor for a informação sobre os territórios e sua população, mais difícil se torna a prática de atividades ilícitas e suas ramificações, fortalecendo assim a soberania do Estado e a economia brasileira (Woortmamn; Chaer, 2025, p. 95).

No entanto, se considerarmos contextos de regiões de difícil acesso ou com poucos estudos, como a região amazônica, os dados necessários se encontram espalhados, fragmentados e sem uma organização evidente, dificultando sua reutilização, trabalhos cooperativos e uma integração com propostas de monitoramento global (Maia; Maia; Côrrea, 2025).

Ao considerar que a necessidade vai além da produção e difusão, abrangendo também o armazenamento e a organização da informação ambiental, surge a proposta dos observatórios como uma alternativa à demanda.

> Esses podem coletar dados científicos relevantes e estudos, bem como relatórios de impacto ambiental e outros documentos relacionados. [...] Eles podem realizar pesquisas científicas, monitorar o estado do meio ambiente e realizar análises de impacto em questões ambientais, de biodiversidade e outras. Ao gerar informações confiáveis e atualizadas, os observatórios contribuem para melhorar a base de conhecimento sobre temas gerais e específicos e facilitam a tomada de decisões informadas (Valenzuela, 2023, p. 61, tradução nossa).

Ainda segundo o autor, a geração de informações realizadas pelos observatórios contribui para melhorar a base de conhecimento sobre temas gerais e específicos por meio do trabalho conjunto com o governo. Isso pode ocorrer com a participação da sociedade civil e de instituições acadêmicas.

Isto pode ser exemplificado por meio da atuação do Observatório Ambiental do Poder Judiciário. Pautado pelo direito universal e coletivo de se manter o equilíbrio ecológico, bem como preservá-lo para as gerações futuras, em 10 de novembro de 2020, é instituído o Grupo de Trabalho Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário com o objetivo de organizar ações destinadas a formação de políticas públicas e proteção do meio ambiente, em especial, da Amazônia Legal. A iniciativa é um órgão de caráter consultivo e multidisciplinar, caracterizado pela participação de diversas esferas:

> Composto por membros do CNJ, profissionais do meio acadêmico, da sociedade civil ou entidades representativas, gerando, dessa forma, um ambiente multifacetado, com diversas parcelas da sociedade, promovendo discussões sob diferentes enfoques e pontos de vista. Sua composição nos traz um mostruário democrático da sociedade, tendo em vista sua composição diversificada (Amore, 2022, on-line).

Outro exemplo é o Observatorio de Frutos Amazónicos y Cambio Climático (OFACC), sediado na Bolívia, cujo foco é a coleta e disseminação de dados relacionados a recursos naturais, biodiversidade e mudanças climáticas na região amazônica. O OFACC produz indicadores sobre a biodiversidade, mudanças de uso no solo, vulnerabilidade das comunidades locais às mudanças climáticas e a eficiência de políticas públicas existentes. O trabalho é feito por meio de pesquisas próprias, colaboração com cientistas e especialistas e cooperação com as comunidades locais na coleta de dados (Valenzuela, 2023).

Quanto às informações a serem geradas, um levantamento realizado por Sanchez (2023) revela que, dos observatórios registrados em toda a América Latina, os temas de estudo encontrados nos observatórios são: monitoramento global, conflitos ambientais, recursos hídricos, biodiversidade, entre outros. Já as informações para a construção de indicadores vêm de diferentes abordagens de coleta, sendo as principais: coleta manual de dados por trabalho de campo ou sistematização de várias fontes dispersas (26%), revisão de documentos (25%) e uso de banco de dados (18%).

O Observatório Ambiental do Poder Judiciário, o OFACC e outros observatórios promovem não só acesso à informação e geração de conhecimento para a conservação do meio ambiente, mas também reforçam, como destacam Maia, Maia e Côrrea (2025, p. 2), a importância de que os “dados científicos sejam facilmente localizáveis, acessíveis a pesquisadores de diversas partes do mundo, interoperáveis com diferentes plataformas e reutilizáveis para diversas finalidades”.

Um dos destaques comentados por Valenzuela (2023) sobre o *Observatorio de Frutos Amazónicos y Cambio Climático* é a participação das comunidades locais para a geração de dados e relatórios sobre como se encontram diante das mudanças climáticas. Tal participação se justifica tanto pelos desafios ecológicos integrados em seu cotidiano, como pelo

saber desenvolvido e passado de geração em geração sobre o cenário em que vivem e como se relacionam com ele.

Santos *et al.* (2024) colocam que os desafios ecológicos são mais críticos na região amazônica, principalmente nas regiões costeiras, e que dados técnico-científicos sobre esta região não seria suficiente sem o envolvimento de moradores locais, detentores de vivências tradicionais produtoras de dados geográficos e conhecimentos empíricos.

A participação das comunidades é motivada e organizada pela prática da ciência cidadã, uma ferramenta de inclusão das comunidades locais na prática científica, integrando conhecimentos empíricos ao conhecimento técnico-científico. Valenzuela (2023, p. 62) aponta que envolver as comunidades locais na coleta de dados sobre biodiversidade, recursos naturais e práticas de uso sustentável "fortalece o compromisso das comunidades com a proteção ambiental e fornece informações para participar dos processos de tomada de decisão".

Já Santos *et al.* (2024) afirmam que a troca de conhecimentos contribui para a compreensão dos fenômenos naturais e antropogênicos, de forma que as populações locais sejam creditadas e que o saber, desprezado por muitos anos, produza os indicadores ambientais necessários para a tomada de decisão sobre a questão ambiental, da qual as comunidades necessitam e devem fazer parte.

Procedimentos Metodológicos

Com o objetivo de descrever as características, os recursos e as dimensões da comunicação baseada em dados, foi realizada uma análise qualitativa e descritiva dos recursos e produtos realizados pelo Observatório Popular do Mar (OMARA) e disponibilizados no site do observatório. A pesquisa descritiva observa, registra e classifica determinado fenômeno ou objeto, procurando identificar características, causas e relações com outros fatos e com a fundamentação teórica que sustenta o estudo (Gil, 2021; Prodanov; Freitas, 2013).

Para tanto, foram analisadas as seguintes seções no site institucional e no geoportal do OMARA: Quem Somos, Mapas, Produções, Cartilhas, Gráficos por Módulo e Estação (site institucional) e Visualização de pontos por monitoramento (geoportal). Também foram observados documentos disponíveis para o público na página do instagram do observatório.

Além disso, também foi analisado o documento "ANEXO à Chamada CNPq/MCTI-FNDCT No 61/2022 - Ciência Cidadã e Divulgação Científica: Programa Ciência no Mar, Ciência Antártica e Ações Nacionais voltadas à Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável", que estabelece o planejamento do Projeto Sistema de Observação da Foz do Amazonas: integrando Sensoriamento Remoto e Ciência Cidadã (SOAM). O trabalho científico intitulado "*O Papel do sensoriamento remoto como catalisador da participação cidadã na criação de um observatório da foz do Amazonas*", de autoria da coordenadora do observatório, Valdenira Santos (2024), também foi consultado para realização deste trabalho por conter informações sobre o funcionamento do projeto.

O documento enviado ao CNPq detalha a criação de um observatório participativo para analisar a vulnerabilidade costeira na foz do rio Amazonas com o objetivo de construir conhecimento técnico-científico de forma coletiva, transparente e participativa para apoiar a tomada de decisão e políticas públicas, integrando sensoriamento remoto (SR) e ciência cidadã.

Desse documento, foram analisadas as seções "Dados Gerais do Projeto", "Metodologia", "Coleta de Dados pela Coletividade", "mobilização e engajamento dos voluntários", "Uso de IGV como forma de validação dos Dados de sensores remotos", "Implantação da Base de Informações Geográfica Voluntária on line (IGV)" e "Divulgação Científica do Observatório". O acesso ao documento foi obtido por meio de pedido e permissão à coordenadora do projeto, Valdenira Santos.

Já o trabalho científico analisado trata sobre a técnica de sensoriamento remoto para ativar e manter a participação social no observatório e descreve o caso do OMARA e como o S.R. é aplicado para observar os processos costeiros. Além destes, também levou-se em consideração o planejamento e relatório dos bolsistas/voluntários do setor de comunicação sobre as futuras produções do Observatório.

De forma complementar, também foram observadas menções em diferentes mídias, eventos científicos e relatórios dos pesquisadores sobre as viagens de campo. É com base na leitura desses materiais disponibilizados pelo Observatório Popular do Mar sobre o que acontece na Foz do Rio Amazonas, que organizamos uma análise com foco na comunicação baseada em dados realizada pelo observatório para compreender seus significados e ideias principais.

Observatórios na Amazônia: o caso do OMARA

O Observatório Popular do Mar (OMARA) surge como resultado do projeto Sistema de Observação da Foz do Amazonas (SOAM). Uma forma de integrar o Sensoriamento Remoto e a Ciência Cidadã, buscando, junto da comunidade, criar conhecimento de forma transparente, coletiva e participativa a fim de analisar as vulnerabilidades da Foz do Amazonas e ajudar no processo de tomada de decisões e formulação de políticas públicas para a região da costa amazônica.

Ele utiliza os conhecimentos empíricos das comunidades costeiras junto dos conhecimentos científicos para obter informações sobre os processos de intrusão salina, inundação, erosão-acreção e distribuição de manguezais ao longo da costa para preencher a falta de dados sobre a região da Foz do Amazonas e construir indicadores ambientais que determinem o grau das mudanças climáticas no meio ambiente e nas populações locais.

O objetivo do projeto se desdobra em quatro frentes: i) acelerar a construção de conhecimento técnico-científico sobre as vulnerabilidades

costeiras; ii) proporcionar o engajamento da sociedade residente na foz do Amazonas e litoral norte adjacente; iii) disseminar o conhecimento através de uma base de informações geoespaciais voluntárias (IGV); e iv) analisar e correlacionar as informações coletadas com dados de sensores remotos.

O OMARA atua em quatro regiões diferentes na Foz do Amazonas, abarcando a costa do Amapá e parte do noroeste do Pará. O observatório atua nessas localidades através dos próprios moradores que, demonstrando vontade de participar, tornam-se observadores e passam a fazer coleta das informações de sua região. Posteriormente, essas informações passam por um tratamento no Laboratório de Sensoriamento Remoto e Análises Espaciais aplicado a Ecossistemas Aquáticos (LASA), parte do Núcleo de Pesquisas Aquáticas (NuPAq) do Instituto de Pesquisas Científicas do Estado do Amapá (IEPA).

Todo o processo descrito envolve os observadores de diversas comunidades espalhadas pela Foz do Amazonas e a equipe do LASA, composta por professores, pesquisadores, graduandos, voluntários e bolsistas. A coordenação do projeto é de responsabilidade da professora e pesquisadora Valdenira Ferreira dos Santos.

Com base na proposta do OMARA de servir como gerador de informações sobre a Foz do Amazonas, este trabalho foi construído a partir da análise do fluxo de comunicação baseada em dados no observatório. Este método permite entender como os dados são coletados na área de estudo, o tratamento e análise científico-acadêmico que recebem, os produtos gerados para visualização e interpretação e o meio em que são divulgados, bem como a finalidade destinada socialmente, pois, um dos objetivos de um observatório é o de fornecer informações necessárias para apoiar tomadas de decisões e auxiliar na formulação de políticas públicas.

OMARA e a comunicação baseada em dados na Amazônia Amapaense

O OMARA prioriza a coleta de informações geoambientais que dizem respeito a informações importantes para determinar a vulnerabilidade

costeira do ambiente físico relativo a mudanças na linha de costa, determinado pelas taxas erosão e acresção, inundação e intrusão salina, além de informações sobre a distribuição dos ecossistemas dos manguezais, os quais servem de indicadores de mudanças nas regiões.

A coleta de dados utilizando o sensoriamento remoto é feita por meio de dois métodos: o registro de imagens por telefone celular enviadas pelo aplicativo do OMARA e o registro manual feito pelos pesquisadores das taxas de erosão, inundação e salinidade pelos observadores. Este modelo conta com a participação coletiva e permite o envio de um volume considerável de informações.

O registro das taxas de erosão é realizado em pontos escolhidos dentro ou próximos das comunidades costeiras a partir de análises de imagens de satélites, onde foram instalados marcos para que os observadores pudessem fazer registros fotográficos com dispositivos móveis. Segundo Santos (2024, p. 61):

> O marcador é mapeado utilizando técnicas de processamento de imagens em nuvens (método C.A.S.S.I.E - Google Earth Engine). O resultado será validado em campo pelos voluntários a partir de medições das taxas in loco pelo método estadia e de monitoramento da linha de costa utilizando a ferramenta CoastSnap. Essa ferramenta utilizada para monitoramento de praias é adaptada no observatório para o monitoramento da erosão-acreção.

O monitoramento de inundação é feito a partir da leitura de réguas linimétricas para permitir a correlação entre informação do nível da água em diferentes locais, sendo as leituras realizadas durante o momento de preamar e anotadas em cadernetas para envio posterior pelo aplicativo do OMARA.

Quanto aos níveis de intrusão salina, é utilizado um aparelho identificado como refratômetro, com o qual os observadores verificam o nível de sal na água e anotam as informações em cadernetas para, também, serem enviadas pelo aplicativo do OMARA. Estas medições são comparadas com propriedades óticas de dados de satélite.

Por último, os manguezais se apresentarem como um bioindicador devido a sua adaptação às mudanças no sistema costeiro. As informações sobre o ecossistema não são coletadas em estações fixas, mas é feito o mapeamento da distribuição dos manguezais, sua tipologia e suas mudanças por meio de registros fotográficos e identificação de características por meio do aplicativo do OMARA.

Santos *et al.* (2024, p. 6) referem-se ao modo como esse processo de coleta de dados é implementado por meio de Informações Geográficas Voluntárias (IGV), que são "[...] informações sobre o ambiente físico ou social, coletadas e compartilhadas por indivíduos ou comunidades cuja localização é gerada por meio de seus próprios dispositivos de geolocalização, como telefones celulares".

Para que fosse possível a coleta destes dados ao longo da Foz do Rio Amazonas, os pesquisadores do observatório realizaram a capacitação dos indivíduos dentro das comunidades. Este processo foi realizado presencialmente, com os pesquisadores visitando regiões em períodos determinados em função da logística de acesso às comunidades costeiras.

A capacitação, segundo os relatórios das oficinas do OMARA, foi realizada entre janeiro e abril de 2024, nas regiões do distrito do Bailique, nas proximidades da Estação Ecológica de Maracá e na região de Foz do Macacoari, na costa amapaense, além do distrito de Chaves, no estado do Pará. A capacitação envolveu o treinamento para a coleta de dados, utilização da plataforma de colaboração, como analisar dados e interações para troca de conhecimentos sobre a zona costeira e marinha. Desde então, os pesquisadores realizam a coleta de informações sobre os processos costeiros.

Esse envolvimento da comunidade ilustra o que os autores como Valenzuela (2023) e Woortmamn e Chaer (2025) falam do papel dos observatórios como instrumento de monitoramento, sistematização de conhecimentos e participação cidadã no desenvolvimento de instrumentos que vão subsidiar políticas públicas e também servir de base

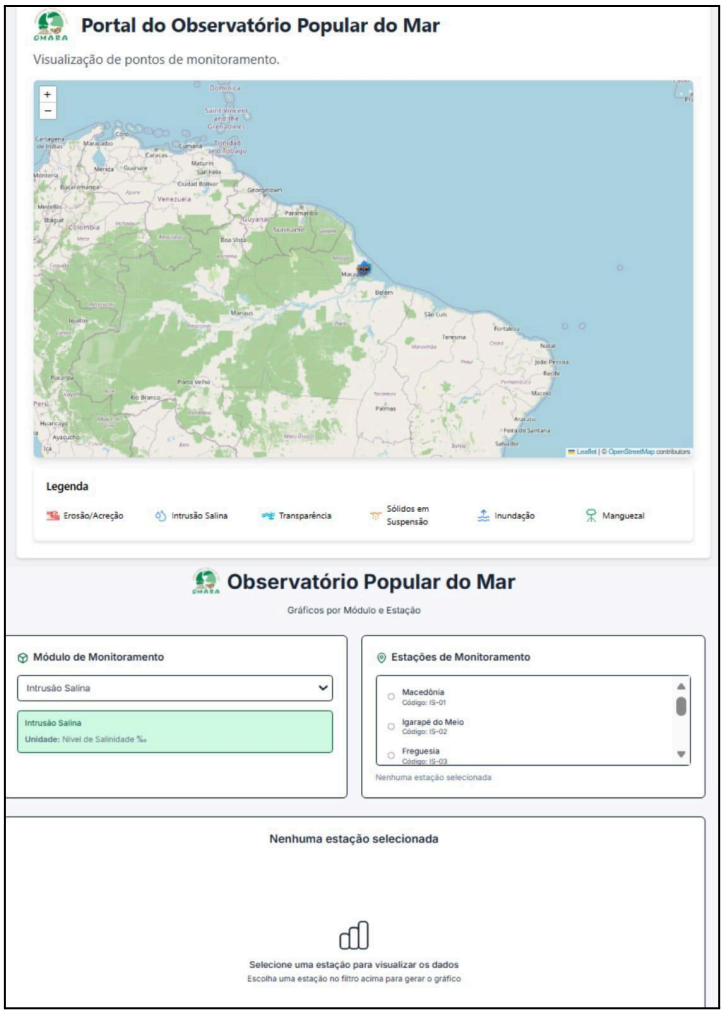
para uso comunitário diante das mudanças climáticas que as comunidades costeiras vivenciam.

Os dados enviados pelos observadores pelo aplicativo do OMARA chegam aos pesquisadores no Laboratório de Sensoriamento Remoto e Análises Espaciais Aplicados a Ecossistemas Aquáticos (LASA) para tratamento e análise. Segundo o relatório enviado ao CNPq, foi adotado como método de tratamento de dados a variação da linha de costa (erosão e acresção), que é calculada utilizando o algoritmo C.A.S.S.I.E, integrada a plataforma *Google Earth Engine*, que possibilita o mapeamento da linha de costa via acesso direto a dos públicos dos satélites Sentinel e processamento dos dados em nuvem.

Para entender a relação entre os níveis de água coletados nas estações, são utilizados mapas de inundações construídos com base em dados do SAR do Satélite Sentinel 1 utilizando o algoritmo *Otsu do Google Earth Engine*. A distribuição de manguezais é realizada a partir do processamento de imagens de satélite de alta resolução espacial, utilizando métodos de classificação supervisionada e não-supervisionadas e algoritmos que permitem conseguir o máximo das tipologias de manguezais observadores a partir dos dados fornecidos. Já o mapeamento da distribuição da salinidade por satélite não é realizado, pois não há dados de satélite com resolução adequada para a região.

A base de IGVs é exposta ao público através de um site que contém o Geoportal do Observatório (Figura 1) sincronizado com o servidor onde os dados são armazenados. O Geoportal é dividido em dois módulos: O Banco de Dados Espacial (BDE), que permite o compartilhamento de informações coletadas pelos observadores; e o Módulo Coletividade, desenvolvido através do aplicativo para possibilitar o upload das informações geradas.

Figura 1 - Interface do Geoportal do OMARA



Fonte: Portal do Observatório Popular do Mar, 2026.

Além do site, os dados também são difundidos por meio de divulgação científica tradicional e estendida. A tradicional diz respeito à participação em eventos científicos, canais de divulgação da ciência, publicação de resumos em eventos nacionais e internacionais e de artigos em periódicos científicos. A divulgação estendida direciona ações às instituições de ensino, as quais atuam como pontes de relação com a comunidade local. Outros meios de divulgação são rádios comunitárias e as redes sociais digitais, como o Instagram.

Após analisar o módulo BDE do geoportal, foi possível verificar como os dados coletados pelos observadores ao longo da Foz do Rio Amazonas podem ser visualizados. Com os dados sobre taxas de erosão e acresção, foi possível construir *Graphics Interchange Formats* (GIF) (Figura 2), mapas com medições da linha de costa e gráficos de linha que detalham o recuo das margens ao longo dos anos por conta da erosão no território do distrito do Bailique.

Figura 2 – GIF Distrito do Bailique, Macapá, Amapá (1990-2025)



Fonte: GIF Distrito do Bailique, Macapá, Amapá (1990-2025)

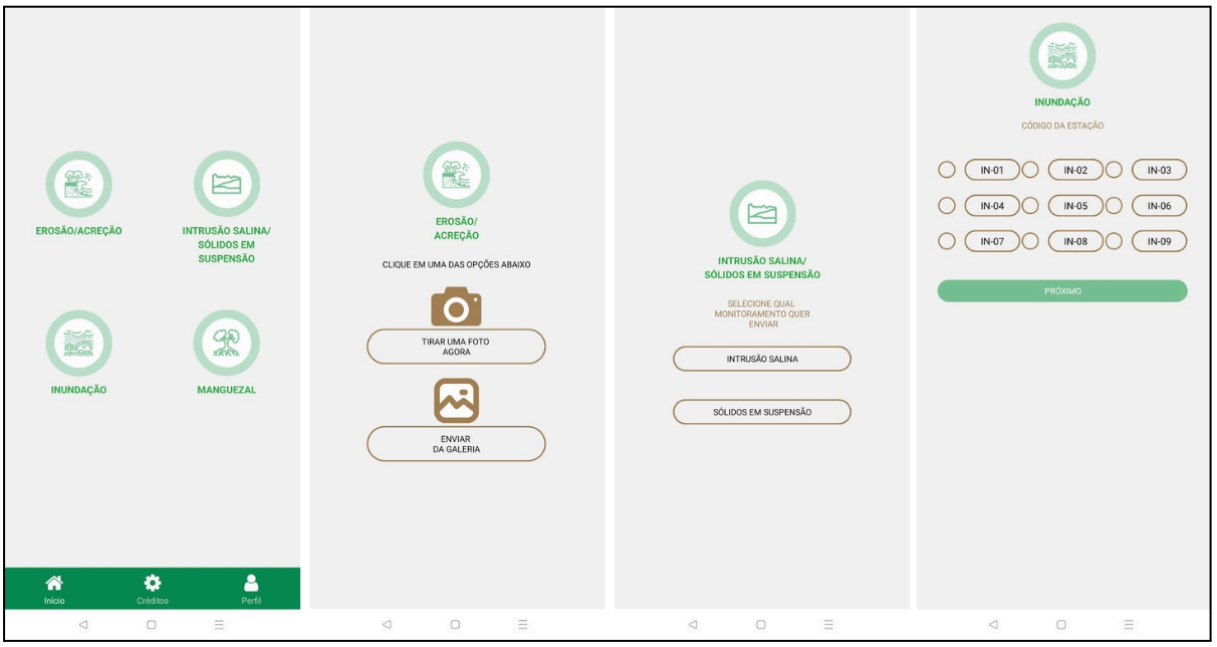
Os dados sobre erosão e acreção foram divulgados, principalmente, em eventos científicos e nas redes sociais do observatório. Os dados sobre inundação foram transformados em *GIF* e gráficos de linha que detalham o período de inundações segundo o dia e a altura atingida. Os produtos foram divulgados em eventos e no geoportal do OMARA, com ocorrência no distrito do Bailique.

A análise no banco de dados do OMARA indicou que não existem produtos que busquem detalhar ou expor dados sobre a intrusão salina na foz do Amazonas. O geoportal, ainda, não conta com detalhes sobre o processo costeiro. No entanto, foram encontrados trabalhos científicos e textos que discutem o impacto da intrusão salina nas comunidades costeiras.

Quanto à temática de manguezais, também não foi possível encontrar produtos voltados à exposição de dados, somente textos e apresentações voltadas a eventos. Isso acontece porque o observatório realiza a catalogação da distribuição dos manguezais ao longo da Foz do Amazonas, enquanto os pesquisadores analisam como o ecossistema reage às mudanças climáticas.

Uma tecnologia recém introduzida no processo de coleta foi o aplicativo do OMARA (Figura 3). A equipe de pesquisadores realizou viagens para visitar as comunidades para ensinar os observadores a utilizarem o aplicativo.

Figura 3 - Interface do aplicativo OMARA



Fonte: Aplicativo OMARA, 2026.

Um dos produtos previstos para o futuro são vídeos tutoriais que mostram, de maneira prática, como realizar a coleta de dados e enviá-los pelo aplicativo, de forma que futuros observadores e a sociedade conheçam o processo de análise. Estes vídeos já foram gravados, mas os bolsistas viram a necessidade de refazê-los para que pudessem enviar aos observadores com maior qualidade e, também, disponibilizá-los no site institucional para que o público externo conheça como são feitos os processos de coleta de dados.

A partir da observação no geoportal do OMARA e dos relatórios disponíveis no site, foi possível elaborar um quadro com as principais dimensões da comunicação baseada em dados realizada pelo observatório.

Quadro 1 - Dimensões da comunicação baseada em dados no OMARA

Dimensão	Elemento analisado	Resultado encontrado
Produção	Coleta e organização dos dados	- Estações fixas para registro fotográfico - Réguas linimétricas - Refratômetro - Aparelhos celulares - Cadernetas - Aplicativo do OMARA - Vídeos tutoriais
Tratamento	Processamento e validação	- uso do C.A.S.S.I.E para erosão e acreção - mapas de inundação oriundos do SAR do Satélite Sentinel 1 - Processamento de imagens de satélite para manguezais
Visualização	Mapas, gráficos e *dashboards*	- Gráficos de evolução de processos costeiros ao longo dos dias - Mapas interativos (GIFs que mostram a passagem do tempo e as mudanças na região) - Planilhas com os dados numéricos de acordo com o dia de coleta
Circulação	Sites, relatórios e redes sociais	- Site oficial do OMARA; - Geoportal do OMARA; - Participação em eventos; - Redes sociais - Trabalhos acadêmicos; - Cartilhas - Vídeos tutoriais
Apropriação social	Uso por gestores, pesquisadores e cidadãos	- Aviso prévio para as comunidades do interior da Foz do Amazonas. - Fornecimento de informações para apoio de políticas públicas para abastecimento de água potável. - Fornecimento de informações para apoio de políticas públicas para o deslocamento de famílias por conta da erosão. - Comunicações científicas para divulgação no meio acadêmico. - Fornecimento de dados para matérias jornalísticas sobre os processos costeiros na região

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

A partir destes dados é importante destacar a apropriação social das informações coletadas pelos observadores do projeto. Durante o Encontrão dos Observadores do OMARA, evento promovido pelo observatório em julho de 2025, houve relatos dos observadores das comunidades do distrito de Chaves que, ao analisarem a salinidade de água e registrarem os dados, foi possível avisar aos pescadores locais e às famílias que a água estava ficando salgada e que as atividades que envolvessem a água do rio deveriam ser alteradas.

Esses relatos ilustram como a comunidade usa os dados em suas próprias demandas e uma das marcas da sociedade da conexão (Jenkins, 2014), na qual a comunicação gera valor pelo engajamento ativo e pela circulação da informação. Ou seja, é no uso dos dados pela sociedade que eles ganham sentido público.

Também foi possível verificar que os dados do OMARA sobre intrusão salina foram usados para prever possíveis períodos de salinização para que o poder público estadual pudesse organizar o envio de água potável para famílias nas comunidades do Bailique[2]. Em dezembro de 2025, foi ao ar uma reportagem produzida pela Rede Amazônica[3] sobre uma casa que desabou por conta do processo de erosão, no distrito de Bailique. Os dados do OMARA deram suporte para que a equipe de pesquisadores explicasse por que o processo erosivo é tão acentuado, as transformações já ocorridas na região e o que se pode esperar caso a taxa de erosão continue.

Desta forma, é possível verificar que o OMARA tem contribuído para preencher o vazio de informações sobre a região da Foz do Rio Amazonas, os processos costeiros e os efeitos das mudanças climáticas, e seus

[2] Projeto do Amapá estuda a influência do Oceano no Rio Amazonas. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2025/10/20/estudo-aponta-avanco-da-salinizacao-no-rio-amazonas-e-risco-a-agua-potavel-em-arquipelago-do-amapa.ghtml Acesso em: 15 ago. 2026.

[3] Vídeo registrado por moradores mostra desabamento após erosão no Bailique. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/videos-bom-dia-amazonia-ap/video/video-registrado-por-moradores-mostra-desabamento-apos-erosao-no-bailique-14204893.ghtml Acesso em: 15 ago. 2026.

resultados podem ser vistos na apropriação social dos dados e informações coletados de maneira coletiva e participativa. A prática desenvolvida pelo observatório no Amapá também se enquadra como monitoramento de temas ambientais, com foco nos recursos hídricos, e no uso dos bancos de dados, como apontado no levantamento de Sanchez (2023). Realidade que dialoga com a prática dos observatórios na América Latina.

No entanto, algumas questões ainda precisam de adequações, considerando o tempo de atuação e existência do observatório. Os dados em representações quantitativas não estão disponíveis totalmente no geoportal ou no site institucional do observatório. Com base na visualização, é possível observar apenas cinco processos costeiros registrados, e todos se concentram no distrito do Bailique (AP), enquanto as outras comunidades não aparecem nos dados.

Outras informações e dados são expostas à sociedade por meio de apresentação em eventos científicos, reuniões entre pesquisadores e palestras institucionais, mas não estão formalizadas no site. Acredita-se que essa disparidade esteja relacionada ao fato de o site institucional e o próprio geoportal serem produções recentes (site anunciado em dezembro de 2025 e o geoportal em junho de 2026), estando as informações ainda em processo de inclusão. No entanto, seria necessário verificar a frequência em que os dados estão sendo atualizados, a entrada de novas localidades e a notificação de que houve atualizações das informações para o público.

Considerações Finais

Os observatórios se desenvolvem como uma resposta à demanda por informações sobre o meio ambiente e a questão ecológica. Estas podem ser usadas em conjunto pelo poder público e a sociedade civil para a formulação de políticas públicas voltadas à preservação e proteção ambiental, principalmente no cenário local e regional.

Resultado do Projeto de Sistema de Observação da Foz do Amazonas, o OMARA tem cumprido este papel de gerar informações úteis para a sociedade e poder público. No caso amapaense, os resultados são sobre os processos costeiro e as mudanças climáticas na região Foz do Rio Amazonas. Ao trabalhar em conjunto com as comunidades locais, aplicando a ciência cidadã e o sensoriamento remoto, o observatório cria um banco de dados sobre processos de erosão e acreção, intrusão salina, inundação e a presença de manguezais.

Verificamos que os dados coletados são comunicados à sociedade, principalmente, pelo site institucional, o geoportal e apresentações em eventos científicos. Apesar disso, ainda há necessidade de diversificar os meios de divulgação dos dados, atualizá-los com mais frequência e registrar as consequências e benefícios advindos da apropriação social. O que se observou nesse quesito foi a predominância dos testemunhos para validar os benefícios e de citações em reportagens jornalísticas. Mais do que informar, há necessidade de capacitar e incentivar o uso da informação para pensar a realidade e a proteção ambiental.

Por fim, ressalta-se os desafios logísticos e sociais, bem como a durabilidade dos equipamentos, que muitas vezes criam impedimentos para registros em sequência e eficientes. Soma-se a isso, com o fim do financiamento de suas atividades pelo CNPq (2023-2025), as atividades passaram a ocorrer de forma totalmente voluntária e com recursos dos próprios pesquisadores.

O OMARA age como a aproximação entre ciência e sociedade, isso ocorre tanto nas formas de coleta quanto o uso do aplicativo, que são formas de introduzir e capacitar os observadores no fazer da pesquisa científica. A tecnologia aplicada permite que o observatório crie um ambiente em que diferentes comunidades possam trocar informações entre si sobre a extensa região que é a Foz do Amazonas, preencham a lacuna de informações sobre o litoral amazônico, interajam com as

sociedades externas e sejam creditadas por suas contribuições em projetos de pesquisa.

Como limitações deste estudo, aponta-se a necessidade de entrevistas com os pesquisadores e os moradores das comunidades que participam dos trabalhos para verificar algumas questões levantadas neste trabalho, como o próprio envolvimento das comunidades e os domínios dessas comunidades sobre essas as tecnologias usadas, bem como avaliar seus impactos. Além disso, uma sugestão para pesquisas futuras é verificar a frequência em que os dados estão sendo atualizados, a entrada de novas localidades e a notificação de que houve atualizações das informações para o público.

Referências

AMORE, A. A.. Observatório do meio ambiente do Poder Judiciário: uma política de efetivação da democratização da informação ambiental e educação ambiental. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, on-line, 2022. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigo/58044/observatrio-do-meio-ambiente-do-poder-judicirio-uma-poltica-de-efetivao-da-democratizao-da-informao-ambiental-e-educao-ambiental. Acesso em: 06 ago. 2026.

BARBOSA, S.; TORRES, V. O paradigma “Jornalismo Digital em Base de Dados”: modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. **Galáxia**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 152-164, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1982-25532013000200013. Acesso em: 21 set. 2026.

BAZZO, J.; MARTINS, D. L.; BARBOSA, F. A. C. O surgimento da pesquisa em Jornalismo de Dados no Brasil. **Intexto**, Porto Alegre, n. 50, p. 280-302, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/89536 . Acesso em: 21 set. 2026.

BRADSHAW, P.. **The inverted pyramid of data journalism**. The Online Journalism Blog, 2011. Disponível em: https://onlinejournalismblog.com/2011/07/07/the-inverted-pyramid-of-data-journalism/ Acesso em: 15 ago. 2026.

BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. *In:* MATTOS, M. A., JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (orgs.). **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 29-52.

COULDRY , N.; YU, J.. Deconstructing Datafication's brave new world. **New media & Society**, 2018, V ol. 20 (12). Disponível em https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444818775968. Acesso em: 21 set. 2026.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

JENKIS, H.; GREEN, J.; FORD. S. **Cultura da conexão:** criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

KITCHIN, Rob. The real-time city? Big data and smart urbanism. **GeoJournal**, v. 79, n. 1, p. 1-14, 2014.

MANCINI, L.; VASCONCELLOS, F.. **Jornalismo de dados:** conceito e categorias. Fronteiras – estudos midiáticos, Rio Grande do Sul, n. 18, p 69-82, abr, 2016.

MAIA, A. N.; MAIA, C. N.; CORRÊA, P. L. P. Repositório de Dados para Ciência Aberta na Região Amazônica. In: **Simpósio Brasileiro de Banco de Dados (SBBD)**. SBC, 2025. p. 303-315.

MIELNICZUK, L.; TRÄSEL, M.. Jornalismo guiado por dados como inovação profissional e seus desafios para a Educação. Contemporanea, Salvador, v. 15, n. 2, p. 609-629, 2017. DOI: 10.9771/contemporanea.v15i2.21510. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/21510 . Acesso em: 21 set. 2026.

Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário, **Conselho Nacional de Justiça**, Disponível em: Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário - Portal CNJ Acesso em: 24 jun. 2026.

Observatório Popular do Mar (OMARA), **Site do Observatório Popular do Mar**, Disponível em: OMARA | Observatório Popular do Mar. Acesso em: 26 jun. 2026.

Portal do Observatório Popular do Mar, **Geoportal OMARA,** Disponível em: Portal do Observatório Popular do Mar. Acesso em: 27 jun. 2026.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2a ed. Porto Alegre: Editora Feevale, 2013.

SÁNCHEZ, A. T.. Análisis de observatorios ambientales en Latinoamérica de habla española y portuguesa: una revisión sistemática. **Investigaciones geográficas**, n. 112, 2023.

SANTOS, V. F. *et al.* O Papel do sensoriamento remoto como catalisador da participação cidadã na criação de um observatório da foz do Amazonas. **Revista Presença Geográfica**, v. 11, n. 1, 2024.

SANTOS, V. **ANEXO à Chamada CNPq/MCTI-FNDCT No 61/2022** - Ciência Cidadã e Divulgação Científica: Programa Ciência no Mar, Ciência Antártica e Ações Nacionais voltadas à Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável. 2022.

SILVA, J. I. A. O. *et al.* Acordo de Escazú na Construção, Promoção e Fortalecimento da Democracia Ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 28, p. e00193, 2025.

TERRA, C. F.; RAPOSO, J. F. Relações Públicas e Comunicação orientadas aos dados: realidade ou necessidade contemporânea? **Interfaces da Comunicação**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2023, p. 1-14.

VALENZUELA, M. F. T. Acceso libre a la información y el rol de los observatorios: El Caso del Observatorio de Frutos Amazónicos y Cambio Climático. **Ecología en Bolivia**, v. 58, n. 2, p. 61-63, 2023.

WOORTMANN, M.; CHAER, L. Democracia, soberania e meio ambiente: o Brasil e o Acordo de Escazú. **Diálogos Soberania e Clima**, v. 4, n. 1, p. 88-99, 2025.

Capítulo 2

Amazônia em chamas: uma análise da cobertura do jornal nacional das queimadas no norte do Brasil

Maria Clara Prudêncio de Araujo
Alan Milhomem da Silva

Em outubro de 2023, a Amazônia registrou o maior número de áreas queimadas para o mês em 15 anos, de acordo com dados do Programa de Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Com pouco mais de 22 mil focos de incêndios, os estados da região Norte com o maior percentual de áreas preservadas do bioma enfrentaram um período severo, com 4 milhões de hectares atingidos pelo fogo entre os meses de setembro e outubro. O MapBiomas Fogo[4], em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), indicaram como principais causas das queimadas: a seca extrema, o fenômeno *El Niño* e as altas temperaturas registradas na região. O levantamento revelou que na primeira quinzena de outubro, foram computados 10.801 focos de queimadas em todo o território da Amazônia.

Com relação à cobertura da temática pela mídia nacional, as queimadas na Amazônia Legal disputaram espaço com o conflito entre Israel e Palestina, que teve início no mesmo período. Nesse sentido, o principal telejornal do Brasil, o Jornal Nacional da Rede Globo, noticiou as queimadas e a estiagem na Amazônia em um período intercalado, do dia 3 ao dia 16 de outubro, totalizando sete coberturas sobre o tema em 28

[4] MapBiomas é uma iniciativa multi-institucional composta por ONGs, universidades e empresas de tecnologia que utiliza imagens do satélite Landsat e processamento em nuvem para mapear historicamente as transformações da cobertura vegetal e do uso do solo nos biomas brasileiros. Na aba fogo são concentradas as informações dos mapas de área queimada anual com os locais onde foi mapeado o fogo em cada ano da série histórica. A série abrange todo o território brasileiro desde 1985 a 2025. Disponível em: https://mapbiomas.org/.

edições do jornal. Considerando estes dados, esta pesquisa tem como objetivo analisar a cobertura do Jornal Nacional (JN) sobre os incêndios na Amazônia a partir da análise da materialidade audiovisual (Coutinho, 2016; 2019).

Para tanto, inicialmente é feito um breve histórico das queimadas na Amazônia e a questão ambiental em 2023. Posteriormente, é apresentado um breve relato da história do JN e uma contextualização sobre a relevância do telejornal. Por fim, são apresentados os passos da coleta do corpus empírico e a análise realizada, bem como os resultados alcançados. O presente trabalho se justifica pela necessidade de expor, descrever e analisar os materiais jornalísticos encontrados, com o objetivo instigar reflexões sobre a cobertura ambiental do JN e a realidade enfrentada pelos estados da região Norte no período mais incendiário de 2023.

Fogo na Amazônia: as queimadas em 2023 na região norte e o jornalismo ambiental

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), em parceria com o Inpe, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastre (Cenad) realizaram, no segundo semestre de 2023, o Boletim nº 2 acerca do monitoramento e possíveis impactos do *El Niño* no Brasil. No documento, foi estabelecido que desde junho de 2023 as temperaturas da superfície do mar indicavam a presença do fenômeno *El Niño*, caracterizado por uma faixa de águas quentes no Oceano Pacífico Equatorial, com temperaturas superando 3°C na costa da América do Sul (Painel El Niño, 2023). Esse aquecimento resultou em alterações nos padrões climáticos do Brasil, com chuvas intensas no Sul e déficits de precipitação em grande parte da região Norte, especialmente no centro-oeste da região.

O estudo também realizou o monitoramento das condições de seca, revelando agravamento do fenômeno na região Norte do Brasil. Foi observada a intensificação da seca na região central do Amazonas, que

evoluiu de moderada para grave. Houve, ainda, expansão das áreas com seca fraca e moderada nos estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará. Permaneceram áreas com seca grave e extrema no noroeste do Mato Grosso, nas bacias dos rios Madeira e Tapajós, e no sudoeste do Amazonas, na bacia do rio Purus. As anomalias negativas de precipitação contribuíram para a ampliação das áreas afetadas, que passaram a abranger grande parte do território dos estados do norte do país.

Com a atuação do fenômeno *El Niño*, associada às condições de seca prolongada e as mudanças climáticas, registrou-se um aumento expressivo na ocorrência de incêndios florestais no Brasil durante o mês de outubro de 2023. Essas condições atmosféricas anômalas favoreceram o surgimento e a propagação do fogo, com destaque para todo o território da Amazônia Legal. Nesse período, queimadas provocadas por ações humanas ou causas naturais foram intensificadas por fatores climáticos, o que resultou na ampliação dos eventos de queima na vegetação e para o maior número de áreas queimadas para o mês de outubro em 15 anos.

Outro monitoramento de riscos de queimadas e incêndios florestais, o Infoqueima (Inpe, 2023), aponta dados relevantes sobre a ocorrência e distribuição dos focos de fogo na Amazônia Legal. Em outubro de 2023, foram detectados 39.692 focos de incêndio em todo o território nacional, dos quais 26.366 ocorreram na Amazônia. A distribuição por biomas no mesmo período indicou a Amazônia como o bioma com maior número de ocorrências com 56%, seguido pelo Cerrado (21%), Caatinga (17%) e os demais (6%) (Inpe, 2023).

O problema se torna mais evidente ao analisar os estados com maior número de picos. Na lista dos 10 municípios brasileiros com o maior número de focos de fogo registrados pelo satélite de referência do Inpe, nove estão localizados na região norte e apenas um no centro-oeste. Entre esses, seis pertencem ao estado do Pará, dois ao Amazonas e um a Rondônia; o único município fora da região norte foi localizado no estado do Mato Grosso.

Considerando os dados apresentados, principalmente pelo Inpe, a cobertura jornalística se torna fundamental para promover a visibilidade da temática ambiental. Segundo Bueno (2007), a função do jornalismo é instigar a conscientização pública e democratizar a informação científica e tecnológica relacionada às questões ambientais. Além disso, segundo o autor, o jornalismo ambiental atua como mediador entre os problemas ambientais, ecológicos e a sociedade, oferecendo compreensão crítica sobre temas complexos que afetam diretamente o bem-estar coletivo.

Para Bueno (2007), o jornalismo ambiental desempenha várias funções, mas três delas ganham destaque: a função informativa; a função pedagógica e a função política. A primeira preenche a necessidade que as pessoas têm de estar atualizadas sobre os principais temas da questão ambiental, considerando o impacto dessa temática na qualidade de vida da sociedade. Sobre a função pedagógica, é a busca por explicações das causas e soluções para os problemas ambientais, além de indicar caminhos para a superação desses problemas. Por fim, Bueno (2007) destaca a função política do jornalismo ambiental, que diz respeito ao sentido mais amplo da política e do engajamento dos cidadãos no enfrentamento dos problemas ambientais que afligem a população.

O autor defende ainda que a imprensa deve expressar a pluralidade de opiniões, fontes e perspectivas na cobertura ambiental, pois é necessário apresentar uma visão ampla e integrada da realidade. No contexto da cobertura de incêndios e crises ambientais, o jornalismo não apenas informa, mas atua como instrumento de mobilização social. Assim, para que a cobertura ambiental cumpra sua função, é importante que seja compreendido a complexidade dos problemas ambientais, considerando suas múltiplas dimensões.

> A pauta ambiental deve enxergar as questões sobre as quais ela se debruça a partir de uma lente grande angular e não, de uma teleobjetiva. Não é razoável afunilar demais o foco (ver a árvore sem ter em mente a floresta) porque a problemática ambiental é abrangente. A pauta deve encaminhar o debate da questão ambiental para soluções não mágicas, portanto não fantasiosas, já que, na verdade, os

> problemas quase sempre são amplos, complexos, mas muito concretos e de solução a médio e longo prazos (Bueno, 2007, p. 41).

Dessa forma, é papel da cobertura ambiental noticiar além das consequências, é preciso explicar as causas para mobilizar a população em soluções para o problema. O jornalismo deve compreender e revelar os fenômenos estruturais por trás de eventos climáticos. Essa abordagem é fundamental para que a população compreenda os processos que levam à intensificação de secas, picos de fogo, incêndios e outros impactos ambientais, e possa, assim, se preparar para possíveis recorrências.

Bueno (2007) também defende que o jornalismo ambiental deve ser fundamentado no domínio das informações, "dominar os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar questões ambientais, politizar o debate" (Bueno, 2007, p. 22). Para isso, o jornalista deve adotar uma postura crítica, analisando as questões ambientais com complexidade, reconhecendo a temática e sua relação com fatores sociais, econômicos e políticos. É importante que a cobertura ambiental provoque uma discussão sobre as escolhas e ações que impactam o meio ambiente, em especial o maior bioma brasileiro, a Amazônia. Nesse contexto, a televisão como meio mais presente nas casas dos brasileiros (94,9%[5]), assume papel de destaque.

Telejornalismo no Brasil: o caso do jornal nacional

A década de 1950 inicia com uma transformação na história da comunicação com a chegada da televisão no Brasil. A implantação da tecnologia televisiva foi liderada pelo empresário Assis Chateaubriand Bandeira de Melo e marcou um novo ciclo no desenvolvimento dos meios

[5] Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o número de domicílios do país com TV subiu de 69,6 milhões para 71,5 milhões, representando 94,9% dos domicílios do Brasil. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38306-em-2022-streaming-estava-presente-em-43-4-dos-domicilios-com-tv. Acesso em: 20 jun. 2025.

de comunicação no país. Proprietário do conglomerado Diários Associados, que reunia jornais, revistas e uma ampla rede de rádios, Chateaubriand utilizou seu capital econômico e político para introduzir o novo veículo, adquirindo tecnologia diretamente dos Estados Unidos. Dessa forma, a televisão no Brasil surge por meio do capital privado e é inaugurada com o nome de PRF-3 TV Tupi, em São Paulo, sob o comando do grupo Diários Associados (Silva, 2018; Rocha; Silva, 2015; Paternostro, 2006).

A cerimônia oficial de inauguração da televisão brasileira ocorreu em 18 de setembro de 1950, com a transmissão do programa TV na Taba, pela PRF-3 TV Tupi. Conforme Rocha e Silva (2015), a primeira exibição de um telejornal aconteceu no dia seguinte à estreia da TV, em 19 de setembro de 1950. O primeiro telejornal brasileiro foi denominado de Imagens do Dia e estreou com a apresentação de notícias locais lidas pelo locutor Ruy Rezende, que era também produtor e redator. Esse telejornal permaneceu no ar entre setembro de 1950 e dezembro de 1951, sendo substituído em janeiro de 1952 pelo Telenotícias Panair.

Segundo Silva (2018) e Rocha e Silva (2015), o próximo grande telejornal da época surgiu de um programa radiofônico, o Repórter Esso, considerado o primeiro programa de radiojornalismo do Brasil, com estreia em 28 de agosto de 1941 na Rádio Nacional do Rio de Janeiro. No entanto, o maior sucesso do Esso aconteceria na sua versão televisiva, intitulada O Seu Repórter Esso, que estreou em abril de 1952 .

> O Seu Repórter Esso ia ao ar de segunda a sábado, às 19h45, e foi, sem dúvida, um marco na TV brasileira, não só pelo serviço informativo que restava, mas também pela seriedade e credibilidade impostas por seu apresentador, que, desde o início do programa, trabalhou com a equipe de redatores – R. Magalhães Júnior, Marcos Reis e Maurício Dantas com sua equipe de cinegrafistas muito competentes (Lorêdo, 2000, p. 42).

Os primeiros telejornais da década de 1950 eram marcados por uma forte influência do rádio. Conforme Rezende (2000), os jornais apresentavam baixa qualidade técnica e eram produzidos de forma

precária devido à limitação de recursos disponíveis, praticamente toda a programação era realizada “ao vivo” nos estúdios, com pouca ou nenhuma cobertura externa. A presença majoritária de profissionais oriundos do rádio revelava a forte influência do modelo radiofônico. Por ausência de recursos técnicos, os apresentadores falavam diretamente para a câmera, sem a interatividade e a diversidade de formatos que caracterizam o jornalismo contemporâneo.

De acordo com Coutinho (2012), durante muito tempo a televisão atuou com boa parte da programação veiculada ao vivo e com linguagem semelhante ao rádio, mas com imagens dos locutores. Dessa forma, os telejornais mantinham a narração dos fatos por meio de textos curtos e descritivos. Assim, conforme Leal Filho (2000), a televisão no Brasil teve como matriz o rádio, diferente dos Estados Unidos que seguiu a inspiração do cinema e da Europa, que se espalhou no teatro.

Em 1960, dez anos após a inauguração da TV no Brasil, o telejornalismo caminhava para novos formatos, uma vez que a tecnologia também avançava na época. Segundo Rocha e Silva (2015), a primeira transformação ocorreu em 1962, quando a TV Excelsior exibe o Jornal de Vanguarda como uma proposta de ruptura com os padrões tradicionais herdados do radiojornalismo. O telejornal introduziu uma nova linguagem televisiva, marcada pela presença de múltiplos locutores e comentaristas em estúdio, além de um visual mais dinâmico. Apesar do sucesso, o programa não resistiu ao golpe militar de 1964 e foi extinto por sua própria equipe após o Ato Institucional nº 5.

É no contexto da Ditadura militar que surge o que seria, futuramente, a maior emissora do país: a TV Globo. A emissora foi inaugurada em 26 de abril de 1965, no Rio de Janeiro. Sua criação só foi possível graças a um acordo com a empresa norte-americana Time-Life, que forneceu equipamentos, profissionais especializados e cerca de cinco milhões de dólares em investimentos. Apesar de a Constituição Brasileira proibir a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação, o

regime militar tolerou a associação em troca do apoio político da emissora. A programação da TV seguiu o padrão norte-americano e passou a exibir novelas, filmes e o programa jornalístico (Rezende, 2000; Paternostro, 2006; Silva e Rocha, 2015).

O proprietário e idealizador da emissora, Roberto Marinho, possuía uma visão clara para a Globo; torná-la uma rede com transmissão nacional. Em 1° de setembro de 1969 entra ao ar a primeira edição do Jornal Nacional (JN), com a apresentação de Hilton Gomes e Cid Moreira, o jornal se tornaria a maior referência acerca de um padrão telejornalístico do Brasil. O telejornal estreou ao vivo em Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo através do sistema de micro-ondas Tronco Sul e transmissão via satélite. (Memória Globo, 2024).

A TV Globo apresentou ao telespectador um novo modelo de jornalismo, sendo a primeira vez que um jornal garantiu a constância na junção de imagens e textos e apresentou uma boa divisão editorial. Para Coutinho (2012), o JN alcançou um espaço nunca antes ocupado por outros telejornais, ocupando lugar de destaque na sociedade brasileira. Ao final da década de 70, o telejornal já havia conquistado um público fiel e a credibilidade da população. Seguindo o modelo norte-americano de telejornalismo e acompanhando as inovações mercadológicas e tecnológicas, o JN foi crescendo em audiência e credibilidade.

> [...] O tempo passava e o enorme índice de popularidade do Jornal Nacional mantinha-se inalterado graças à estratégica medida de inseri-lo entre as novelas das sete e das oito, programas de maior audiência da televisão brasileira. Em 1979, o JN alcançava a prodigiosa marca de 79,9% da audiência nacional, o que correspondia a 11.985 mil televisores e 59.925 mil telespectadores ligados no noticiário (Rezende, 2000, p. 117).

Apesar de sofrer com oscilações na audiência ao longo de 55 anos de exibição, o Jornal Nacional se mantém, até os dias atuais, como a maior referência de telejornalismo no Brasil. Em 2023, o JN registrou a marca de

24,8 pontos no Ibope[6], quatro vezes maior do que o segundo jornal mais assistido do país. Esse número representa o papel central do jornalismo da Globo como uma mediação da realidade social. Dessa forma, o Jornal Nacional se constitui como um importante fragmento da cultura telejornalística do país, consolidando-se como uma das principais fontes de informação e interpretação dos acontecimentos cotidianos. Ao ser classificado como o telejornal de maior audiência, o JN contribui significativamente para a construção da narrativa pública e para a legitimação de determinados discursos em escala nacional no Brasil.

Metodologia

A pesquisa apresentada é de natureza básica, pois visa gerar conhecimentos e reflexões que possam contribuir para o desenvolvimento de uma área específica, sem ter uma aplicação prática já definida. Quanto aos objetivos, o trabalho adota uma abordagem descritiva, focando na observação, registro e análise dos dados. O objetivo é destacar as características, causas e relações presentes no contexto da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013; e Gil, 2021). Ao abordar a temática ambiental e o jornalismo ambiental, o presente trabalho segue as proposições de Bueno (2007), considerando aspectos teóricos e de pesquisa sobre comunicação e meio ambiente.

Quanto aos processos técnicos, a primeira parte da pesquisa foi a revisão bibliográfica em livros e artigos para a contextualização das temáticas, sobre: telejornalismo no Brasil e o Jornalismo Ambiental, Jornal Nacional e as queimadas na Amazônia. Posteriormente, procedeu-se com a coleta de dados para análise. Para tanto, foram coletadas 28 edições do Jornal Nacional, correspondentes ao mês de outubro e considerando que o JN não vai ao ar aos domingos. As edições foram coletadas no aplicativo Globoplay, que disponibiliza todas as edições do telejornal na íntegra.

[6] Disponível em: https://kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/dados-de-audiencia-pnt-top-10-com-base-no-ranking-consolidado-20-03-a-26-03-2023/. Acesso em: 04 abr. 2025.

O objetivo da pesquisa é analisar a cobertura das queimadas na Amazônia em 2023 ou a falta dela pelo Jornal Nacional. Para tanto, utilizou-se da Análise da Materialidade Audiovisual proposta por Coutinho (2016; 2018; 2022). A metodologia tem o intuito de proporcionar uma análise abrangente das particularidades da narrativa audiovisual. Conforme a autora, é preciso selecionar o objeto de pesquisa e realizar um levantamento minucioso das demandas a serem investigadas, visando estabelecer uma interlocução com os referenciais adotados no estudo e uma ficha de análise (Quadro 1).

Quadro 1 – Ficha de análise dos dados coletados nas edições do JN

Data	**Pauta**	**Formato**	**Tempo**	**Imagens**	**Fontes**	**Autoria**
Data da edição.	Resumo do que foi abordado sobre a temática no telejornal	Formato (nota coberta, nota seca, reportagem e grande reportagem)	Tempo do jornal destinado a tratar das queimadas na Amazônia.	Principais imagens utilizadas na cobertura das queimadas na Amazônia.	Fontes ouvidas nos materiais telejornalísticos analisados.	Jornalista responsável pelo material telejornalístico.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Coutinho (2016).

O mapeamento das edições do JN iniciou no dia 2 de outubro de 2023 – considerando que o dia 1 se trata de um domingo – até o dia 31 de outubro de 2023. Após a coleta de dados das edições, utilizou-se a tabela de análise, destacando os principais pontos da cobertura e qual foi teor das produções jornalísticas. Nesse processo, espera-se que sejam reveladas as estratégias do discurso, modos de expressão e os sentidos evidentes ou não, das narrativas audiovisuais. Resumidamente, o protocolo visa uma maneira abrangente de examinar e compreender os elementos presentes no telejornalismo (Coutinho, 2016; 2018; 2022).

Para tanto, são analisados os cinco elementos audiovisuais: texto, som, imagem, tempo e edição. Isso possibilitou uma análise da natureza

audiovisual do objeto. Após todo a coleta e estudo do material organizado, foi possível perceber a construção da narrativa do Jornal Nacional, o favorecimento ou desfavorecimento de alguns estados do norte do Brasil, as imagens, as fontes e o teor da cobertura sobre a tragédia ambiental ocorrida em 2023, que afetou – e ainda afeta – tantas pessoas. Os dados são apresentados e discutidos a seguir.

Os incêndios na Amazônia em rede nacional: o que noticiou o JN?

Foram analisadas todas as edições do Jornal Nacional em outubro de 2023, período classificado como o mês de outubro mais incendiário em 15 anos. Por meio da coleta de dados, foi possível reunir o material veiculado pelo telejornal sobre a temática e sintetizar o perfil da cobertura jornalística no quadro abaixo:

Quadro 2 - Ficha de análise dos dados coletados

Data	A cobertura do Jornal Nacional ocorreu em dias intercalados, no período de 03/10/2023 a 16/10/2023.
Formato	Reportagens tradicionais do telejornalismo diário, sem grandes reportagens ou maior aprofundamento.
Tempo	Em 28 dias de coleta foram realizadas 6 reportagens e 1 nota coberta, totalizando 10 minutos e 41 segundos para a temática.
Imagens	Seca de rios, barcos encalhados, focos de fogo, céu nublado de fumaça, cidades em cinza, carros andando pela cidade em chamas, pessoas tentando apagar o fogo.
Fontes	Delegados, pessoas afetadas por secas e queimadas, comunidade indígena, meteorologista, médica, polícia, ministra do meio ambiente, governador do Amazonas, vice-presidente da República.
Autoria	Das seis reportagens, cinco foram realizadas no estado do Amazonas, três delas pelo repórter da Rede Amazônica Alexandre Hisayasu, uma por Daniela Branches e uma por Catiane Moura. A sexta reportagem foi realizada por Regina Souza, em São Luís. No Jornal Nacional, o apresentador Helter Duarte apresentou uma nota coberta.

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

A cobertura do telejornal iniciou no dia 3 de outubro de 2023, com uma reportagem de 2 minutos e 20 segundos, assinada por Daniela Branches, de Manaus (AM). A reportagem foi produzida pela Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo em cinco estados da região Norte. A matéria abre com um off que destaca uma combinação extrema de fatores: altas temperaturas, estiagem prolongada e vazantes dos rios, elementos que contribuem para a propagação dos focos de incêndio florestal e o avanço da fumaça no município de Iranduba, no Amazonas.

A passagem da repórter, com duração de 21 segundos, mostra um canal abastecido pela água do rio negro, mas que havia se transformado em um córrego totalmente seco, onde mais de duas mil famílias sofriam com as consequências da estiagem. O conteúdo é encerrado com uma nota pé[7] lida por William Bonner, informando que o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, anunciou que o governo federal iria destinar cerca de R$138 milhões para a instalação de duas dragas nos rios Solimões e Madeira, com o objetivo de facilitar a navegação afetada pela seca.

A reportagem inicia abordando as queimadas e os focos de incêndio, mas direciona seu foco principal para a estiagem e a seca severa que afetou o estado do Amazonas. As imagens iniciais evidenciam áreas de floresta em chamas e a propagação intensa da fumaça pelo território, além de apresentarem o trabalho de brigadistas e do Corpo de Bombeiros no combate ao fogo. No dia seguinte, 4 de outubro de 2023, a segunda reportagem abordou a seca e as altas temperaturas como fatores que contribuíram para a propagação dos incêndios no estado do Amazonas, com foco no município de Iranduba e na capital Manaus. Com duração de 1 minuto e 40 segundos, a matéria apresentou imagens aéreas feitas a partir de um helicóptero, registrando a atuação da Marinha sobre os focos de incêndio e a densa fumaça que cobria a floresta. A reportagem, com autoria de Alexandre Hisayasu, da filial Rede Amazônica, incluiu uma

[7] Nota breve e ao vivo lida pelo apresentador no final de uma matéria, com esclarecimentos ou complemento à reportagem (Paternostro, 2006).

passagem de 14 segundos do repórter a bordo do helicóptero, que acompanhava os esforços para conter os focos de incêndio.

O conteúdo da primeira semana foi encerrado com duas reportagens convencionais, totalizando quatro minutos de cobertura, destacando a seca e a estiagem como fatores que contribuíram para intensificar os incêndios e focos de queimada no Amazonas. Nas duas primeiras reportagens sobre o tema, observa-se a predominância de fontes oficiais. A primeira matéria contou com depoimentos de uma moradora e vigia de barcos encalhados, além de mencionar posicionamentos dos governos do Estado e Federal. Já a segunda reportagem utilizou como fonte um delegado de Manaus, a fala do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e menções à atuação da Defesa Civil. As reportagens deixam de estabelecer contato direto com a população afetada e não apresentam uma diversidade de fontes que permita compreender e aprofundar a complexidade do tema. Além disso, o conteúdo não contempla os impactos das queimadas sobre o território nem os efeitos do fogo na vida e na saúde das pessoas, o que evidencia a superficialidade com que o assunto é tratado.

Após um intervalo de seis dias sem novas reportagens sobre o tema, a pauta retornou à editoria do Jornal Nacional em 11 de outubro de 2023. A segunda semana de cobertura inicia com uma matéria da repórter Catiane Moura, da afiliada Rede Amazônica, em Manaus. Com 1 minuto e 52 segundos de cobertura, o material aborda as queimadas na capital do Amazonas de forma mais completa. A reportagem aponta que o fogo, em muitos casos, é causado pelo desmatamento intencional, prática comum para abertura de áreas. A repórter também apresenta dados sobre a extensão dos incêndios e como o fogo pode ser prejudicial para a saúde da população. O material recorre a fontes diversas, incluindo uma estudante, um agricultor, um delegado da Polícia Federal, um professor de meteorologia e o governador do Amazonas, demonstrando pluralidade na seleção das vozes. Essa variedade contribui para ampliar a abordagem da

pauta, articulando os impactos diretos sobre a população com as ações adotadas pelo poder público para solucionar o problema.

Os conteúdos veiculados nos dias 12 e 13 de outubro de 2023 mantiveram a linha de aprofundamento observada na cobertura do dia 11. Com ambas as reportagens assinadas pelo repórter Alexandre Hisayasu, o material abordou a fumaça e as queimadas em diversas áreas do estado do Amazonas. As matérias apresentaram dados relevantes e uma ampla variedade de fontes, dialogando com moradores locais, médicos, lideranças indígenas e representantes governamentais e institucionais. A reportagem do dia 12 teve duração de 2 minutos e 17 segundos, enquanto a do dia 13 totalizou 2 minutos e 11 segundos. Durante os três dias consecutivos de cobertura, três imagens (figura 1) se repetiram ao longo do material.

Figura 1 - Imagens repetidas na cobertura do JN



Fonte: Captura de tela / Globoplay, 2025.

É compreensível que, por se tratar de uma mesma temática, as reportagens sigam uma linha semelhante de abordagem e que ocorra a repetição de imagens. No entanto, essa repetição também revela uma limitação no conteúdo, que tende a permanecer no senso comum, sem avançar para outras perspectivas ou aprofundamentos analíticos. A cobertura permanece ancorada em um tratamento generalizante das queimadas e dos picos de incêndio, sem aprofundar outras dimensões relevantes do fenômeno, como suas causas estruturais, implicações socioambientais específicas ou os conflitos sociais, econômicos e políticos relacionados ao tema.

A segunda semana de cobertura da temática encerra no dia 14 de outubro de 2023, com uma nota coberta[8] lida pelo apresentador Helter Duarte. A nota aborda o tema em 21 segundos, destacando uma chuva forte que aliviou os moradores do Amazonas e auxiliou na redução da fumaça na região. Também é apresentado um dado relevante: nas duas primeiras semanas do mês de outubro, o estado já havia registrado quase o dobro de focos de incêndio em comparação com o mesmo período em 2022. As imagens se limitaram a vídeos da chuva e do céu acinzentado.

A terceira e última semana de cobertura do Jornal Nacional sobre as queimadas na Amazônia em outubro teve início e fim no dia 16, com uma reportagem produzida no município de São Luís, no Maranhão. O material foi assinado pela repórter da TV Mirante, Regina Souza, com duração de 1 minuto e 57 segundos. A temática concentrou-se na atuação indígena para conter o avanço do fogo na região do Alto Turiaçu. As fontes presentes na reportagem foram o grupo indígena Guardiões da Floresta e a Secretaria dos Povos Indígenas do Maranhão. As imagens da reportagem evidenciam a organização dos povos indígenas no combate ao fogo, mesmo com os riscos à saúde, a falta de equipamentos adequados e diante da degradação de uma das áreas mais preservadas do estado do Maranhão, que faz parte da Amazônia Legal.

Destaca-se que a cobertura iniciou no dia 3 de outubro de 2023 e seguiu de forma intercalada até 16 de outubro, não havendo menção ao tema após essa data. Nesse período, foram veiculadas seis reportagens e uma nota coberta, totalizando 10 minutos e 41 segundos de cobertura e com depoimentos de 15 fontes. Das seis reportagens, cinco foram produzidas no estado do Amazonas e uma no Maranhão, o que evidencia uma limitação editorial significativa, especialmente diante da exclusão majoritária da região norte da agenda do telejornal. Tal omissão contrasta com os dados apresentados pelo Boletim Mensal de outubro de 2023 do

[8] Texto lido pelo apresentador do telejornal em off e exibição de imagens durante a narração (Paternostro, 2006).

MapBiomas Fogo[9]. Conforme o estudo, entre os dez estados mais atingidos pelas queimadas no mês de outubro, oito pertenciam à Amazônia Legal – sendo seis da região Norte.

Ainda segundo o boletim do MapBiomas Fogo, o estado do Pará liderou o ranking nacional de áreas afetadas por queimadas, totalizando 1.035.027 hectares destruídos pelo fogo no período. Em seguida, destaca-se o estado do Amazonas, com 462.098 hectares queimados. Esses números evidenciam a gravidade da crise ambiental que atingiu, de forma severa, os dois maiores estados da região Norte do Brasil. Ainda entre os mais afetados, o Amapá aparece na sétima posição, com 168.482 hectares incendiados, seguido por Rondônia (150.638 ha), Roraima (145.204 ha) e Tocantins (111.661 ha), revelando a extensão dos incêndios nos territórios amazônicos. A desproporção entre a gravidade da crise climática e a cobertura do JN sugere uma negligência quanto à complexidade socioambiental da região Norte, limitando a percepção pública sobre as queimadas e os impactos territoriais e humanos dessa crise.

É fundamental pontuar que os indicadores de focos de queimadas em 2023 já se apresentavam alarmantes desde o mês de setembro. Segundo dados do Boletim Mensal do MapBiomas Fogo, publicado em setembro[10], o bioma mais impactado foi a Amazônia, com uma área total de 1.882.407 hectares afetados pelo fogo. No mesmo período, entre os 10 estados brasileiros mais atingidos, o estado do Pará ocupou a primeira posição, com 691.081 hectares queimados. Em seguida, destacam-se os estados do Tocantins (397.572 ha), Amazonas (312.959 ha), Rondônia (264.513 ha), Amapá (134.585 ha) e Roraima (80.502 ha), evidenciando a concentração dos focos de incêndio em seis dos sete estados que compõem a região norte do país.

[9] Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/11/MapBiomas_Boletim_mensal_Outubro2023.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.
[10] Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/MapBiomas_Boletim_mensal_Setembro2023.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025

Assim, ao iniciar a cobertura em outubro, já existia um entendimento comum sobre a gravidade da situação, com diversos desdobramentos em toda a região. Nesse sentido, as reportagens não refletem adequadamente a intensidade da crise, que se agravou em outubro, mas não teve início nesse período. As queimadas observadas no início de outubro foram, na verdade, a continuação e intensificação dos focos registrados em setembro, que foram progressivamente se agravando durante os meses seguintes. Esse contexto justificaria uma abordagem mais aprofundada do tema, uma vez que a situação não era desconhecida, mas resultado de uma série de fatores climáticos, ações humanas e omissões por parte de diferentes esferas de poder.

Diante disso, esperava-se que a cobertura apresentasse diferentes perspectivas, trazendo não apenas o relato dos fatos, mas análises que ajudassem a população a compreender a complexidade da situação. Poderiam ter sido incluídas matérias explicativas sobre as causas ambientais e humanas das queimadas, reportagens especializadas sobre os impactos na saúde pública, na economia e agricultura familiar da região, bem como maior inclusão de vozes das comunidades ribeirinhas e indígenas diretamente afetadas. Além disso, uma abordagem mais sensível e educativa poderia ter instigado a reflexão da sociedade, fornecendo elementos para o debate e para a cobrança de ações concretas por parte dos gestores públicos.

Levando em consideração os ensinamentos sobre jornalismo ambiental de Bueno (2007), a cobertura jornalística de temas ambientais deve contemplar não apenas as vozes com presença consolidada nos meios de comunicação, como autoridades, especialistas, empresários e políticos, mas também incluir pessoas e organizações historicamente marginalizados pela mídia, como fontes locais, lideranças comunitárias e membros de comunidades diretamente afetadas por questões ambientais. “O jornalismo ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e

não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés" (Bueno, 2007, p.14). Dessa forma, a pluralidade de fontes é um dos fatores essenciais para humanizar a pauta ambiental e denunciar as causas e consequências desses fenômenos em escala nacional, o que foi pouco observado na cobertura do JN.

Além disso, partindo das funções do jornalismo ambiental levantadas por Bueno (2007), verificou-se que o Jornal Nacional apenas atuou na função informativa, destacando os casos das queimadas na Amazônia e ressaltando as possíveis causas e consequências. Com relação às funções pedagógica e política, o telejornal deixou de atuar nesses campos e não ofereceu uma cobertura que orientasse a população sobre a problemática, como lidar com o problema e possíveis soluções para evitar outras ondas de queimadas. Também não apresentou uma cobertura que despertasse engajamento da população nas questões ambientais vivenciadas pelo povo da Amazônia.

Diante disso, essa compreensão sobre o papel do jornalismo ambiental, especialmente das suas funções informativas, pedagógicas e políticas, reforça a responsabilidade dos meios de comunicação na mediação entre a temática e a sociedade. Quando a imprensa assume o compromisso de pautar temas ambientais complexos, como as queimadas na Amazônia, o jornalismo não deve apenas informar o fenômeno do fogo, mas também contribuir para a formação de uma consciência pública crítica e participativa. Nesse sentido, é fundamental reconhecer como a mídia, ao selecionar o que mostrar e o que não mostrar, molda a percepção coletiva sobre o que é relevante no debate público.

De acordo com Mayo (2004, p. 7), “só em tais termos tem sentido uma denominação como a de ‘meios de comunicação’, na medida em que os mesmos são dispositivos de aproximação da audiência dos fatos que, por diversos motivos, são inacessíveis no espaço e no tempo”. Segundo o autor, os debates, acontecimentos e questões sociais que antes circulavam em espaços físicos, agora ganham visibilidade e relevância quando aparecem

nos meios de comunicação. Assim, o que é percebido como realidade pública passa, muitas vezes, a ser aquilo que é mostrado ou destacado nesses meios.

Ao compreender o Jornal Nacional como o telejornal de maior audiência no Brasil, é possível observar que a cobertura midiática realizada pelo veículo não pode ser considerada um instrumento efetivo de aproximação da população com os acontecimentos do país. Com base na análise dos dados, torna-se evidente que o foco da cobertura se concentrou exclusivamente no Amazonas, enquanto outros cinco estados da região norte foram negligenciados. Dessa forma, o Jornal Nacional contribui para a invisibilização da região e dos impactos enfrentados por diversas populações afetadas pelas queimadas, como a deterioração da saúde, a destruição dos ecossistemas, a perda de moradias, além dos prejuízos vividos por comunidades tradicionais e ribeirinhas. Esses grupos, muitas vezes obrigados a lidar com os incêndios sem apoio ou visibilidade nacional, foram excluídos de uma cobertura que priorizou crises e desastres em detrimento da complexidade da situação.

Ao noticiar as queimadas na Amazônia em 2023, a cobertura do JN nos territórios nortistas se restringe ao tradicional, sem aprofundamento ou abordagem em práticas do jornalismo ambiental. Além disso, Bucci (2000, p. 45) critica a maneira quando o jornalismo perde sua função informativa e reflexiva, “[...] quando o jornalismo emociona mais do que informa, tem-se aí um problema ético, que é a negação da sua função de promover o debate de idéias no espaço público”. Sendo assim, quando a cobertura jornalística se baseia em pautar crises ambientais, sem a preocupação de apresentar múltiplas perspectivas, ela deixa de fomentar a reflexão e o diálogo, passando a oferecer narrativas simplificadas, que distorcem a percepção pública dos fatos.

As informações observadas nesta análise também se relacionam com os resultados apresentados por Félix (2022), que estudou a cobertura das queimadas na Amazônia pelo Jornal Nacional durante o mês de agosto de

2019. Embora o telejornal tenha abordado a temática ambiental em todas as 27 edições exibidas naquele período, a distribuição geográfica das reportagens evidenciou uma cobertura excludente para os estados que compõem o norte do país. Segundo o estudo, 30,7% das matérias externas foram produzidas no Distrito Federal, número que representa mais do que o total produzido em todos os estados da Amazônia Legal, que somaram 23%. O Pará aparece com 12,3% das reportagens, seguido por São Paulo (7,6%), enquanto o conteúdo internacional correspondeu a 19,8% do total. A análise de Félix (2022) evidencia que, mesmo diante de uma grave crise ambiental na Amazônia, a cobertura do Jornal Nacional priorizou as regiões que concentram os centros político-administrativos.

> Considerando apenas as matérias produzidas em território brasileiro, a influência de Brasília fez com que mais da metade (51,9%) dos VTs voltados ao meio ambiente no período tenham sido produzidos na região Centro-Oeste. Sequencialmente, a região Norte foi responsável por 21,1% do conteúdo nacional sobre a temática, enquanto o Sudeste respondeu por 17,3%, o Nordeste por 7,6% e o Sul por 1,9% (Félix, 2022, p. 110).

Acerca dos princípios do jornalismo ambiental e da abordagem sobre o meio ambiente, a cobertura sobre as queimadas e os picos de incêndio é generalista e não explora causas estruturais, conflitos socioambientais ou as implicações políticas e econômicas locais. A falta de profundidade na temática ambiental observada nesta pesquisa também foi identificada por Pimentel (2022), que investigou a cobertura das queimadas na Amazônia feita pelo Jornal Nacional entre agosto de 2019 e setembro de 2020. O autor selecionou oito matérias a partir de dois critérios: o recorte de veiculação, com quatro reportagens entre agosto e dezembro de 2019 e quatro entre janeiro e setembro de 2020 e o limite de duração, considerando apenas conteúdos com até quatro minutos e trinta segundos.

A análise de Pimentel (2022) revelou a predominância de enquadramentos institucionais e econômicos, com ênfase nos impactos das queimadas sobre a economia nacional. As fontes mais recorrentes

foram autoridades oficiais e especialistas, com pouca presença de vozes alternativas, locais ou comunitárias. Apenas uma matéria apresentou enfoque ecossocial relacionado com as práticas do jornalismo ambiental, centrado na pluralidade de vozes, no protagonismo das pessoas afetadas e em valores como solidariedade, sustentabilidade e bem-estar coletivo.

Nesse sentido, verifica-se que o Jornal Nacional é marcado por abordagens simplificadas, que reduzem a complexidade dos problemas ambientais e reforçam padrões históricos de invisibilização das populações e territórios diretamente afetados. A análise das edições do telejornal revela que o foco da cobertura das queimadas em outubro de 2023 não foi direcionado aos estados da região Norte e que, mesmo quando o tema em pauta é a Amazônia, a região como um todo não é devidamente considerada. A ausência de uma abordagem ampla e representativa evidencia a negligência desses territórios no noticiário nacional, contribuindo para o apagamento das realidades locais e para o enfraquecimento da pluralidade regional no discurso midiático sobre o meio ambiente.

Considerações finais

O levantamento realizado neste trabalho evidencia que a cobertura do Jornal Nacional sobre as queimadas na Amazônia em outubro de 2023 foi marcada por abordagens limitadas, centralizadas e pouco comprometidas com a extensão territorial da Amazônia. Ao longo de 28 edições, o tema recebeu apenas 10 minutos e 41 segundos de atenção, distribuídos em seis reportagens tradicionais e uma nota coberta, veiculadas em um período intercalado entre 3 e 16 de outubro. Dentre essas, uma reportagem foi produzida no Maranhão e cinco se concentraram no estado do Amazonas, com foco exclusivo na capital e nos municípios de Iranduba e Autazes, sem o envio de repórteres a locais mais distantes.

Nesse sentido, cinco estados da região norte do Brasil foram excluídos da cobertura do JN, sem menção durante as 28 edições do telejornal. São

eles: Pará (o estado que mais queimou no mês), Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, que enfrentaram as queimadas sem qualquer atenção da mídia nacional. Além disso, a cobertura também ignorou a devastação em áreas mais remotas, os efeitos sobre a saúde da população, a perda da rotina, de moradias, e os esforços comunitários das populações mais distantes para enfrentar os incêndios, optando por uma narrativa restrita, com imagens repetidas e pouca diversidade de fontes. A falta de deslocamento de jornalistas e de múltiplos enquadramentos reforça ainda mais um padrão de apagamento midiático já observado em outras crises ambientais na Amazônia.

É fundamental reconhecer que discutir a Amazônia é, simultaneamente, discutir territórios nortistas. A região Norte e suas populações tradicionais desempenham um papel central na preservação do bioma, uma vez que a relação com a floresta está profundamente enraizada em sua identidade: ser nortista é, antes de tudo, ser amazônida. Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa foi analisar como o Jornal Nacional, maior telejornal do país, pautou as queimadas ocorridas nesses territórios, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, buscando compreender se houve uma cobertura adequada das áreas afetadas pelo fogo. Ao analisar as matérias e a superficialidade do conteúdo veiculado, a pesquisa demonstrou que o telejornal não contemplou os princípios do jornalismo ambiental e falhou em transmitir aos telespectadores a gravidade da crise socioambiental enfrentada no mês de outubro de 2023, classificado como o mais incendiário dos últimos 15 anos.

Diante desse cenário, torna-se indispensável repensar os critérios jornalísticos adotados na cobertura de eventos ambientais no Brasil. A negligência em relação à pluralidade regional e à escuta de comunidades afetadas compromete o direito à informação e a construção de uma opinião pública crítica. O jornalismo ambiental, quando bem executado, é uma ferramenta para promover o debate público, educar e mobilizar a sociedade em torno de questões urgentes. A televisão, mesmo sendo um

meio com grande poder de visibilidade, nem sempre consegue representar de forma justa a realidade vivida pelas pessoas afetadas. A decisão sobre o que noticiar não deveria se basear apenas em critérios editoriais relacionados à noticiabilidade e à audiência, pois é fundamental que o jornalismo preserve seu compromisso social, representando a verdade dos fatos com uma apuração digna e responsável.

Referências

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33–44, jan./jun. 2007. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897/8391. Acesso em: 20 mar. 2025.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e público: sobre vínculos com o cidadão, convertido em audiência. *In:* PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska. (orgs.). **O Brasil (é) ditado.** Florianópolis: Insular, 2012. p. 21-42.

COUTINHO, Iluska; ANDRADE, Ana Paula Goulart de. Análise da materialidade audiovisual (AMA): relato sobre as experiências de um método em fluxo para compreender o jornalismo em telas. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE JORNALISMO, 21., 2022, Teresina. **Anais** [...] Teresina: ABEJ, 2022. Disponível em: https://repositorio.abejor.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Analise-da-materialidade.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

COUTINHO, Iluska. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual – Da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. *In:* ÉMERIM, Carlida; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (orgs.). **Epistemologias do Telejornalismo Brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2018.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36, 2016, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

FÉLIX, Lucas Rodrigues. **A crise ambiental na Amazônia em 2019:** análise da cobertura do Jornal Nacional. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos de Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/2bbbe771-8570-4fd3-adc0-0bb51c8000b5/content. Acesso em: 20 fev. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Infoqueima.** v. 8, n. 10, São Paulo: Inpe, 2023. Disponível em: https://dataserver-coids.inpe.br/queimadas/queimadas/Infoqueima/2023/2023_10_infoqueima.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. A TV pública. *In:* HAMBURGER, Esther; BUCCI, Eugênio (orgs.). **A TV aos 50:** criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

LORÊDO, João. **Era uma vez... a televisão**. São Paulo: Ed. Alegro, 2000.

MAYO, Enrique Castelló. **La producción mediática de la realidad**. Madrid: Laberinto, 2004.

MEMÓRIA GLOBO. **Concepção e estreia**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2024. Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/noticia/concepcao-e-estreia.ghtml#ancora_1. Acesso em: 20 jan. 2025.

PAINEL EL NIÑO. Boletim Mensal n. 02: Painel El Niño 2023-2024. 20 out. 2023. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/uploads/notastecnicas/El-Ni%C3%B1o-2023-boletim-de-outubro.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV**: Manual de Telejornalismo, editora Campus. Rio de Janeiro, 2006.

PIMENTEL, Filipe. **Incêndios e queimadas na Amazônia:** posicionamentos editoriais adotados pelo Jornal Nacional. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/240110/001142181.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 fev. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Porto Alegre: Editora Feevale, 2013.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. Summus Editorial, 2000.

ROCHA, Liana Vidigal; SILVA, Edna Mello. Do Imagens do Dia ao Hora Um: um panorama histórico do telejornalismo nacional. *In:* CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE COMUNICAÇÃO IBERCOM, 14., 2015. São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: IBERCOM, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280555869_DO_IMAGENS_DO_DIA_AO_HORA_UM_UM_PANORAMA_HISTORICO_DO_TELEJORNALISMO_NACIONAL. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, Edna de Mello. Fases do telejornalismo: uma proposta metodológica. *In:* EMERIM, Cárlida; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane. **Epistemologias do telejornalismo brasileiro.** Florianópolis: Insular, 2018.

Capítulo 3

Entre o território e o algoritmo: plataformização e desafios do jornalismo local no Amapá

Danilo Borges e Silva de Araújo
Ellen Fernanda Pinon
Iarley da Silva Aquino
Raila Vitoria Guedes de Souza
Eudenise Lobato de Lima
Raissa Cruz da Silva

O ecossistema comunicacional contemporâneo passa por transformações impulsionadas pela centralidade crescente das plataformas digitais. O jornalismo digital abriu possibilidades de distribuição mais ampla e democrática da informação (Kawamoto, 2003), porém, no Brasil, esse processo se desenvolveu de maneira desigual, reproduzindo e aprofundando assimetrias históricas, econômicas e territoriais. Isso acontece devido ao fato de que algumas regiões concentraram investimentos tecnológicos e infraestrutura midiática, enquanto outros territórios permaneceram em condições de vulnerabilidade informacional, produzindo menos, circulando menos e sendo menos representados nos fluxos nacionais de informação.

Nesse cenário, a plataformização da comunicação, entendida como o processo pelo qual infraestruturas digitais corporativas organizam ativamente a visibilidade e o fluxo de conteúdos em diferentes setores da sociedade (Van Dijck, Poell, De Waal, 2018), impõe uma lógica que favorece atores com maior capacidade técnica, financeira e institucional (Grohmann, 2020). No campo jornalístico, essa dinâmica resulta na dependência crescente dos veículos em relação às plataformas para alcançar audiências, ampliar circulação e garantir sustentabilidade

financeira, além disso, os mecanismos algorítmicos passam a condicionar o que se torna visível no ambiente digital.

A Amazônia, apesar de sua indiscutível relevância ambiental, cultural e política, segue sub-representada no jornalismo nacional (Mendonça, 2025; Costa, 2022). Esse fenômeno é resultado do histórico centralismo editorial concentrado nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Essa configuração cria uma situação que pode ser compreendida como uma dupla periferia. Em escala global, estudos sobre a plataformização mostram que grandes corporações, localizadas principalmente no Norte Global, extraem dados, atenção e conteúdos produzidos por usuários para transformá-los em valor econômico. Esse processo é denominado por Couldry e Mejias (2018) de colonialismo de dados. No contexto brasileiro, observa-se uma dinâmica semelhante. Os grandes centros midiáticos do Sul e do Sudeste ocupam uma posição central na produção e circulação de informações, enquanto a Amazônia permanece em uma posição com menor capacidade de definir agendas, narrativas e formas de visibilidade.

Milan e Treré (2022) propõem o uso do termo "Suis" (Sul/dos Suis) para destacar que as relações de desigualdade não ocorrem apenas entre o Norte e o Sul globais, elas também se reproduzem dentro de países que já ocupam uma posição periférica no cenário internacional, criando diferentes níveis de marginalização. No Amapá, essa dinâmica se manifesta de forma evidente. No contexto nacional, o estado ocupa uma posição em relação aos centros editoriais, concentrados principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. No cenário global, sua circulação de conteúdos também depende das regras e dos algoritmos definidos por grandes plataformas sediadas, em sua maioria, nos Estados Unidos.

Essa condição é agravada pelas características do território. A infraestrutura de transporte é limitada e o custo para chegar a comunidades ribeirinhas e áreas de floresta é elevado. Embora esses desafios também estejam presentes em outras regiões, como o Pantanal, a

Amazônia Legal e o interior da Região Norte, eles impactam diretamente a rotina de apuração jornalística.

As plataformas digitais ampliam as possibilidades de distribuição e colaboração entre jornalistas, mas não substituem o trabalho de campo. A produção de um jornalismo de qualidade continua dependendo da presença dos profissionais nos territórios e do investimento em estruturas locais de reportagem. Diante disso, este artigo busca responder à seguinte pergunta: de que forma os estudos sobre jornalismo local digital e plataformização podem ser articulados para compreender as especificidades do jornalismo amazônico em contextos atravessados por desigualdades?

Tem-se como objetivo geral analisar, a partir de um ensaio teórico, como os mecanismos de dataficação, comodificação e seleção algorítmica reconfiguram o jornalismo local no Amapá, em diálogo com as desigualdades estruturais da região amazônica. Argumenta-se, como hipótese central, que o Amapá constitui um caso para pensar os efeitos da plataformização em ecossistemas midiáticos com reduzida capilaridade dos meios tradicionais e que produzir informação de proximidade nessa região é um ato de resistência às lógicas de invisibilização e um instrumento fundamental de autonomia informacional e consciência crítica para as populações locais (Castro, 2013).

Opta-se pelo ensaio teórico como estratégia metodológica por permitir articular, de forma crítica e reflexiva, campos teóricos ainda pouco dialogados, os estudos sobre plataformização e sobre jornalismo local amazônico, contribuindo para a construção de um quadro conceitual inicial capaz de orientar futuras investigações empíricas sobre o tema.

Para desenvolver essa argumentação, o artigo organiza-se em quatro seções. A primeira apresenta o quadro teórico sobre plataformização da comunicação, com ênfase nos mecanismos de dataficação, comodificação e seleção. A segunda discute as condições estruturais do jornalismo local amazônico. A terceira analisa a relação entre plataformização e jornalismo

local no Amapá, identificando tensões e singularidades territoriais. Por fim, as considerações finais apontam caminhos para futuras pesquisas e para o fortalecimento do ecossistema comunicacional amazônico.

Plataformização da comunicação e impactos no jornalismo

Compreender as transformações recentes do jornalismo exige um referencial que explique o avanço das tecnologias digitais e as relações de poder que orientam seu funcionamento. Nesse sentido, Van Dijck, Poell e De Waal (2018) definem a sociedade de plataforma como um contexto em que grande parte das atividades sociais, econômicas e culturais passa a ser mediada por plataformas digitais, predominantemente controladas por grandes corporações. Essas plataformas operam por meio de algoritmos e da coleta e processamento de dados, tornando-se os principais ambientes em que pessoas e organizações se conectam, interagem, produzem e fazem circular informações.

Ao aprofundarem essa discussão, Poell, Nieborg e Van Dijck (2019) explicam que as plataformas digitais funcionam como infraestruturas que coletam dados dos usuários, processam essas informações por meio de algoritmos e as utilizam para organizar e monetizar a circulação de conteúdo. Desse modo, as plataformas influenciam quais informações ganham maior visibilidade e alcançam diferentes públicos.

A expansão desse modelo para diferentes esferas da vida social caracteriza a plataformização. Nesse processo, as plataformas passam a mediar um número cada vez maior de atividades, transformam práticas culturais e são moldadas por elas. No campo jornalístico, essa dinâmica dá origem à plataformização do jornalismo (Jurno, D'Andréa, 2020), isso significa que a produção, a circulação e a distribuição das notícias passam a ser cada vez mais orientadas pelas regras, pelos algoritmos e pelos formatos definidos pelas plataformas digitais.

Van Dijck (2022) descreve o ecossistema de plataformas digitais como uma estrutura hierárquica e interdependente, sustentando que ele é

dominado por um pequeno grupo de empresas, Amazon, Apple, Google, Meta e Microsoft, que controlam diferentes camadas dessa estrutura, da infraestrutura de rede aos aplicativos e serviços voltados ao usuário final, concentrando grande parte do poder sobre a circulação de informações (Van Dijck, 2022).

Essa lógica de concentração ganha um novo significado quando pensada a partir da Amazônia, que é conhecida por sua diversidade de territórios, populações e formas de vida. Já o ecossistema das plataformas digitais funciona de maneira oposta, em vez da diversidade, predomina a concentração do poder em poucas empresas. Na prática, isso significa que até os veículos jornalísticos amazônicos dependem dessas plataformas para distribuir seus conteúdos e alcançar o público.

Essa dependência em relação às plataformas pode ser compreendida a partir dos mecanismos que estruturam a plataformização. Van Dijck, Poell e De Waal (2018) identificam três processos fundamentais que explicam como as plataformas organizam e exercem influência sobre a circulação de informações.

Para compreender, no entanto, como atores com menor poder estrutural, como é o caso dos veículos jornalísticos deste território, respondem e negociam sua visibilidade diante dessas lógicas, este artigo mobiliza ainda o conceito de resistência algorítmica cotidiana (Bonini, Treré, 2024), retomado nas considerações finais para interpretar as estratégias do jornalismo local amapaense frente à plataformização.

O primeiro é a dataficação, processo pelo qual ações, interações e comportamentos realizados em ambientes digitais são continuamente transformados em dados passíveis de coleta, armazenamento e análise. No jornalismo, cliques, compartilhamentos e tempo de leitura tornam-se insumos que orientam decisões editoriais, transferindo às plataformas uma forma de governança sobre o conteúdo informativo que transcende a curadoria jornalística tradicional.

O segundo mecanismo é a comodificação, que consiste na transformação dessas interações em ativos econômicos. Nesse modelo, dados, atenção e engajamento tornam-se mercadorias valiosas para as plataformas, que atuam como mercados multilaterais capazes de conectar diferentes atores sociais e econômicos. Para os veículos jornalísticos, essa dinâmica gera um duplo movimento porque, por um lado, eles se tornam cada vez mais dependentes dos gigantes da tecnologia para distribuir seu conteúdo por meio de plataformas. Essa dependência é o que permite alcançar o público e gerar receita, já que, por outro lado, essa mesma estratégia faz com que os veículos percam o controle sobre como seu conteúdo circula, quem o vê e como a publicidade é direcionada (Van Dijck, Poell, De Waal, 2018).

Além das transformações editoriais e distributivas, a plataformização produz uma profunda reorganização econômica do jornalismo. Se, anteriormente, os veículos detinham maior controle sobre os processos de produção, distribuição, comercialização publicitária e relacionamento com as audiências, a ascensão das plataformas digitais deslocou parcela significativa dessas funções para empresas de tecnologia.

A captura da publicidade digital por plataformas globais reduziu a autonomia financeira dos veículos e os obrigou a buscar novas formas de sustentabilidade econômica, frequentemente condicionadas às regras e infraestruturas dessas corporações (Santos; De Marchi, 2025). A relação torna-se ainda mais assimétrica porque o acesso aos dados de consumo, aos critérios de recomendação e às métricas de desempenho permanece concentrado nas próprias plataformas. Como resultado, os veículos passam a depender de infraestruturas privadas e relativamente fechadas, sem acesso pleno às informações necessárias para compreender a circulação de seus conteúdos ou para definir estratégias autônomas de monetização e desenvolvimento de audiência. Nesse contexto, a dependência tecnológica converte-se também em dependência financeira, ampliando a

vulnerabilidade dos veículos diante das mudanças algorítmicas e comerciais promovidas pelas plataformas.

O terceiro mecanismo, denominado seleção ou curadoria algorítmica, possui relevância especial para o jornalismo. Por meio de algoritmos e sistemas de recomendação, as plataformas filtram conteúdos e definem quais informações terão maior alcance e visibilidade. A circulação de notícias passa a ser influenciada por indicadores como popularidade, engajamento e aderência aos perfis dos usuários, favorecendo conteúdos que despertem reações rápidas e intensas (Bentes, 2019), além de deslocar o foco de valores públicos e coletivos para interesses particulares (Bruno, Bentes & Faltay, 2019). Esse processo transfere parte do controle da circulação das informações dos veículos jornalísticos para as plataformas.

Essa discussão adquire relevância ainda maior quando observada a partir da Amazônia brasileira. Em regiões historicamente caracterizadas por desigualdades de acesso à informação, as plataformas digitais tornam-se mecanismos centrais de circulação noticiosa. Entretanto, essa centralidade também produz novas formas de dependência, uma vez que a visibilidade de acontecimentos locais passa a depender dos critérios algorítmicos definidos por corporações globais. A plataformização, portanto, interfere diretamente na produção da visibilidade territorial, influenciando quais temas, comunidades e problemas amazônicos conseguem alcançar reconhecimento público. No caso dos veículos locais amazônicos, a subordinação às plataformas define quais vozes circulam, quais territórios se tornam visíveis e quais histórias têm chance de alcançar audiência.

É importante reconhecer que grande parte dos estudos sobre plataformização, comunicação e jornalismo foi construída a partir de realidades norte-americanas e europeias, onde estão sediadas as principais empresas de tecnologia. Essa concentração também aparece na produção científica internacional. Levantamentos bibliométricos indicam a

predominância de pesquisas dos Estados Unidos, Europa e Coreia do Sul, enquanto autores latino-americanos permanecem sub-representados (Souza, Fígaro, 2026).

Essa assimetria exige cuidado ao aplicar esses conceitos a territórios como o Amapá. As teorias da plataformização oferecem ferramentas importantes para compreender as transformações do jornalismo, mas foram formuladas a partir de contextos com diferentes condições de infraestrutura, conectividade e organização do mercado de mídia. Por isso, neste estudo, essas categorias são utilizadas como ponto de partida, sendo confrontadas pelas características específicas do território amazônico.

Jornalismo local amazônico em contexto de plataformização

Embora a plataformização reorganize o jornalismo em escala global, seus efeitos não se manifestam de forma uniforme. As transformações promovidas pelas plataformas são atravessadas pelas condições sociais, econômicas, territoriais e tecnológicas de cada contexto. Por isso, compreender o jornalismo local amazônico exige considerar as particularidades da região e as desigualdades que condicionam sua inserção no ambiente digital.

Entre essas condições, o acesso à internet ocupa um papel central. Em sociedades democráticas contemporâneas, a conectividade passou a ser reconhecida como requisito para o exercício de direitos fundamentais, como o direito à informação, à liberdade de expressão e à participação na esfera pública (Santo, Pomin, 2022). Antes mesmo de discutir diversidade de fontes, interatividade ou personalização do conteúdo, é preciso reconhecer que o acesso à internet constitui a base material que possibilita o consumo e a circulação do jornalismo digital.

Estar fora da rede significa, portanto, estar excluído de um espaço onde se organiza a vida pública e onde circula a informação qualificada (Castells, 1999). Na Amazônia, essa exclusão é estrutural e no contexto amapaense, por exemplo, a ampliação da conectividade convive com

desigualdades persistentes no acesso à internet, indicando que a expansão da infraestrutura, por si só, não elimina as assimetrias de acesso (Pinon *et al*, 2026; Araújo et al, 2026).

A situação torna-se ainda mais complexa quando se consideram as condições de trabalho dos profissionais de jornalismo na região. Lima *et al.* (2023) evidenciam que a Região Norte apresenta um cenário marcado pela concentração de profissionais nas capitais, vínculos laborais precários, baixa remuneração e reduzidas oportunidades de atuação fora dos grandes centros urbanos.

Essa precariedade limita a autonomia editorial dos jornalistas locais, tornando difícil produzir um jornalismo verdadeiramente comprometido com o interesse público e com as comunidades que esses profissionais deveriam representar. Essa precarização, contudo, decorre de fatores geográficos e econômicos regionais e de uma manifestação direta da plataformização do trabalho comunicacional (Grohmann, 2020).

Karhawi e Prazeres (2022) mostram que produzir conteúdo para plataformas digitais significa trabalhar sob regras definidas por algoritmos. A busca constante por visibilidade leva criadores de conteúdo a adaptar seus ritmos de produção, formatos e estratégias de publicação às métricas de engajamento, reduzindo sua autonomia, mesmo quando não há um empregador direto. No jornalismo local amazônico, essa lógica contribui para aprofundar a precarização do trabalho, além das limitações estruturais já identificadas por Lima et al. (2023), jornalistas passam a depender das exigências das plataformas para que seus conteúdos alcancem o público. Assim, o trabalho deixa de ser condicionado apenas pelas condições locais de produção e passa também a ser orientado pelos critérios de visibilidade definidos pelas plataformas digitais.

Esse cenário é reforçado pela concentração do poder comunicacional. Como observa Castro (2013), poucos grupos empresariais controlam grande parte dos meios de comunicação regionais, restringindo

a diversidade de vozes e enfraquecendo a função educativa e informativa que a comunicação deve desempenhar.

Dados do Observatório da Imprensa (2025) revelam a dimensão concreta desse problema. Dos 450 municípios da Região Norte, 193 não contam com nenhum veículo jornalístico, 144 possuem apenas um ou dois veículos e somente 113 dispõem de três ou mais. No Brasil, 20,6 milhões de pessoas vivem em desertos de notícias, ou seja, municípios sem nenhum veículo de comunicação local que ficam em uma situação de desaparecimento comunicacional e de precarização do acesso à informação (Observatório da Imprensa, 2025).

Embora Macapá (AP) apresente uma presença significativa de veículos de comunicação, o estado do Amapá registra sete veículos inativos e três municípios sem veículos de comunicação em funcionamento, entre eles, Serra do Navio, Pracuúba e Mazagão (Silva e Souza, 2026). Assim, a Região Norte segue com a menor presença de veículos entre todas as regiões brasileiras. Essa falta de estrutura decorre de limitações financeiras, dificuldades logísticas, precariedade da infraestrutura tecnológica e escassez de investimentos, fatores que comprometem a capacidade desses meios de ampliar sua cobertura e alcançar novos públicos. Em muitos casos, os veículos funcionam com equipes reduzidas, poucos recursos técnicos e baixa sustentabilidade econômica (Lima et al., 2023).

Entre o território e o algoritmo: desafios do jornalismo local amazônico

Cobrir um estado como o Amapá, marcado por comunidades dispersas, muitas delas localizadas às margens dos rios e acessíveis apenas após horas ou dias de deslocamento fluvial, impõe desafios logísticos e econômicos que não encontram correspondência nas dinâmicas jornalísticas de outras regiões do país (Oliveira, 2025). Essa dimensão territorial é um fator estruturante que interfere diretamente na definição dos acontecimentos que alcançam visibilidade pública. Nesse contexto, o critério de noticiabilidade denominado “disponibilidade”, proposto por

Traquina (2005), relacionado à facilidade relativa de acesso e cobertura de um acontecimento, assume no Amapá uma dimensão específica: acompanhar um fato em municípios como Ferreira Gomes ou Porto Grande exige planejamento, recursos, deslocamento de equipes e tempo de apuração, elementos que frequentemente entram em conflito com a lógica da instantaneidade jornalística.

Embora as plataformas digitais tenham reduzido barreiras de distribuição e ampliado as possibilidades de circulação dos conteúdos, elas não eliminam os obstáculos existentes na produção da informação. A presença física no território, necessária para uma cobertura contextualizada e de qualidade, continua dependendo de investimentos materiais que permanecem invisibilizados pelas lógicas algorítmicas de circulação.

Esse fenômeno não é exclusivo do Amapá, embora assuma nesse território características mais intensas devido às dificuldades de acesso e às desigualdades estruturais de cobertura. Um exemplo apresentado por Vallim (2025), em estudo de caso sobre o portal g1, ajuda a compreender essa questão. O autor mostra que sistemas de automação baseados em inteligência artificial podem ampliar a presença jornalística em localidades que historicamente recebem pouca atenção dos grandes veículos. Em poucas horas, uma tecnologia foi capaz de produzir milhares de reportagens padronizadas sobre resultados eleitorais e dados censitários de municípios de todo o país, incluindo pequenas cidades como Paiva, na Zona da Mata mineira.

O caso evidencia uma questão central, a ampliação técnica da presença informativa não significa, necessariamente, uma representação mais completa das comunidades. As plataformas digitais e os sistemas automatizados podem reduzir barreiras de alcance e distribuição, mas a produção de uma cobertura de proximidade depende de conhecimento contextual, relações locais e capacidade de identificar aspectos que não aparecem nos bancos de dados. A lógica de escala dos sistemas

algorítmicos permite alcançar muitos lugares simultaneamente, mas encontra limites quando precisa compreender as particularidades de cada território (Linden, 2018). Esse risco de apagamento das marcas culturais e territoriais também se manifesta quando a própria produção do conteúdo é confiada a sistemas de IA generativa, cuja atuação pode ser marcada pela padronização estética e pelo apagamento de identidades locais (Araújo, Mesquita, Silva, 2026).

Sobre essa base geográfica já assimétrica, incidem os processos de plataformização. Ao contrário do que sugere um otimismo ingênuo, as plataformas digitais não aplainam as desigualdades, mas as reorganizam (Poell, Nieborg, Van Dijck, 2019). A lógica algorítmica não opera sobre um vazio, mas sobre estruturas sociais e comunicacionais preexistentes, potencializando suas distorções.

No Amapá, isso significa que a histórica concentração midiática, identificada por Castro (2013) como um dos principais determinantes do que circula e para quem na região, agora se soma a uma nova camada de mediação. Veículos locais, para alcançarem audiência, são compelidos a submeter-se às métricas e aos formatos exigidos por Instagram, Facebook e TikTok, única via de acesso onde está a audiência, o que os coloca em desvantagem frente a grandes conglomerados com maior capacidade de investimento em produção e otimização para algoritmos (Jerónimo, Torre, 2025).

O resultado é uma disputa por visibilidade. De um lado, contra a concentração tradicional dos meios; de outro, contra os filtros automáticos das plataformas que privilegiam o que já tem tração, ignorando o que é novo ou geograficamente remoto. Entretanto, seria reducionista enxergar as plataformas apenas como forças opressoras. Elas também desempenham um papel ambíguo, abrindo brechas para que comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e moradores do interior produzam e compartilhem seus próprios conteúdos, fazendo com que

tradições, denúncias e acontecimentos locais ganhem alguma circulação para além dos limites geográficos.

Nesse espaço deixado pelas mídias, como televisão, rádio e impresso, surgem páginas comunitárias, coletivos digitais e portais independentes que passam a desempenhar funções importantes na circulação de informações locais. Embora nem sempre adotem todos os procedimentos característicos do jornalismo profissional, como apuração sistemática e checagem de fatos, essas iniciativas contribuem para dar visibilidade a acontecimentos, grupos sociais e manifestações culturais que frequentemente permanecem fora da cobertura dos grandes veículos.

Essa expansão, contudo, não representa uma autonomia completa para a produção jornalística local. As plataformas digitais ampliam as possibilidades de alcance e circulação dos conteúdos, mas operam segundo lógicas comerciais próprias, orientadas por métricas de engajamento, audiência e rentabilidade. Como consequência, os veículos locais precisam adaptar formatos, linguagens e estratégias de publicação para alcançar visibilidade nesses ambientes, negociando continuamente suas escolhas editoriais com sistemas que não são organizados prioritariamente pelos princípios do interesse público, mas pela lógica econômica das empresas de tecnologia (Van Dijck, Poell, De Waal, 2018).

Pesquisas empíricas recentes sobre o jornalismo amapaense oferecem um contraponto concreto a esse cenário e confirmam que a resposta local não é passiva. Estudos sobre o Jornal do Amapá 1ª Edição (Schmidt et al., 2025) e o Jornal do Amapá 2ª Edição (Ferreira et al., 2025) demonstram que, apesar da pressão das plataformas, os critérios de noticiabilidade predominantes na rotina desses veículos continuam sendo a proximidade geográfica e a relevância social, valores que superam, na prática, a notoriedade ou o conflito, frequentemente privilegiados em grandes centros. O programa de rádio "Alô, Alô, Amazônia", analisado por Rocha e Gomes (2025), ilustra de forma ainda mais contundente essa territorialidade. Há mais de 70 anos, ele conecta comunidades ribeirinhas

por meio de um "correio radiofônico" que só é viável porque o veículo conhece as dinâmicas locais de deslocamento, as festas comunitárias e as demandas cotidianas dos ouvintes. Da mesma forma, a análise do portal Seles Nafes (Santos Neta et al., 2025) mostra que o jornalismo local amapaense tem conseguido manter relevância investindo em pautas que ecoam as preocupações da população local, em contraponto à superficialidade que muitas vezes as plataformas incentivam.

Essas experiências evidenciam que analisar a plataformização no Amapá significa observar como as tecnologias digitais se relacionam com desigualdades de acesso, circulação e representação. A dependência das plataformas envolve questões econômicas, algorítmicas e sociais. A digitalização, portanto, não elimina essas desigualdades; ela pode reorganizá-las sob novas formas, exigindo dos veículos locais uma negociação constante entre as lógicas das plataformas e a necessidade de um jornalismo conectado às realidades do território.

Considerações finais

Este artigo buscou articular as literaturas sobre plataformização e jornalismo local digital para compreender as especificidades do jornalismo amazônico em contextos marcados por desigualdades estruturais. A discussão desenvolvida permitiu compreender que os processos de plataformização não se manifestam de maneira homogênea entre os diferentes territórios. No Amapá, a produção, a circulação e o consumo de notícias são atravessados por limitações infraestruturais, desigualdades de acesso à conectividade e invisibilização midiática que constituem o pano de fundo sobre o qual as lógicas das plataformas operam.

A discussão dos três mecanismos fundamentais da plataformização, a saber, a dataficação, a comodificação e a seleção algorítmica, evidencia que, ao reorganizar os fluxos comunicacionais por meio de critérios orientados pelo engajamento e pela monetização, as plataformas digitais tendem a favorecer atores com maior capacidade técnica, financeira e

institucional. Em contextos como a Amazônia, esse processo reproduz e intensifica desigualdades estruturais preexistentes, impondo ao jornalismo local uma dupla disputa, travada contra a concentração tradicional do poder comunicacional e contra os critérios algorítmicos que favorecem grandes conglomerados midiáticos.

A dimensão territorial do Amapá evidencia uma singularidade analítica relevante, pois se trata de um território onde a apuração jornalística exige presença física em comunidades de difícil acesso, e onde as plataformas digitais, embora reduzam barreiras de distribuição, não resolvem o problema central da produção de informação de proximidade. Esse aspecto distingue o Amapá de outras regiões e reforça a necessidade de construir o debate sobre plataformização e jornalismo a partir do próprio território, e não de aplicar a ele modelos externos desenvolvidos em contextos hegemônicos.

Ao mesmo tempo, reconhecer essas limitações não significa subestimar o papel estratégico do jornalismo local nesse território. Estudos empíricos recentes sobre veículos amapaenses indicam que a resposta às pressões das plataformas não é passiva, pois critérios como proximidade geográfica e relevância social continuam orientando as rotinas produtivas e sustentando um jornalismo conectado às demandas das comunidades. Essa atuação pode ser compreendida a partir do conceito de resistência algorítmica cotidiana, proposto por Bonini e Treré (2024), que se refere às estratégias utilizadas por atores com menor poder estrutural para negociar sua visibilidade nos ambientes digitais. No caso do jornalismo local amazônico, essas estratégias envolvem a valorização de pautas de proximidade, a manutenção de vínculos presenciais com comunidades ribeirinhas e a adoção seletiva dos formatos e ritmos impostos pelos algoritmos.

Nesse sentido, produzir jornalismo de proximidade na Amazônia pode ser compreendido como uma forma de resistência, pois envolve disputar os critérios que definem quais acontecimentos ganham

visibilidade e quais grupos sociais são reconhecidos como relevantes. A relação entre jornalismo local amazônico e plataformas, portanto, é marcada por uma tensão permanente: as mesmas ferramentas que ampliam a circulação de iniciativas locais também podem reforçar dependências e desigualdades já existentes.

Superar a lógica de exclusão requer, ao mesmo tempo, o fortalecimento das condições de trabalho dos profissionais locais, a construção de alternativas de financiamento independentes das plataformas e o desenvolvimento de políticas públicas de comunicação que reconheçam as especificidades dos territórios amazônicos.

Cabe aqui destacar a necessidade de ampliar as pesquisas sobre jornalismo local digital em contextos amazônicos, especialmente por meio de estudos qualitativos e quantitativos que investiguem como os processos de plataformização se manifestam nos diferentes territórios da região. Investigações futuras podem aprofundar a reflexão sobre o papel do jornalismo local na construção da confiança pública, no fortalecimento de vínculos comunitários e na representação de grupos historicamente marginalizados. Ao ampliar o debate sobre jornalismo digital para além dos territórios outros de produção acadêmica e midiática, espera-se contribuir para a construção de perspectivas analíticas mais sensíveis às especificidades territoriais e às desigualdades que caracterizam a Amazônia contemporânea.

Referências

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Danilo Borges e Silva de; BOZZ, Augusto Flamaryon Cecchin; PINON, Ellen Fernanda; SOUZA, Raila Vitória Guedes de; AQUINO, Iarley da Silva; CRUZ, Raissa; LIMA, Eudenise Lobato de. Desigualdade racial no acesso à internet no Amapá: uma análise a partir dos dados do IBGE (2011–2024). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 49., 2026, Brasília, DF. **Anais [...].** Brasília, DF: Intercom, 2026. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/29/07012026172234 6a45770a77c39.pdf. Acesso em: 17 set. 2026.

ARAÚJO, Danilo; MESQUITA, Giovana; SILVA, Amanda. Desinformação por simulação: a inteligência artificial generativa e a fabricação da realidade nos casos de Marisa Maiô e do São João de Ulianópolis. **Intexto**, Porto Alegre, n. 58, 2026. DOI: https://doi.org/10.22456/1807-8583.150386. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/150386. Acesso em: 17 set. 2026.

BENTES, A. A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir. In: POLIDO, F. B. P.; ANJOS, L. C. dos; BRANDÃO, L. C. C. (org.). **Políticas, internet e sociedade.** [S. l.]: IRIS, 2019.

BONINI, T.; TRERÉ, E. **Algorithms of resistance: the everyday fight against platform power.** Cambridge, MA: MIT Press, 2024.

BRUNO, F.; BENTES, A. C. F.; FALTAY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, e33095, 2019. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, F. F. de. Macrodinâmicas da comunicação midiática na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 2, p. 435–445, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S1981-81222013000200013.

COSTA, V. **À sombra da floresta: a Amazônia no jornalismo de televisão.** [S. l.]: Paka-Tatu, 2022.

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. Data colonialism: rethinking big data's relation to the contemporary subject. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, 2018.
FERREIRA, A. C.; OLIVEIRA, F.; PALHETA, K. O valor-notícia do Jornal do Amapá 2ª edição. In: OLIVEIRA, I. C. A. de (org.). **Valor notícia no jornalismo amapaense.** [S. l.]: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2025. p. 36–61.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a datificação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, p. 106–122, 2020.

JERÓNIMO, P.; TORRE, L. Jornalismo local na era digital: revisão sistemática de uma década de pesquisa. **Texto Livre**, v. 18, e59031, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1983-3652.2025.59031.

JURNO, A. C.; D'ANDRÉ, C. Plataforma, a nova mídia? Análise do Facebook a partir de três abordagens. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 178–192, jan./abr. 2020.

KARHAWI, I.; PRAZERES, M. Exaustão algorítmica: influenciadores digitais, trabalho de plataforma e saúde mental. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 16, 2022.

KAWAMOTO, K. **Digital journalism: emerging media and the changing horizons of journalism.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

LIMA, S. P. (coord.); ZACARIOTTI, M.; SANTOS, A. S. dos; MARQUES, R. **Perfil do jornalista do Norte 2023: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho.** [S. l.]: Quorum Comunicação, 2023. Disponível em: https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2023/10/2023-10-22-Perfil-do-Jornalista-do-Norte-MARLUCE-ZACARIOTTI-et-al.pdf.

LINDEN, C.-G. Algoritmos para jornalismo: o futuro da produção de notícias. **Dossiê Jornalismo e Internet: entre a falência e a inovação de modelos de produção da notícia**, v. 41, p. 5–27, 2018.

MENDONÇA, J. A. P. **Representação da região Norte no Jornal Nacional: uma análise televisiva.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/26779/1/JAPMendon%C3%A7a.pdf.
MILAN, S.; TRERÉ, E. Big data a partir do Sul/dos Suis: uma matriz analítica para investigar dados nas margens. **Fronteiras**, v. 24, n. 3, 2022.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. O jornalismo da Região Norte segue em expansão, aponta Atlas da Notícia 2025. **Observatório da Imprensa**, 10 jul. 2025. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/o-jornalismo-da-regiao-norte-segue-em-expansao-aponta-atlas-da-noticia-2025/.

OLIVEIRA, I. C. A. de (org.). **Valor notícia no jornalismo amapaense.** [S. l.]: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2025.

PINON, Ellen Fernanda et al. Plataformização e jornalismo local amazônico: tensões, desigualdades e singularidades territoriais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 49., 2026, Brasília, DF. **Anais [...].** São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2026. Intercom Júnior – IJ05 – Comunicação, Cultura Digital e Tecnologias.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Platformisation. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, p. 1–13, 2019.

ROCHA, F. A.; GOMES, L. M. M. Alô, alô, Amazônia: uma história de conexão dos povos no Amapá. In: OLIVEIRA, I. C. A. de (org.). **Valor notícia no jornalismo amapaense.** [S. l.]: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2025. p. 62–76.

SANTO, R. M. do E.; POMIN, A. V. C. O acesso à internet como um direito fundamental. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, v. 9, n. 1, p. 171–199, 2022.

SANTOS, T. G.; DE MARCHI, L. Plataformização do jornalismo e os modelos de negócios dos podcasts de notícias no Brasil. **Mídia e Cotidiano**, v. 19, n. 2, p. 145–167, 2025. DOI: https://doi.org/10.22409/rmc.v19i2.66725.

SANTOS NETA, G. P. dos; PENHA, L. do V.; GAMA, P. V. dos S. Análise dos valores-notícia no portal Seles Nafes. In: OLIVEIRA, I. C. A. de (org.). **Valor notícia no jornalismo amapaense.** [S. l.]: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2025. p. 77–117.

SCHMIDT, J. M.; CORRÊA, K. C.; MIRANDA, V. J. M. e. Telejornal Jap1 sob a ótica da teoria de valor notícia do Traquina. In: OLIVEIRA, I. C. A. de (org.). **Valor notícia no jornalismo amapaense.** [S. l.]: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2025. p. 17–35.

SILVA, Alan Milhomem da; SOUZA, Raila Vitória Guedes de. Mapa da mídia do Amapá: paisagem midiática em 2025/2026. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 49., 2026, Brasília, DF. **Anais [...].** São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2026. Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação.

SOUZA, J. M. de; FÍGARO, R. A produção científica sobre datificação e plataformização no campo da comunicação: uma análise bibliométrica. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, 20., 2026. **Anais [...].** [S. l.]: Universidade Federal da Bahia, 2026.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são.** v. 1. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VALLIM, E. R. Inteligência artificial no jornalismo de dados: um estudo de caso do g1. In: WINQUES, K. (org.). **Plataformização e comunicação: tensões, representações e assimetrias.** [S. l.]: Pimenta Cultural, 2025. p. 278–298.

VAN DIJCK, J. Ver a floresta por suas árvores: visualizando a plataformização e sua governança. **MATRIZes**, v. 16, n. 2, 2022.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The platform society: public values in a connective world.** Oxford: Oxford University Press, 2018.

Capítulo 4

Economia da atenção no jornalismo digital: um estudo comparativo de portais tocantinenses

Fernanda Alves de Mendonça
Ana Luiza da Silva Dias

O avanço acelerado das tecnologias digitais e a consolidação das plataformas on-line transformaram de forma significativa as dinâmicas de produção, circulação e consumo da informação. Em um cenário marcado pela hiperconectividade, indivíduos são constantemente expostos a fluxos contínuos de conteúdos informacionais, publicitários e de entretenimento.

Dados do Relatório Digital 2025: Global Overview Report[11] apontam que 67,9% da população global, correspondendo a 5,56 bilhões de pessoas, utilizam a internet no mundo (o número estimado da população mundial é de 8,19 bilhões). O levantamento mostra ainda que o usuário médio global permanece conectado à internet por seis horas e 38 minutos diários. No Brasil, o cenário é ainda mais intenso: os brasileiros passam mais de nove horas por dia conectados.

Paralelamente ao crescimento do tempo de conexão, amplia-se também o volume de dados produzidos diariamente no ambiente digital. Estimativa recente do Exploding Topics[12] indica que aproximadamente 402,74 milhões de terabytes de dados são criados todos os dias no mundo, com previsão de geração de cerca de 221 zettabytes de dados até 2026. Nesse contexto de superabundância informacional, a atenção humana torna-se um recurso cada vez mais escasso e disputado, principalmente por quem torna isso um meio de ganho econômico.

[11] Disponível em: https://wearesocial.com/wp-content/uploads/2025/02/GDR-2025-v2.pdf. Acesso em 17 abr. 2026.
[12] Disponível em: https://explodingtopics.com/blog/data-generated-per-day. Acesso em 17 abr. 2026.

Para o jornalismo digital, essa dinâmica impõe desafios, uma vez que veículos de comunicação passaram a competir não apenas entre si, mas também com plataformas digitais, influenciadores, conteúdos virais e algoritmos que disputam continuamente o tempo e o interesse dos usuários, principalmente em redes sociais, ambiente no qual emergem, como Instagram e TikTok. Dessa forma, estratégias de captura da atenção, como o uso de títulos sensacionalistas e mecanismos de clickbait[13], tornam-se comuns nas disputas por visibilidade e engajamento no ambiente digital.

Diante da crescente disputa pela atenção no ambiente digital, este estudo busca tem como problema de pesquisa: como os portais jornalísticos digitais do Tocantins utilizam estratégias de construção de títulos para captar a atenção dos leitores e em que medida esses recursos se aproximam das lógicas da Economia da Atenção? Para responder a essa questão, são analisados títulos publicados pelo g1 Tocantins, Gazeta do Cerrado e Sou de Palmas.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral analisar as estratégias linguísticas utilizadas na construção de títulos jornalísticos em portais digitais do Tocantins, tendo como objeto de análise g1 Tocantins, Gazeta do Cerrado e Sou de Palmas. Quanto aos objetivos específicos a que este trabalho se propõe, tem-se: a) identificar a presença de elementos associados ao *clickbait*; b) classificar os títulos segundo o Índice de Intensidade de Atenção (IAA); e c) contabilizar quais editorias utilizam mais de recursos voltados à atenção da audiência.

Os portais de notícias em todo o país têm enfrentado desafios para sobreviver no ambiente digital, seja pela competição frente às redes sociais; pela crise de credibilidade enfrentada pelo jornalismo; pelo surgimento de novas formas de se noticiar, dentre outros pontos, que não são aprofundados neste artigo. Desta forma, esse estudo se justifica por

[13] É uma estratégia adotada em títulos, miniaturas, chamadas ou postagens para despertar curiosidade exagerada e fazer a pessoa clicar em um conteúdo. O conceito será explicado com mais profundidade ao longo do artigo.

explorar um assunto ainda não tratado no âmbito regional do Tocantins, bem como por revelar se portais do Estado estão reproduzindo padrões de *clickbait*.

Quanto à metodologia, esta pesquisa adotou abordagem quantitativa e qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) para analisar 450 títulos jornalísticos, sendo 150 de cada um dos portais g1 Tocantins, Gazeta do Cerrado e Sou de Palmas, publicados entre 1º e 5 de março de 2026. Os títulos foram coletados manualmente, organizados em planilhas e classificados a partir de nove indicadores relacionados à captura da atenção.

Para analisar os títulos das matérias e alcançar o objetivo proposto, foi desenvolvido, especificamente para esta pesquisa, o Índice de Intensidade de Atenção (IAA), criada pelas autoras deste artigo a partir da articulação entre os pressupostos da Economia da Atenção, os estudos sobre *clickbait* e os procedimentos de análise de conteúdo de Bardin (2011). O IAA permite identificar e quantificar a presença de diferentes recursos empregados na construção dos títulos, como apelo emocional, omissão de informações, perguntas, promessas, imperativos, adjetivação, uso de caixa alta, exclamações, curiosity gap, viralização e foco na reação. A partir da identificação desses elementos, cada título recebe uma pontuação correspondente à quantidade de mecanismos de captura da atenção presentes, possibilitando comparar a intensidade desses recursos entre os diferentes portais analisados.

Os resultados mostram que os três portais analisados recorrem a diferentes recursos para chamar a atenção dos leitores, principalmente por meio da curiosidade, do apelo emocional, das promessas de informação, dos imperativos, das reações e da exclusividade. Ainda assim, a maioria das manchetes manteve caráter informativo: 96% no Sou de Palmas, 86% na Gazeta do Cerrado e 94,7% no g1 Tocantins. Nenhum dos 450 títulos analisados foi classificado como de alta intensidade ou *clickbait*.

A economia da atenção

A consolidação das plataformas digitais transformou as dinâmicas de circulação da informação e os modelos de negócio do jornalismo contemporâneo. Nesse contexto, a atenção da audiência passou a ser compreendida como um recurso econômico estratégico, disputado por empresas de mídia, plataformas e anunciantes.

Considerado o precursor da ideia de economia atenção, Herbert A. Simon (1971), constatou que uma riqueza de informação cria uma escassez de atenção, gerando a necessidade de distribuir essa atenção de forma eficiente entre a superabundância de fontes de informação que podem consumi-lá.

Neste contexto de limitação dentro do recorte da atuação dos portais jornalísticos, milhares de notícias disputam o mesmo leitor, e dentro deste universo de informações, em que se deve considerar o tempo de leitura finito desses leitores, os portais passam a competir pela pouca atenção disponível.

Ainda em 1977, antes mesmo do lançamento da internet comercial, em seus estudos, Dallas W. Smythe (1977) já havia identificado que a atenção e a audiência eram recursos econômicos centrais dos meios de comunicação. Hoje é algo natural que, para alguns, não é perceptível, mas que domina o comportamento dos portais digitais, algoritmos e plataformas. Como observa Smythe (1977, p. 23), “um de meus críticos argumenta que um termo melhor para definir aquilo que os anunciantes compram seria ‘atenção’”. Já Thomas H. Davenport e John C. Beck (2001) aplicaram o conceito da economia da atenção à economia digital, ao argumentarem que organizações e meios de comunicação disputam continuamente a atenção dos indivíduos em contextos de sobrecarga informacional.

Desta forma, a atenção humana tornou-se o principal recurso econômico da internet, em que se considera o excesso de informação, disputa por audiência, retenção do usuário, monetização da atenção e

valor econômico do clique. E isto não ficando limitado a apenas os sites noticiosos, mas visto em diversos segmentos, como vendas, entretenimento, serviços, dentre outros.

A relação entre atenção e jornalismo também é abordada por García Ramírez (2021), ao analisar a atuação de plataformas como Facebook e Google. O autor afirma que essas empresas são dominantes na distribuição de conteúdo informativos, pois conseguem captar a atenção dos consumidores. Dessa forma, o jornalismo contemporâneo passa a operar em um ambiente no qual a circulação das notícias depende fortemente das infraestruturas tecnológicas das plataformas digitais.

Segundo Ramirez (2021), as plataformas digitais não operam de forma neutra, uma vez que seus modelos de negócio e interesses econômicos influenciam diretamente a circulação dos conteúdos informativos. Nesse modelo, os algoritmos assumem papel central na definição do que será mais visualizado, compartilhado ou monetizado.

Além disso, Ramírez (2021, p. 11) argumenta que Facebook e Google competem diretamente com as organizações jornalísticas porque “estão no negócio de capturar atenção para vendê-la aos anunciantes”. Essa lógica aproxima o jornalismo digital das dinâmicas publicitárias e mercadológicas, uma vez que o valor econômico dos conteúdos passa a ser medido pelo volume de cliques, visualizações, compartilhamentos e tempo de permanência do usuário.

Nesse contexto, a audiência deixa de ser apenas receptora de informação e passa a ser tratada como mercadoria. Ao relacionar audiência com mercadoria, Smythe (1977) argumenta que em um mesmo processo econômico voltado à produção de audiências para o mercado publicitário, estão envoltos as notícias, entretenimento e publicidade. “A realidade objetiva é que tanto os anúncios quanto o material que aparece entre eles, seja nos meios impressos ou eletrônicos, possuem um propósito comum: produzir a audiência (Smythe, 1977, p. 22).

As transformações provocadas pela economia da atenção também impactam diretamente as rotinas produtivas do jornalismo. Adalton dos Anjos Fonseca (2021) observa que as organizações jornalísticas passaram a adaptar conteúdos e formatos às dinâmicas das plataformas digitais, influenciadas por métricas de desempenho, algoritmos e fragmentação das audiências. Muitas vezes isso acontece em detrimento da profundidade, da credibilidade e do interesse público.

Ainda para Fonseca (2021), os recursos digitais ampliaram as possibilidades de fidelização do público por meio de formatos interativos e imersivos, que estimulam maior participação e conexão dos usuários. “Por outro lado, exigem uma gestão eficiente dos comentários – em um contexto de grande volume de trabalho e enxugamento das redações – e maior tempo de dedicação do usuário inundado de informações no seu cotidiano” (p.15).

Por fim, o autor concluiu que diferentes regimes de atenção podem coexistir em um mesmo veículo jornalístico, ao combinarem estratégias que atraem atenção imediata por meio de notícias exclusivas, incentivam a interação contínua dos usuários e promovem experiências imersivas que fortalecem o vínculo com a marca.

Essa lógica contribui para a valorização de conteúdos emocionalmente apelativos, títulos chamativos e formatos rápidos de consumo, fenômeno frequentemente associado ao *clickbait*. Conforme aponta Nafisa Razi e Rashid Ansari (2025), a mídia contemporânea busca maximizar cliques, compartilhamentos e engajamento, reorganizando práticas editoriais em função da disputa contínua pela atenção dos usuários.

Dessa maneira, a economia da atenção representa, além da transformação tecnológica, uma mudança estrutural no modo como o jornalismo produz valor econômico e social. Em ambientes digitais orientados por métricas, algoritmos e publicidade programática, captar

atenção tornou-se condição fundamental para a sustentabilidade financeira e para a própria circulação da informação jornalística.

O *clickbait* no jornalismo

O crescimento do jornalismo digital intensificou a disputa pela atenção dos usuários em ambientes informacionais marcados pela abundância de conteúdos e pela lógica algorítmica das plataformas digitais. Nesse contexto, os títulos jornalísticos passaram a desempenhar papel estratégico na atração de cliques, compartilhamentos e engajamento. Entre as estratégias mais utilizadas nesse cenário destaca-se o *clickbait*, compreendido como um mecanismo discursivo voltado à maximização da atenção do público.

De acordo com Pedro et al. (2019, p.24), o *clickbait* pode ser definido como uma "estratégia de configuração estilística e narrativa de um conteúdo em mídias digitais com o objetivo de atrair a atenção do usuário para o clique em um link". Os autores destacam que esse tipo de conteúdo frequentemente explora elementos como sensacionalismo, provocação, escândalos, tragédias e lacunas informacionais, visando ampliar a propagabilidade do conteúdo nas redes sociais e atender a modelos de negócio sustentados pela publicidade digital.

Nesse sentido, o *clickbait* está diretamente associado à economia da atenção, em que a atenção humana se converte em recurso escasso e economicamente valioso. Em ambientes digitais altamente competitivos, títulos passam a ser construídos não apenas para informar, mas também para estimular respostas emocionais e impulsionar o comportamento de clique. Pedro et al. (2019, p. 54) observam que os títulos-links presentes no ciberjornalismo tendem a incorporar "traços ainda maiores da linguagem publicitária para levar o utilizador a clicar no link", o que demonstra a aproximação entre práticas jornalísticas e estratégias mercadológicas.

A literatura recente também associa o *clickbait* ao conceito de *curiosity gap* (lacuna de curiosidade). Mukherjee, Dutta e De Bruyn (2022) afirmam que o *clickbait* opera por meio do "*withholding of information*",

isto é, pela retenção estratégica de informações relevantes no título para estimular a curiosidade do leitor. Segundo os autores, o objetivo consiste em criar uma tensão cognitiva que somente pode ser resolvida após o clique no conteúdo. Assim, títulos como “Você não vai acreditar no que aconteceu” exemplificam estruturas que ocultam deliberadamente informações essenciais para induzir o acesso à matéria.

Além da omissão informacional, o *clickbait* frequentemente utiliza recursos emocionais intensificados. Mukherjee, Dutta e De Bruyn (2022) demonstram que manchetes com forte apelo emocional tendem a estimular compartilhamentos e engajamento nas plataformas digitais. Os autores observam que conteúdos baseados em emoções de alta ativação, como surpresa, indignação, choque ou curiosidade, possuem maior potencial de circulação nas redes sociais, especialmente em ambientes mediados por algoritmos.

Entretanto, os mesmos autores problematizam a ideia de que o *clickbait* necessariamente produz maior viralização. A partir do Modelo do Conhecimento da Persuasão (*Persuasion Knowledge Model*), eles argumentam que muitos usuários já reconhecem essas estratégias como tentativas manipulativas de captação de atenção, o que pode gerar desconfiança e reduzir a credibilidade da fonte. Dessa forma, embora o *clickbait* possa aumentar o número de cliques em determinadas situações, ele também pode provocar efeitos negativos relacionados à confiança e à reputação jornalística.

Outro aspecto relevante refere-se ao avanço do chamado “*clickbait* direcionado”. Shrestha et al. (2024) afirmam que plataformas digitais e redes sociais permitem a coleta de dados públicos dos usuários, como localização, preferências, vínculos institucionais e interesses pessoais, possibilitando a criação de conteúdos altamente personalizados. Segundo os autores, o *clickbait* direcionado tende a ser ainda mais eficaz porque se alinha às crenças, interesses e experiências específicas dos indivíduos, ampliando sua relevância subjetiva.

Kate Scott (2021) observou que *clickbait* utiliza expressões de referência definidas, juntamente com superlativos e intensificadores. O objetivo é criar uma lacuna de informação, desta forma, o leitor clica no link com a expectativa de encontrar informações relevantes. Assim, palavras como “chocante”, “inacreditável”, “urgente” ou “viraliza” tornam-se elementos recorrentes em títulos produzidos sob a lógica da economia da atenção.

No campo do jornalismo digital, essas estratégias revelam tensões entre valores tradicionais da prática jornalística, como clareza, precisão e objetividade, e as exigências de desempenho impostas pelos ambientes digitais contemporâneos. Como observam Pedro et al. (2019), os títulos jornalísticos contemporâneos passaram a exercer simultaneamente funções informativas e mercadológicas, atuando tanto como síntese do conteúdo quanto como instrumento de captação da audiência.

Passos metodológicos

Esta pesquisa adotou abordagem quantitativa e qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com o objetivo de analisar a utilização de estratégias de *clickbait* em títulos jornalísticos publicados por portais de notícias do Tocantins, considerando as dinâmicas da economia da atenção no jornalismo digital.

O corpus da pesquisa foi composto por títulos de notícias publicados em três portais jornalísticos do Tocantins: g1 Tocantins, Gazeta do Cerrado e Sou de Palmas, selecionados a partir do critério de sites mais acessados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, conforme dados consolidados dos sites SimilarWeb e SEMrush, obtidos a partir do Gemini e ChatGPT. Todos esses sites estão localizados em Palmas, capital do Tocantins.

Esta pesquisa adota a Análise de Conteúdo como procedimento metodológico principal, com base na proposta de Laurence Bardin (2011),

por sua adequação ao estudo de produtos comunicacionais e sua ampla utilização em pesquisas no campo da Comunicação.

A partir dos estudos de Bardin (2011), nesta pesquisa, os títulos das notícias foram compreendidos como unidades de registro e analisados enquanto elementos discursivos capazes de revelar estratégias editoriais de atração da atenção no jornalismo digital. Ou seja, as manchetes foram analisadas para entender quais são os truques e técnicas de escrita utilizados para chamar a atenção do leitor e conseguir cliques.

Devido ao grande fluxo de notícias publicadas pelos sites alvos do estudo, principalmente do Gazeta do Cerrado e Sou de Palmas, optou-se pelo recorte de análise da quantidade de matérias e não dos dias. Considerando então 450 matérias no total, sendo 150 para cada veículo. Foram excluídos os títulos com nome “artigo” e informes publicitários Optou-se pelo dia 1º de março como referência para o início da captação dos dados, sendo:

- Gazeta do Cerrado: de 1º a 5 de março;
- g1 Tocantins: de 1º a 5 de março;
- Sou de Palmas: de 2 a 5 de março (dia 2 não ocorreu nenhuma publicação).

A coleta dos links das matérias ocorreu de forma manual ao acessar cada site e buscar as postagens por ordem cronológica. O site g1 Tocantins organiza as notícias em um feed contínuo de rolagem vertical (scroll), facilitando o acesso cronológico. Apesar do site Gazeta do Cerrado possuir editorias, todas as notícias, em ordem cronológica, podem ser acessadas na editoria de Últimas Notícias. Já para captar a ordem cronológica do site Sou de Palmas foi necessária uma autorização especial do proprietário para acessar a interface de postagens e conseguir obter as notícias na cronologia desejada.

Após a etapa de coleta, os títulos foram organizados em planilhas contendo informações como portal de origem, data de publicação, título completo e endereço eletrônico da matéria. Em seguida, realizou-se a categorização analítica dos títulos com base em elementos recorrentes associados às estratégias de captura da atenção, conforme discutido na fundamentação teórica.

A análise foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), utilizando os títulos das matérias como unidade de registro. Após a definição do corpus, os títulos foram submetidos a um processo de codificação com base em categorias relacionadas às estratégias de captação da atenção presentes no jornalismo digital.

Para mensurar a intensidade dessas estratégias, foi desenvolvido o Índice de Intensidade de Atenção (IAA), instrumento criado especificamente para esta pesquisa. O índice consiste na soma de indicadores associados à disputa pela atenção do público em ambientes digitais, identificados na literatura sobre economia da atenção, *clickbait* e circulação de conteúdos jornalísticos em plataformas digitais, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Indicadores do Índice de Intensidade de Atenção (IAA)

Indicador	**Descrição**
Caixa alta	Uso de palavras ou expressões em letras maiúsculas para gerar destaque visual
Exclamação	Presença do sinal de exclamação
Interrogação	Presença de pergunta no título
Imperativo	Uso de verbos como "veja", "saiba", "confira", "entenda"
Exclusividade	Emprego de expressões como "exclusivo" ou equivalentes
Vídeo	Destaque para conteúdo audiovisual
Apelo emocional	Uso de elementos que buscam provocar emoção ou identificação afetiva
Curiosity gap	Construção de lacuna informacional que estimula o clique

Omissão de informação	Ausência deliberada de informação central para induzir o acesso à matéria

Fonte: Produção das autoras (2026).

Cada notícia foi avaliada a partir de indicadores binários, sendo o valor de 0, para a ausência do elemento e 1 para a presença, permitindo a construção de uma pontuação final para cada título analisado. Optou-se por esse método de análise para evitar a subjetividade e permitir a replicação do método.

Para verificar a presença ou ausência, o somatório de cada título levou em consideração quatro categorias. Sendo 0 para informativo[14], 1 a 2 para baixa intensidade de atenção, 3 a 4 para média intensidade de atenção e 5 ou mais para alta intensidade de atenção, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 2 – Classificação dos títulos segundo o IAA

Faixa IAA	**Classificação**
0	Informativo
1–2	Baixa intensidade de atenção
3–4	Média intensidade de atenção
5 ou mais	Alta intensidade de atenção

Fonte: Produção das autoras (2026).

Para auxiliar a etapa de codificação, em razão da grande quantidade de dados, foi utilizado um modelo de inteligência artificial generativa, instruído a analisar cada título individualmente e identificar a presença ou ausência dos indicadores previamente definidos pelo protocolo metodológico da pesquisa. As classificações foram posteriormente

[14] Para fins de entendimento, as autoras utilizam a definição de texto informativo no jornalismo a partir da visão de José Marques de Melo, que classifica o gênero informativo como a expressão de acontecimentos reais por meio do relato factual, cujo objetivo principal é integrar o leitor com a realidade imediata.

revisadas e validadas pelas pesquisadoras. Portanto, a IA é utilizada como apoio operacional, não como método de pesquisa.

A partir dessa abordagem, busca-se compreender se o jornalismo digital tocantinense reproduz práticas típicas da economia da atenção ou se mantém predominância de títulos informativos, contribuindo para o debate sobre credibilidade, engajamento, competitividade e circulação da informação no ambiente digital.

Análise e resultados

A análise dos 150 títulos publicados pelo site Gazeta do Cerrado revelou predominância de manchetes de baixa intensidade de atenção. Do total analisado, 129 títulos (86,0%) foram classificados como informativos e 21 (14,0%) como parcialmente chamativos, conforme Quadros 3 e 4. A partir dos critérios adotados nesta pesquisa, não foram identificadas manchetes classificadas como de alta intensidade nem exemplos que pudessem ser caracterizados como *clickbait*.

As estratégias de captação da atenção mais recorrentes foram o apelo emocional, especialmente em notícias sobre segurança pública, saúde e política; o foco na reação de atores políticos e institucionais; o uso de promessas de informação complementar; e a adjetivação para reforçar determinados aspectos da notícia e assim prender mais a atenção do leitor.

Também foram identificadas estratégias menos frequentes, como o uso de marcas editoriais de exclusividade, como "Exclusivo Gazeta" e "Entrevista Gazeta", verbos no imperativo, perguntas, caixa alta, referências a vídeos e, pontualmente, o uso de exclamações.

Quadro 3 – Classificação dos títulos do site Gazeta do Cerrado

Classificação	Quantidade	%
Informativos	129	86,0%
Parcialmente chamativos	21	14,0%

Alta intensidade	0	0%
Clickbait	0	0%

Fonte: Produção das autoras (2026).

Abaixo, lista-se os nove títulos parcialmente chamativos e o elemento predominante na análise, tendo como resultados o apelo emocional, imperativo, visualização, caixa alta, exclamação, vídeo e exclusividade.

Quadro 4 - Títulos do Gazeta do Cerrado classificados como parcialmente chamativos

Título	**Elemento predominante**
Vídeo com reencontro simbólico com pai João Ribeiro repercute e marca retorno de Luana à disputa por vaga na Assembleia	Apelo emocional
Maju Cotrim lança Conexão Quilombola e leva oficinas de empoderamento sociodigital a mulheres; Veja como foi!	Imperativo
Sob chuva intensa, moto aquática corta as águas agitadas do Lago de Palmas e vídeo viraliza	Viralização
PRÉ-CAMPANHA: Vicentinho Júnior começa montagem do plano de governo com participação popular	Caixa alta
Mais um tucano no ninho Vicentista! Antônio Andrade oficializa filiação ao PSDB e se prepara para páreo por vaga de estadual	Exclamação
Influenciador e moradores transformam beco abandonado em área de convivência no sul de Palmas; VÍDEO	Vídeo
Exclusivo Gazeta: Moisemar Marinho confirma à Gazeta articulação com Dorinha para se filiar ao UB	Exclusividade
Exclusivo Gazeta: Mantoan revela com quais partidos tem conversado e não descarta permanecer no PSDB	Exclusividade
EXCLUSIVO! Janad fala pela 1ª vez sobre ida para o PP, exalta Gomes e Dorinha e minimiza rumores de incômodo na nominata de federal	Exclusividade + exclamação

Fonte: Produção das autoras (2026).

Observou-se ainda que uso do *Curiosity Gap* aparece de forma moderada, geralmente quando o título apresenta uma informação que

desperta interesse sem entregar completamente o desenvolvimento do assunto. Já o imperativo é menos comum, embora apareça em chamadas como “veja” e “saiba”, normalmente associado à oferta de informações complementares e prometendo mais conteúdo ao leitor em relação à concorrência.

Quanto ao site Sou de Palmas, dos 150 títulos analisados, observou-se a predominância de um padrão editorial informativo. Do total, 144 (96,0%) foram classificados como de baixa intensidade de atenção, enquanto apenas seis (4,0%) apresentaram intensidade intermediária, em razão do emprego pontual de estratégias de atração da atenção. Não foram identificados títulos classificados como de alta intensidade nem casos que apresentassem características de *clickbait*, conforme apresentado resumidamente no Quadro 5.

Quadro 5 – Classificação dos títulos do site Sou de Palmas

Classificação	Quantidade	Percentual
Informativo	144	96,0%
Parcialmente chamativo	6	4,0%
Alta Intensidade	0	0%
Clickbait	0	0%

Fonte: Produção das autoras (2026).

Nos títulos classificados como parcialmente chamativos, percebeu-se o uso de recursos como verbos no imperativo, promessas de conteúdo, caixa alta, expressões de expectativa e palavras de maior impacto emocional. O uso de tais recursos ocorreu de forma moderada e não indicaram intenção de ocultar a informação principal, elemento considerado essencial para a caracterização do *clickbait*.

O recurso mais usado nos títulos analisados foi o apelo emocional, principalmente nas notícias sobre violência, crimes, acidentes, saúde pública e conflitos internacionais. A análise mostrou, porém, que esse

apelo está mais ligado ao próprio impacto dos acontecimentos noticiados do que ao uso de estratégias criadas apenas para chamar cliques. O detalhamento do elemento predominante nos títulos classificados como parcialmente chamativos é apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 - Títulos do Sou de Palmas classificados como parcialmente chamativos

Título	**Elemento predominante**
Vem aí! A nova casa de eventos da região sul de Palmas; Buteco da Cachaça será inaugurado no dia 24 de março às 20h com shows e entrada gratuita	Exclamação + expectativa + omissão inicial
Futebol movimenta a semana com Libertadores, clássicos europeus e decisões estaduais; veja quais jogos valem a audiência	Imperativo + promessa
Operação FRAUS mira mãe de influenciadora em nova fase que apura ocultação de bens ligados a jogos ilegais e lavagem de dinheiro	Caixa alta + destaque visual
Agente do Detran-TO é arrastado por carro durante abordagem na TO-080 próximo à ponte que liga Luzimangues a Palmas; VEJA VÍDEO	Imperativo + promessa audiovisual
“Sicário” ligado ao Banco Master e investigado por intimidar pessoas para banqueiro morre após ser encontrado desacordado em cela da PF; caso é tratado como suicídio pela Polícia Federal	Apelo emocional
Golpistas usam ligações com número falso de bancos para convencer clientes a informar dados e realizar fraudes bancárias; veja como funciona o golpe e como se proteger	Imperativo + promessa de serviço

Fonte: Produção das autoras (2026).

Na análise das manchetes do Sou de Palmas, observa-se uma predominância de construções informativas, com utilização de algumas estratégias voltadas à atração da atenção. Em notícias relacionadas a acidentes, crimes, situações de violência e acontecimentos de maior impacto, observou-se a presença do pelo emocional.

Já nos títulos que oferecem ao leitor informações complementares ou conteúdos específicos, observou-se a utilização do artifício da promessa.

A adjetivação também aparece em alguns casos, sobretudo quando determinados acontecimentos, pessoas ou situações recebem uma caracterização que contribui para tornar a manchete mais atrativa.

O imperativo é utilizado de maneira pontual para indicar que há informações adicionais, imagens ou vídeos disponíveis na matéria. A caixa alta também aparece em algumas manchetes como recurso de destaque visual, como ocorre no título que utiliza a expressão “FRAUS”. Já o *Curiosity Gap* é identificado em situações nas quais a manchete apresenta uma informação que desperta a curiosidade do leitor, mas sem necessariamente esconder o acontecimento principal no título, desta forma, o leitor já sabe o conteúdo que lhe espera.

Partindo para a análise dos títulos do g1 Tocantins, predominam manchetes informativas e uma utilização moderada de recursos voltados à atração da atenção. Do total analisado, 142 títulos (94,7%) foram classificados como informativos e 8 (5,3%) como parcialmente chamativos. Não foram identificadas manchetes nas categorias de alta intensidade ou *clickbait*, considerando a escala de IAA adotada nesta pesquisa.

Quadro 7 – Classificação dos títulos do site G1 Tocantins

Classificação	Quantidade	Percentual
Informativo	142	94,7%
Parcialmente chamativo	8	5,3%
Alta Intensidade	0	0%
Clickbait	0	0%

Fonte: Produção das autoras (2026).

Entre as estratégias encontradas, o apelo emocional aparece com maior frequência, especialmente em notícias relacionadas a mortes, acidentes, crimes, desaparecimentos e situações envolvendo vítimas. Também são recorrentes o uso de verbos no imperativo, como “saiba”,

“veja”, “entenda” e “assista”, geralmente utilizados para convidar o leitor a acessar informações complementares, imagens ou vídeos.

Quanto ao *Curiosity Gap*, este aparece em construções como “quem é” e “o que se sabe e o que falta esclarecer”. Já a oferta de explicações, cronologias ou conteúdos audiovisuais está associada à promessa.

Em situações nas quais a repercussão de um acontecimento, a reação de personagens ou uma característica específica do fato contribuem para tornar a manchete mais atrativa, são usadas com foco na reação, a viralização e a adjetivação. A presença de vídeos também se mostra relevante, com expressões como “VÍDEO”, “assista” e “imagens mostram” funcionando como elementos de estímulo ao acesso ao conteúdo escrito e visual.

Abaixo, são listados os oito títulos parcialmente chamativos e o elemento predominante na análise, tendo como resultados o uso de palavras no imperativo, promessa, apelo emocional, curiosity gap, viralização e foco na reação.

Quadro 8 - Títulos do g1 classificados como parcialmente chamativos

Título	Elemento predominante
Mulher do sertanejo Henrique é vista no Tocantins um mês após sair da prisão nos EUA; veja imagens	Imperativo + promessa + apelo emocional
Saiba quem é o adolescente que sofreu fraturas e teve braço esmagado ao ser atropelado pela PM	Imperativo + Curiosity Gap + apelo emocional
Saiba quem é o fazendeiro preso suspeito de encomendar a morte de rival no ramo de abacaxi no TO	Imperativo + Curiosity Gap + apelo emocional
Saiba quem é o humorista que gerou revolta na web após fala sobre ‘salinha de repouso’ da enfermagem	Imperativo + Curiosity Gap + viralização
Emboscada digital: entenda investigação que apontou marido como autor do assassinato de merendeira no Tocantins	Adjetivação + imperativo + promessa
Rivalidade, tiros pelas costas e digital de suspeito: veja cronologia do assassinato de produtor de abacaxi no TO	Imperativo + promessa + apelo emocional

Mulher reage com surpresa ao se ver na TV durante sessão no Tocantins e vídeo viraliza; assista	Foco na reação + viralização + promessa de conteúdo audiovisual
Saiba quem é o motorista que morreu em acidente na BR-153 entre Gurupi e Cariri do Tocantins	Imperativo + Curiosity Gap + apelo emocional

Fonte: Produção das autoras (2026).

Observa-se que os títulos classificados com elementos Imperativo, Curiosity Gap e Apelo Emocional recorrem, principalmente, à curiosidade do leitor para estimular o interesse por novas informações relacionadas a uma notícia já publicada pelo portal. Essa estratégia permite explorar desdobramentos ou informações complementares ao conteúdo factual inicial, criando um estímulo para o acesso à matéria e, consequentemente, contribuindo para a geração de tráfego no site.

Considerações finais

Diante do problema de pesquisa proposto, conclui-se que os portais jornalísticos digitais analisados utilizam diferentes estratégias de construção de títulos para disputar a atenção dos leitores, recorrendo a recursos como apelo emocional, curiosidade, imperativos, perguntas, promessa de informação, adjetivação e Curiosity Gap.

Como apresentado no decorrer deste artigo e demonstrado com a análise dos 450 títulos dos portais Sou de Palmas, Gazeta do Cerrado e g1 Tocantins, os veículos precisam encontrar formas de fazer com que suas notícias sejam percebidas e acessadas pelos leitores, e o ponto inicial é a construção de uma estrutura que prenda a atenção.

Quando Simon (1971) relacionou o excesso de informação à escassez de atenção, essa questão foi trazida à luz. As estratégias vistas nos sites objetos deste estudo buscam chamar a atenção do público passa a ter maior possibilidade de ser visto e consumido, como tratado por Davenport e Beck (2001).

Não é de hoje que a atenção do público passou a fazer parte das preocupações dos veículos, mas tem sido mais efervescente no jornalismo

digital, justamente pelo excesso de informações e meios de divulgação ao alcance do público. Desta forma, além das preocupações básicas da apuração da notícia, os jornalistas precisam pensar na forma como o conteúdo será apresentado e encontrado pelos leitores. García Ramírez (2021) segue nessa direção ao discutir a relação entre o jornalismo e as plataformas digitais dentro da economia da atenção.

Apesar dessa preocupação também estar presente nos portais tocantinenses, os resultados não indicam um uso excessivo de títulos considerados *clickbait*. A partir dos dados analisados, fica evidente a distinção entre economia da atenção e *clickbait*. O primeiro conceito diz respeito ao desafio amplo de atrair o leitor em meio ao excesso de conteúdos; o segundo é apenas uma ferramenta específica nessa disputa. Na prática, como observam Pedro et al. (2019), a imprensa utiliza variadas técnicas de atração nos títulos, demonstrando que é possível despertar o interesse do público sem perder o compromisso com a transparência da informação.

Outro aspecto relevante é o uso da curiosidade como gatilho de leitura. Títulos estruturados com expressões do tipo “quem é” ou “o que se sabe” criam a lacuna de informação descrita por Scott (2021), mas sem recorrer ao *clickbait* propriamente dito, já que os fatos centrais não eram ocultados do público.

Portanto, embora os três sites disputem a atenção do leitor por caminhos diferentes, chamar a atenção não implica abandonar a função informativa, sendo apenas mais uma estratégia para obter mais acessos e engajamento. A dinâmica da economia da atenção está presente, mas opera de forma discreta, sendo da necessidade de atrair a audiência que convive com a preservação do conteúdo da notícia, sem a dependência de estratégias apelativas para conquistar o público.

Cabe ressaltar que a análise se concentrou na construção dos títulos, sem considerar outros elementos das notícias ou métricas efetivas de audiência, como cliques e tempo de permanência, pois são dados internos

e inacessíveis às pesquisadoras, e que trariam informações mais precisas sobre a efetividade dessas estratégias. Ressalta-se ainda que o IAA, desenvolvido para este estudo, envolve critérios de classificação sujeitos à interpretação do pesquisador, bem como a análise dos dados feito por intermédio de IA, que poderá chegar a resultados distintos, de acordo com o chatbot escolhido.

Essas limitações, contudo, não comprometem os resultados, mas indicam possibilidades para pesquisas futuras que ampliem o período, o número de veículos e a análise do comportamento dos leitores.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

DAVENPORT, Thomas H.; BECK, John C. **The attention economy:** understanding the new currency of business. Boston: Harvard Business School Press, 2001.

FONSECA, Adalton dos Anjos. Regimes de atenção no jornalismo digital e suas consequências nos processos produtivos. **Revista Pauta Geral** – Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 8, p. 1-19, 2021. DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.8.19559. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/19559. Acesso em: 17 abr. 2026.

GARCÍA RAMÍREZ, Diego. O jornalismo na economia da atenção*:* a relação entre plataformas digitais e organizações jornalísticas. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 4-27, 2021. DOI: 10.25200/BJR.v17n1.2021.1332. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1332/pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

MUKHERJEE, Prithwiraj; DUTTA, Souvik; DE BRUYN, Arnaud. Did clickbait crack the code on virality? **Journal of the Academy of Marketing Science**, [s.l.], v. 50, p. 482-502, 2022. DOI: 10.1007/s11747-021-00830-x. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8799425/. Acesso em: 17 abr. 2026.

PEDRO, Margarete Vieira et al. O clickbait no ciberjornalismo português e brasileiro: o caso brasileiro. In: REIS, Ana Isabel; ZAMITH, Fernando; BASTOS, Helder; JERÓNIMO, Pedro (org.). **Ameaças ao ciberjornalismo.** 1. ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CIC.Digital, 2019. (Coleção iCultura & Media, n. 4). ISBN 978-989-8969-00-2. Disponível em:

https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/130301/2/430818.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

RAZI, Nafisa; ANSARI, Rashid. Journalism in the age of the attention economy: reviewing trends, tools, and ethical challenges. **Kurdish Studies**, v. 13, n. 2, p. 61–71, 2025.

SCOTT, Kate. You won't believe what's in this paper! Clickbait, relevance and the curiosity gap. **Journal of Pragmatics**, v. 175, p. 53–66, 2021.

SIMON, Herbert A. Designing organizations for an information-rich world. In: GREENBERGER, Martin (org.). **Computers, communication, and the public interest.** Baltimore: Johns Hopkins Press, 1971. p. 37-72.

Capítulo 5

As fontes do jornalismo policial online de Palmas-TO: análise dos portais g1 Tocantins e Conexão Tocantins

Ana Luiza da Silva Dias

O jornalismo policial costuma relatar acontecimentos relacionados a crimes, investigações e outras questões relacionadas à segurança pública. Nesse sentido, os veículos de notícias online têm um grande potencial em levar informações, fornecendo aos cidadãos dados atualizados e detalhados sobre a segurança local. No entanto, a construção dessas narrativas depende fortemente das fontes utilizadas pelos jornalistas, que influenciam não apenas a veracidade e a credibilidade das reportagens, mas também a percepção dos leitores sobre as noções de segurança.

O estado do Tocantins está localizado no norte do Brasil, região com um dos maiores índices de violência do país, de acordo com Boletim de Análise Político-Institucional publicado, em 2024, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)[15]. A pesquisa ainda revela que a taxa de homicídios aumentou 260,3% na região entre 1980 e 2019, em comparação com a média nacional de 85% no mesmo período. Já o Tocantins, conforme o Atlas da Violência 2024, divulgado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, registrou 28,2 homicídios por 100 mil habitantes, acima da média nacional de 21,7, ocupando a 13ª posição entre os estados e o Distrito Federal. Desses homicídios, 260 foram cometidos com armas de fogo. Em 2022, foram 454 mortes violentas no Tocantins, um aumento de 19,8% em relação a 2021, com 441 mortes.

[15] Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14878-boletim-analisa-aspectos-que-levaram-a-regiao-norte-a-liderar-crescimento-da-violencia-no-brasil. Acesso em: 4 ago. 2024.

Nesse cenário em que pesquisas sobre segurança pública demonstram uma certa insegurança, espera-se que os portais de notícias reflitam no conteúdo o que esses estudos mostram. Além disso, as fontes jornalísticas são um dos motivos da notícia existir. Escolher as fontes certas ajuda a dar credibilidade para a notícia e para a construção de um texto consistente com o maior número de fontes possível. Dessa forma, a escolha e o uso dessas fontes não são apenas uma questão de praticidade, mas também de ética e responsabilidade jornalística.

Este estudo parte do problema de pesquisa que busca entender de que forma os veículos online de Palmas, capital do Tocantins, têm utilizado as fontes no jornalismo policial. Assim, por meio dos objetivos, o trabalho tenta responder o questionamento anterior. Dessa forma, este artigo tem como objetivo-geral analisar o uso e a predominância das fontes jornalísticas nos veículos online de Palmas - TO. Ao entender quais tipos de fontes são mais utilizados e como são incorporados nas notícias, buscou-se fazer uma análise quantitativa e qualitativa dos materiais coletados entre os dias 22 e 26 de julho de 2024, nos sites g1 Tocantins e Conexão Tocantins.

Para identificar os portais que são utilizados nesta pesquisa, o Mapa da Mídia do Tocantins, disponibilizado pelo Grupo de Jornalismo Multimídia de forma online, foi utilizado. Os veículos são atualizados todos os dias e, conforme o Mapa, estão localizados em Palmas.

Por meio da análise de conteúdo, foram identificadas e contabilizadas as fontes utilizadas nas notícias, classificadas como oficiais, testemunhais, independentes e especialistas. Também foram registrados os locais das fontes e a frequência de sua utilização pelos portais. As notícias foram, ainda, examinadas segundo os três formatos de cobertura do crime propostos por Hall et al. (2016), conforme os procedimentos metodológicos apresentados adiante.

Esta pesquisa se justifica pela pouca produção científica sobre estudos das fontes jornalísticas em Palmas e também no Tocantins. Com a rápida atualização das notícias nos meios digitais e propagação quase que

instantânea das informações, é importante investigar como as fontes do jornalismo estão sendo utilizadas nas coberturas policiais. Com isso, espera-se contribuir para a melhoria das práticas jornalísticas e para a disseminação de conhecimento a respeito do estudo de fontes do jornalismo.

Fontes do jornalismo

Nilson Lage (2003, p. 21) afirma que a maioria das matérias jornalísticas surge a partir de uma fonte, que fornece importantes informações por meio de instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. O autor destaca que as fontes sempre existiram e foram consultadas para se obter informações. Entretanto, é somente após a Segunda Guerra Mundial, com a disseminação das assessorias de imprensa é que o contato do jornalista com a fonte passou a acontecer de forma profissional. Isto é, havia um intermediário (o assessor) entre o jornalista e a fonte. Essa forma não agradou muito, pois as assessorias eram vistas como um entrave para a obtenção de informações.

Por outro lado, a criação das assessorias de imprensa foi um importante balizador para a moral e ética do jornalista, que antes tinha contato direto com a fonte e, por vezes, uma relação de “amizade”, que poderia criar amarras entre fonte-jornalista e descredibilizar a informação.

Pinto (2002) lembra que a relação dos jornalistas com as fontes gera uma relação de interesse, pois, quando a fonte informa, tem interesse em informar, e o jornalista, por outro lado, tem interesse em publicar. Assim o autor elenca seis motivos para que as fontes procurem os jornalistas: 1) a visibilidade e atenção da mídia; 2) a marcação da agenda pública e a imposição de certos temas como foco da atenção coletiva; 3) a angariação de apoio ou adesão a ideias ou a produtos e serviços; 4) a prevenção ou reparação de prejuízos e malefícios; 5) a neutralização de interesses de concorrentes ou adversários; 6) a criação de uma imagem pública positiva.

E ainda seis motivos que mostram as razões pelas quais os jornalistas buscam as fontes: 1) obtenção de informação inédita; 2) a confirmação ou desmentido para informações obtidas noutras fontes; 3) a dissipação de dúvidas e desenvolvimento de matérias; 4) o lançamento de ideias e debates; 5) o fornecimento de avaliações e recomendações de peritos; 6) a atribuição de credibilidade e de legitimidade a informações diretamente recolhidas pelo repórter.

Essa relação de troca necessita de certa confiança e implica no que Grice (*apud* Lage, 2003) diz, que uma conversação depende do que uma pessoa imagina sobre a pretensão da outra. Nesse sentido, Lage (2003, p. 25) afirma:

> O resultado de uma consulta à fonte depende, assim, basicamente, da intenção que essa fonte atribui ao repórter. Se acha que o repórter é uma ameaça (posição frequente entre os ricos e aos que têm algo a esconder), será parcimoniosa nas respostas; se vê na conversa uma oportunidade de defender seus direitos (o que é provável entre pessoas pobres), enfatizará reivindicações e reclamações; se teme que o repórter não compreenda algo (o que ocorre, em regra, com cientistas e pesquisadores de ciências exatas), procurará ser minuciosa e redundante na explicação.

Para Traquina (2001) um bom jornalista sabe avaliar a confiabilidade de uma fonte e, para isso, utiliza os critérios da autoridade, produtividade e credibilidade. Para o autor, a autoridade é o mais importante critério, podendo o jornalista considerar mais a posição hierárquica da fonte do que o que ela realmente tem a dizer. A produtividade é associada à capacidade que a fonte tem de fornecer informações aos jornalistas. Já a credibilidade está ligada a produtividade no sentido de quanto mais eficiente for a fonte, menos trabalho o jornalista terá.

Lage (2009) organizou a classificação das fontes da seguinte forma: 1) quanto ao tipo: a) oficiais: são as fontes institucionais e têm um alto grau de confiabilidade por se tratar, geralmente, de fonte governamental; b) oficiosas: são as que têm ligação com a instituição, mas oficialmente não

têm competência ou autorização para falar em nome do órgão; c) independentes: são associadas às Organizações Não-governamentais; d) testemunhais: pessoas que participaram ou observaram o evento noticioso acontecer; e) experts: são os especialistas. 2) quanto à natureza: a) primárias e secundárias: primárias são as que dão o impulso para que a reportagem aconteça e secundárias as que complementam as informações.

Hall et al. (2016), em um estudo sobre a produção social das notícias, explicita a adequação entre as ideias dominantes e as ideologias a práticas da mídia. Assim, com a ideia de definidores primários e secundários, o autor demonstra que os veículos jornalísticos têm certa independência para a produção de conteúdo e para a escolha de fontes independentes. Entretanto, por conta das rotinas da redação, que incluem a pressão por agilidade e a imparcialidade, os jornalistas dão preferência às fontes oficiais, pois são mais bem estruturadas. Esse tipo de fonte é o que o autor chama de definidores primários. Dessa forma, conforme o autor, a mídia termina por reproduzir o pensamento dominante, com pouco ou nenhum espaço para outras fontes. No jornalismo policial, essa relação merece atenção particular, pois a presença recorrente de instituições de segurança pública como fontes pode orientar tanto a seleção dos acontecimentos quanto as versões do crime apresentadas ao público. Compreender essa dinâmica exige situar a cobertura policial e os critérios que tornam o crime notícia.

O jornalismo policial e o crime como notícia

O jornalismo policial teve os primeiros indícios nos Estados Unidos e Inglaterra, por volta do século XIX. De acordo com Nilson Lage (1987), nessa época a imprensa estadunidense dava ênfase aos crimes e relatos melancólicos, o que mais tarde ficou conhecido como imprensa sensacionalista.

Como contraponto a esse tipo de notícia, os jornalistas norte-americanos "Foram buscar no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado de não avançar além daquilo que os fatos permitem ao senso comum inferir" (Lage, 1987, p. 8). Assim, a ideia de imparcialidade e objetividade ganhou destaque na prática jornalística.

Conforme Melém (2011), a reportagem policial surge no Brasil no século XIX, momento em que o Rio de Janeiro sofria com a pobreza e falta de emprego, os jornais da época, como Jornal do Brasil e Jornal do Commercio, preferiram utilizar a versão da polícia para suas reportagens a ouvir o lado de quem sofria com a pobreza e violência. O gênero foi difundido pelo país, ganhando mais relevância nas décadas de 60 e 70, quando a matéria sobre a morte de Claudia Lessin Rodrigues foi publicada na Revista Veja e depois ganhou o Prêmio Esso.

"O crime é quase por definição 'notícia", diz Hall *et al.* (2016, p. 326). Isso porque, embora o crime em si demonstre insegurança socialmente falando, também reafirma a moralidade dessa mesma sociedade, pois assim podem julgar as ações criminosas como ilegítimas. Para o autor, as notícias criminais são vistas como permanentes e rotineiras. E, apesar disso, a mídia se mantém atenta para o crime enquanto potencial fonte de notícias, porque a violência em si é um valor-notícia em potencial. "O que é mais impressionante nas notícias de crime é que elas raramente envolvem uma descrição de 'testemunha ocular', ao contrário da notícia enviada da frente de batalha pelo correspondente de guerra" (Hall *et al*., 2016, p. 330). Isto é, as notícias criminais, quase sempre, são produzidas por meio de fontes institucionais.

Três formatos dão conta de quase todas as notícias sobre crimes, de acordo com Hall et al. (2016), o primeiro trata-se do relato baseado na história da polícia: reconstrução do acontecimento; o segundo é sobre o estado de guerra contra o crime: geralmente um porta-voz estatal fala sobre o sucesso da segurança pública frente ao crime; e o terceiro é o material de apoio à reportagem do crime: desdobramentos de um crime.

Essas categorias, articuladas à classificação das fontes jornalísticas, orientam a análise das notícias do g1 Tocantins e do Conexão Tocantins, cujos procedimentos de seleção, coleta e organização são apresentados a seguir.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e quantitativa, com o objetivo de verificar o uso das fontes do jornalismo policial nos veículos online de Palmas. Conforme Gil (2002), as pesquisas desse tipo visam descobrir a existência de associações entre variáveis, além de ser um tipo de pesquisa que "habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática" (Gil, 2002, p. 42).

A pesquisa descritiva considerando a observação, o registro e análise dos dados, destacando suas características, causas e relações (Prodanov; Freitas, 2013; Gil, 2021). Ainda nesse sentido, Marconi e Lakatos (2003) destacam que independentemente do tipo e objetivo da pesquisa, deve-se descrever como se pensa em codificar e tabular os dados obtidos.

Para que as notícias relacionadas ao jornalismo policial fossem encontradas, primeiro foi feita uma busca no Mapa da Mídia do Tocantins, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo e Multimídia (Nepjor - UFT/CNPq). O passo seguinte foi verificar se os sites tinham publicações diárias e se havia conteúdo relacionado ao jornalismo policial.

O g1 Tocantins e o Conexão Tocantins foram escolhidos por apresentarem o maior volume de notícias de cunho policial. Também foi considerado o acesso gratuito aos dois portais para a escolha. Após a seleção dos sites, foi feita a coleta das notícias propriamente dita. Somente o Conexão Tocantins tem a editoria "Policial" no menu do site. Nesse caso, a busca foi feita utilizando a própria editoria. No caso do g1 Tocantins, a busca foi feita por meio do acompanhamento das postagens na página "Últimas Notícias" do site. Nesse acompanhamento, foram consideradas de cunho policial as publicações sobre crimes, suspeitas de crimes,

investigações, ocorrências atendidas pelas forças de segurança e ações de segurança pública, inclusive seus desdobramentos.

O período escolhido, de forma aleatória, foi de 22 a 26 de julho de 2024, que compreende cinco dias de coleta. Foi feita uma planilha no Google Planilhas para colocar as informações obtidas. Cada site tem uma aba na mesma planilha e as colunas estão organizadas da seguinte forma: data, link, título, qual é a fonte, tipo de fonte, local da fonte e classificação de Hall *et al*. (2016).

Bardin (2011) define que a Análise de Conteúdo acontece em três fases: a etapa inicial consiste na pré-análise, na qual ocorre a seleção dos documentos, a formulação de hipóteses e a preparação do material para análise; a segunda fase envolve a exploração do material, incluindo a escolha das unidades, a enumeração e a classificação; por fim, a terceira etapa abrange o tratamento, a inferência e a interpretação dos dados.

Aplicando o método Análise de Conteúdo, as notícias foram classificadas de acordo com a natureza das fontes: oficiais, testemunhais, independentes, especialistas. O local das fontes também é uma categoria importante a se considerar para saber de onde se fala. Além disso, o material coletado foi classificado entre os três formatos típicos de notícias de crime definidos por Hall *et al*. (2016).

Fontes e narrativas: a predominância oficial na cobertura policial

Ao acompanhar as publicações de jornalismo policial nos sites de notícias g1 Tocantins e Conexão Tocantins, ambos localizados em Palmas, durante o período de 22 a 26 de julho de 2024, foi contabilizada a publicação de 38 notícias de cunho policial. Durante os cinco dias de coleta, o g1 Tocantins foi o site que mais publicou notícias policiais com 25 postagens sobre o tema, enquanto o Conexão Tocantins postou 13 notícias.

Quadro 1: Tipos de fontes utilizadas

FONTES	G1 Tocantins	Conexão Tocantins	Total

Oficiais	20	13	33
Testemunhais	2	--	2
Independentes	2	--	2
Especialistas	2	--	2

Fonte: Produção própria, 2024

O portal Conexão Tocantins tem a fonte oficial como principal tipo, já que todas as 13 publicações utilizam fontes oficiais. A Polícia Civil do Estado do Tocantins é a fonte de sete notícias. A Polícia Militar aparece em duas. E a Secretaria da Segurança Pública do Tocantins também em duas. A Polícia Federal e o Tribunal de Justiça do Tocantins têm apenas uma publicação. Embora localizado em Palmas, a cidade aparece em quatro notícias do portal. Com relação às classificações de Hall et al. (2016), dez notícias se classificam como "relato baseado na história da polícia", duas como "estado de guerra contra o crime" e somente uma como "apoio à reportagem do crime".

Em conjunto, os dados indicam que, no recorte analisado, a cobertura policial do Conexão Tocantins se apoia exclusivamente em fontes oficiais, com predomínio das versões fornecidas pelas instituições de segurança pública. A concentração de dez das 13 notícias no formato "relato baseado na história da polícia" reforça a centralidade dessas instituições não apenas como fornecedoras de informações, mas também na organização das narrativas sobre os acontecimentos. À luz de Hall et al. (2016), esse resultado sugere a atuação das fontes oficiais como definidoras primárias, enquanto a ausência de fontes testemunhais, independentes e especialistas restringe a diversidade de perspectivas disponíveis ao leitor. Os dados, contudo, não permitem determinar as causas dessa concentração nem estender essa conclusão à totalidade da produção do portal fora do período pesquisado.

Quadro 2: Conexão Tocantins

Título	Qual é a fonte	Tipo de Fonte	Local	Classificação de Hall
Jovem de 23 anos é preso por tráfico de drogas em Palmas	Polícia Militar	Oficial	Palmas	relato baseado na história da polícia
Polícia Militar apreende arma de fogo após briga em camelódromo de Palmas	Polícia Militar	Oficial	Palmas	relato baseado na história da polícia
Tocantins investe em equipamentos e tecnologia para fortalecer ações de combate a criminalidade	SSP	Oficial	Palmas	estado de guerra contra o crime
Idoso suspeito por estupro de vulnerável tentou subornar familiares da vítima, diz delegado	Lucas Rodrigues (delegado Polícia Civil)	Oficial	Aurora do Tocantins	relato baseado na história da polícia
Acusado de matar ex-presidiário encontrado amordaçado em Cariri vai a júri popular	Tribunal de Justiça	Oficial	Gurupi	apoio à reportagem do crime
Forças de segurança do Tocantins alinham ações da Operação Eleições 2024	SSP	Oficial	Palmas	estado de guerra contra o crime
Vulgo "Novo" é preso suspeito por furtar celular carne e bebida alcóolica em restaurante	Polícia Civil	Oficial	Axixá do Tocantins	relato baseado na história da polícia
Indivíduo de 41 anos é preso suspeito de matar jovem a golpe de canivete em cavalgada	Antonione Wandré (delegado Polícia Civil)	Oficial	Guaraí	relato baseado na história da polícia
Indivíduo é preso após menina contar para tia sobre estupros; delegado faz alerta	Joadelson Albuquerque (Delegado Polícia Civil)	Oficial	Gurupi	relato baseado na história da polícia
Foragido de Minas Gerais aproveita benefício da saidinha para fugir e é preso no Tocantins	João Luís Jucá (Delegado Polícia Civil)	Oficial	Araguaína	relato baseado na história da polícia
Presa suspeita de aplicar golpe do falso pix e acusar prejuízo de R$ 100 mil a clínicas de estética	Alicindo Augusto (Delegado Polícia Civil)	Oficial	Gurupi	relato baseado na história da polícia
PF desarticula no Tocantins e em outros estados organização internacional ligada ao tráfico de armas	Polícia Federal	Oficial	Tocantins	relato baseado na história da polícia
Foragido do Goiás por crime de estupro é preso pela Polícia Civil em Araguaína	Charles Arruda (Delegado Polícia Civil)	Oficial	Araguaína	relato baseado na história da polícia

Fonte: Produção própria, 2026

O g1 Tocantins publicou 25 notícias, das quais 20 têm fontes oficiais, sendo 12 da Polícia Militar. A cidade de Palmas é o local de sete notícias. O portal, entretanto, apresentou maior variedade de fonte, tendo inclusive fontes que tiveram a identidade preservada, como é no caso da notícia "Laudo aponta que homem morto pela PM durante surto levou tiros no ombro, tórax e abdômen", em que, de forma subjetiva mostra no texto "De acordo com o laudo, ao qual a TV Anhanguera e o g1 tiveram acesso".

No que se refere às classificações de Hall *et al.* (2016), 12 notícias se classificam como "relato baseado na história da polícia", dez como "apoio à reportagem do crime", duas não se enquadram em nenhuma das categorias e nenhuma notícia também se encaixou como "estado de guerra contra o crime".

Quadro 3: g1 Tocantins

Título	Qual é a fonte	Tipo de fonte	Local	Classificação de Hall
Policial xinga e ameaça dono de moto durante abordagem de trânsito: 'Te meto a mão na cara'	Polícia Militar	Oficial	Palmas	Não se classifica
Motociclista atropelado e morto em cruzamento tinha chegado do trabalho e foi acompanhar babá até a casa dela, diz esposa	Beatriz Santos Wahbe	Independente	Palmas	apoio à reportagem do crime
Mulher foge de evento para não ser agredida por homem que conheceu pela internet e chama a polícia	Polícia Militar	Oficial	Cristalândia	relato baseado na história da polícia
Homem é suspeito registrar falso furto de moto que ele mesmo vendeu e depois enganar novo proprietário, diz delegado	José Lucas Melo (Delegado de Polícia Civil)	Oficial	Paraíso do Tocantins	relato baseado na história da polícia
Esposa de homem morto a tiros por policiais disse que pediu ajuda para acalmar marido em surto: 'Se soubesse jamais tinha ligado'	Aparecida de Carvalho Vieira Silva	Testemunhal	Araguaína	apoio à reportagem do crime
Homem é preso após oferecer dinheiro para família de vítima de estupro retirar denúncia, diz delegado	Lucas Rodrigues (Delegado de Polícia Civil)	Oficial	Aurora	relato baseado na história da polícia

Fetiche proibido: entenda porquê fazer sexo em local público é crime	Tarsis Barreto (doutor em Direito) Glícia Neves (Sexóloga)	Especialista	Palmas	apoio à reportagem do crime
Presidente do Ibama fala pela primeira vez sobre assassinato de brigadista e diz que 'está atento' às investigações	Rodrigo Agostinho (President e IBAMA)	Oficial	Brasília	apoio à reportagem do crime
Idoso atira em vizinho depois de denunciá-lo por perturbação do sossego, diz polícia	Polícia Civil Polícia Militar	Oficial	Praia Norte	relato baseado na história da polícia
Corpo de homem executado a tiros perto de pedreira é identificado	SSP	Oficial	Palmas	apoio à reportagem do crime
Policial ferido após tiroteio no RJ diz que viatura entrou por engano em comunidade ao pegar 'rota alternativa'	Marcos Rodrigues Matos (Policial Militar) MJSP	Oficial	Rio de Janeiro	apoio à reportagem do crime
Homem é preso após enteada de 13 anos contar para tia que era estuprada desde os seis anos	Joadelson Rodrigues (Delegado Policia Civil)	Oficial	Gurupi	relato baseado na história da polícia
VÍDEO: Suspeito de assassinar jovem a facadas em parque é preso em cerco da PM	Polícia Militar SSP	Oficial	Gurupi	relato baseado na história da polícia
Suspeito de matar homem em cavalgada com golpe de canivete é preso	Antonione Wandré (Delegado de Polícia Civil)	Oficial	Guaraí	apoio à reportagem do crime
Após homem ser morto por policiais durante surto psicótico, comandante-geral da PM diz que elabora curso para qualificar tropa	Polícia Militar	Oficial	Palmas	apoio à reportagem do crime
Mulher é presa suspeita de aplicar golpe do falso pix após fazer procedimentos estéticos	Alicindo Augusto (Delegado Polícia Civil)	Oficial	Gurupi	relato baseado na história da polícia
Ex-deputado preso após confusão em bar é solto, mas tem porte de arma suspenso e deverá fazer tratamento psicológico	Anônima e Sargento Aragão	Anônima Independente	Palmas	apoio à reportagem do crime

Laudo aponta que homem morto pela PM durante surto levou tiros no ombro, tórax e abdômen	Robson Rodrigues da Silva (Robson Rodrigues da Silva)	Anônima Testemunhal Especialista	Rio de Janeiro	apoio à reportagem do crime
Suspeita de golpe do falso pix deixou clínica antes de receber alta para crime não ser descoberto, diz delegado	Alicindo Augusto (Delegado Polícia Civil)	Oficial	Gurupi	apoio à reportagem do crime
Homem condenado por estuprar criança de 12 anos em Goiás é preso após fugir para o Tocantins	Charles Arruda (Delegado de Polícia Civil)	Oficial	Araguaína	relato baseado na história da polícia
Suspeito morre após bater carro roubado em lixeira e trocar tiros com militares, diz PM	Polícia Militar	Oficial	Araguaína	relato baseado na história da polícia
Motorista morre após bater em veículo que presta serviço para Prefeitura de Palmas	Polícia Militar Prefeitura de Palmas	Oficial	Palmas	relato baseado na história da polícia
Policiais militares empurram e batem em mulheres com tapas e socos durante abordagem; VÍDEO	Polícia Militar Polícia Civil	Oficial	Palmas	Não se classifica
Motociclista morre após acidente com carro e motorista foge sem prestar socorro	Polícia Militar	Oficial	Axixá	relato baseado na história da polícia
Homem ameaça ex-companheira com arma de fogo e fica ferido após levar golpe de foice no pescoço	Polícia Civil	Oficial	Axixá	relato baseado na história da polícia

Fonte: Produção própria, 2026

Quanto aos locais das fontes, com exceção de duas notícias publicadas pelo g1 Tocantins, todas correspondem à localização de onde o evento noticioso aconteceu. As exceções são sobre as notícias intituladas “Laudo aponta que homem morto pela PM durante surto levou tiros no ombro, tórax e abdômen”, que conta com uma fonte especialista do Rio de Janeiro, e a outra é “Presidente do Ibama fala pela primeira vez sobre assassinato de brigadista e diz que 'está atento' às investigações”. Embora o presidente da instituição estivesse em Palmas, ele é de Brasília e o fato

sobre o qual ele comenta na matéria aconteceu na cidade de Formoso do Araguaia.

Outro ponto a ser notado nas notícias analisadas, considerando a Polícia Militar (PM) e Polícia Civil (PC) como as maiores fontes do jornalismo policial palmense, é que a PM é apresentada apenas como instituição, enquanto a PC consegue ser personificada na fala dos delegados, por exemplo. Esse ponto poderia ser justificado pela estilística de cada assessoria, porém como a investigação do conteúdo das assessorias não é o objetivo desta pesquisa, fica apenas a sugestão para outras pesquisas.

A pouca quantidade de notícias com fontes testemunhais (2) dá indício de um jornalismo que vai pouco para as ruas para ouvir as pessoas, e, até mesmo um jornalismo que não utiliza ferramentas, como o WhatsApp, para buscar fontes diferentes dos oficiais.

Por ter quase o dobro de conteúdo de cunho policial do Conexão Tocantins, é provável que o g1 Tocantins tenha preferência por esse tipo de assunto e, além disso, tenha mais fontes do que o Conexão, já que, por meio dos quadros, é possível identificar a diferença de notícias publicadas.

No que se refere às classificações de Hall *et al* (2016), é possível perceber que o g1 Tocantins, por ter dez notícias na categoria “apoio à reportagem do crime”, costuma retomar assuntos de conteúdos antigos com novos desdobramentos.

Considerações finais

O problema inicialmente proposto foi analisar as fontes do jornalismo policial palmense. Os resultados indicam que fontes no jornalismo policial são pouco exploradas e têm as fontes oficiais como principal fonte, já que das 38 notícias analisadas, 33 têm fontes oficiais.

O objetivo específico de verificar as predominâncias das fontes do jornalismo policial foi alcançado, bem como compreender a fundamentação teórica que aborda os estudos sobre fontes e os estudos sobre jornalismo policial, além da notícia como crime; categorizar as

matérias que abordam incidências criminais ou voltadas para a segurança pública durante o período pesquisado e classificar as fontes das matérias como oficiais, testemunhais, especialistas e independentes.

O frequente uso da Polícia Militar e Polícia Civil nas notícias de jornalismo policial nos veículos analisados confirma uma preferência dos portais em utilizar fontes oficiais, que termina por formar uma estrutura circular de informação (Bourdieu, 1997). Lage (2002) ainda alerta que o jornalista cria o hábito de confiar nas fontes oficiais, o que torna a recorrência delas. Pereira Júnior (2006), por fim, lembra que as fontes buscam defender o seu lado e seus próprios interesses. Cabe, então, ao jornalista avaliar a confiabilidade das fontes oficiais.

Assim, ao observar o que dizem Traquina (2001), Lage (2009), e Hall *et al.* (2016) é possível compreender que as fontes oficiais suprem de forma mais rápida e com certa credibilidade às necessidades dos veículos online de Palmas. Pois, ao considerar a tendência das redações ao redor do mundo em ter cada vez menos jornalistas para atender uma demanda de informação cada vez maior, é compreensível, embora muito longe do ideal, que as fontes oficiais sejam as principais fontes do jornalismo policial.

A partir da estruturação deste trabalho, espera-se que outras pesquisas mais aprofundadas sobre fontes do jornalismo palmense e tocantinense sejam realizadas, pois somente a partir da avaliação das práticas e produção de conteúdos jornalísticos é que será possível propor melhorias no mercado de mídia local.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 2011, Edições 70.

BRASIL. **Boletim analisa aspectos que levaram a região Norte a liderar crescimento da violência no Brasil**. Governo do Brasil, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14878-boletim-analisa-aspectos-que-levaram-a-regiao-norte-a-liderar-crescimento-da-violencia-no-brasil. Acesso em 4 ago. 2024.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2021.

GRUPO DE PESQUISA EM JORNALISMO E MULTIMÍDIA (NEPJOR). Mapa da Mídia no Tocantins. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, [s. d.]. Mapa interativo. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1zpOqcyLy6BbBx2_eAoapwm8l8z0&ll=-12.0413167%2C-48.5447447&z=8. Acesso em: 23 jul. 2024.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: NELSON, T. (org.) **Jornalismo:** questões, teorias e "estórias". Florianópolis: Insular. 2016.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 3a. ed, Rio de Janeiro: Record, 2003.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. 6 d. São Paulo: Ática, 2006.
MARCONI, M. de A. LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2017.

MELÉM, V. de N. de O. Jornalismo policial: uma análise dos critérios de noticiabilidade do caderno polícia, do jornal Diário do Pará. Puçá: **Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia.** Belém, v. 1, n1. p. 26-50, jan./jun, 2011.
PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PINTO, M. **Comunicação e Sociedade 2**. Cadernos do Noroeste, Sene Comunicação, Vol. 14, 2000, p. 277 – 294. Disponível em: https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/830/2029. Acesso em 3 ago. 2024.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2005

Capítulo 6

O jornalismo esportivo tocantinense na perspectiva de um profissional

Joice Danielle Nascimento Pereira

À primeira vista, a cobertura jornalística esportiva no Tocantins se destaca por aspectos curiosos e histórias singulares. O Jornalismo Esportivo tocantinense já destacou histórias emblemáticas, especialmente na cobertura do futebol local, como o sequestro de uma equipe a caminho de uma partida ou a história do técnico de um clube local que comandou a equipe à beira do gramado por apenas 45 minutos e foi embora do Estado. Mas, para além desses episódios peculiares registrados ao longo da história pelo Jornalismo Esportivo local, esta especialidade do Jornalismo também tem uma forte ligação com o território hoje chamado Tocantins.

Para além de ser um repositório de histórias e eventos esportivos surpreendentes, o Jornalismo Esportivo tocantinense também reúne registros importantes do processo de criação do Estado e da construção de uma identidade regional própria para esse território. Os registros históricos apontam que o Jornalismo Esportivo acompanha a trajetória do desenvolvimento do Estado e registrou também as condições geográficas, econômicas e estruturais da então Região Norte de Goiás, antes da criação do Tocantins. Essa relação de proximidade aponta para um caminho entrelaçado entre o desenvolvimento do Jornalismo Esportivo local e o desenvolvimento regional.

Nesse processo, destacam-se sobretudo o rádio e o impresso. Esses veículos foram importantes mecanismos não só para traduzir as emoções das modalidades esportivas praticadas na região, como também para unir a população local em torno dos ideais de desenvolvimento e de criação de

uma identidade representativa do território. Os jornalistas esportivos também são figuras cruciais nesse cenário. A paixão destes profissionais que dedicaram a vida ao esporte local muitas vezes suplantou os interesses mercadológicos, os baixos investimentos e a timidez do esporte tocantinense. Estes jornalistas também testemunharam de perto as mudanças no território, no cenário esportivo e na forma de se fazer Jornalismo Esportivo no Tocantins.

Dito isto, este trabalho tem como principal objetivo refletir sobre a cobertura esportiva no Estado, suas singularidades e especialmente suas mudanças ao decorrer do tempo, a partir do ponto de vista de Reinaldo de Jesus Cisterna, jornalista que atua na cobertura esportiva tocantinense desde 1997. A proposta do trabalho é assimilar o papel do Jornalismo Esportivo na valorização do próprio esporte no Estado e no fortalecimento dos laços regionais, além de demarcar as mudanças ocorridas no fazer jornalístico a partir da introdução das mídias digitais no processo. Ademais, a pesquisa também vai perpassar pela discussão da relação dos jornalistas com o público e os principais desafios da cobertura na atualidade.

Para alcançar tal objetivo, este trabalho adota como principal metodologia, a técnica de entrevista semiestruturada com o jornalista, para colher suas percepções sobre os temas propostos. Quanto à natureza, trata-se de pesquisa exploratória, de cunho descritivo, que se justifica pelo interesse e necessidade em identificar não só as mudanças ocorridas na forma de cobrir esportes no Tocantins, bem como compreender como se dão as dinâmicas de cobertura no Estado, além de observar como as novas tecnologias impactam e colaboram com a cobertura esportiva nesta unidade da Federação.

Breve histórico do esporte e da cobertura jornalística esportiva no Tocantins

Pensar a cobertura esportiva de uma determinada região envolve também uma perspectiva mais ampla. Com processo de globalização, que

também é introduzido nos meios de comunicação e nos fazeres jornalísticos, Peruzzo (2005) destaca que há um movimento de reafirmação das identidades locais, principalmente no que diz respeito às produções jornalísticas. Esse interesse pelo que é produzido localmente se dá justamente pela percepção de que as pessoas também se interessam pelo que está mais próximo ou pelo que mais diretamente afeta as suas vidas e não apenas pelos grandes temas da política, da economia, do próprio esporte, abordados cotidianamente pelos veículos que se dedicam à ampla cobertura, na perspectiva de uma comunicação globalizada (Peruzzo 2003). Essa perspectiva é o mote para pensar a realidade do Tocantins no que se refere à cobertura esportiva.

A história do esporte no Tocantins nasce ainda no então território do Norte de Goiás, bem como a própria história do Jornalismo Esportivo do Estado. E o desporto também possui um valor histórico para a trajetória do Tocantins, estando intrinsecamente relacionado a sua criação enquanto unidade mais jovem da Federação. Mas é inegável que há algumas prevalências neste percurso. Os principais relatos esportivos deste período inicial estão relacionados principalmente ao futebol amador. Silva (2025) destaca como exemplo dessa relação o município de Pium, localizado na região Centro-Oeste do hoje território do Tocantins, como o local de gênese de uma das primeiras agremiações esportivas do Norte Goiano: O Pium Esporte Clube. A equipe era conhecida por disputar torneios com equipes do estado vizinho, Maranhão, e é considerada o pontapé inicial para o desenvolvimento do futebol na região.

Nesse contexto, o rádio tem um papel crucial no processo de difusão do interesse pelo esporte. Oliveira, Pinho e Silva (2026) pontuam que o trabalho dos radialistas esportivos foi decisivo para propagar e preservar a memória do esporte no contexto estadual. Para os pesquisadores em questão, o Jornalismo Esportivo no Tocantins caminha junto com o desenvolvimento do rádio no Estado, uma vez que as emissoras de rádio foram fundamentais para a consolidação da prática comunicativa e para

difundir a paixão pelo esporte. Mas, os registros mais sólidos sobre a cobertura esportiva e sobre a própria prática esportiva no então Norte Goiano datam da década de 1970.

De acordo com Silva (2025), no campo dos esportes, é neste período que é criada a Liga de Esportes de Araguaína (LEA), instituição que passou a organizar os torneios de futebol entre equipes da região do extremo Norte do Estado. A partir da instituição da LEA iniciou-se também um período de fortalecimento do futebol local, sobretudo a partir da contratação de atletas e integração entre equipes de outros estados. A LEA também foi responsável por organizar o Campeonato Araguainense e o Torneio Integração do Norte de Goiás (TIN), que foi um importante passo para o processo de fortalecimento do futebol no Norte Goiano, mesmo com as dificuldades econômicas e as limitações de transporte que faziam parte da dinâmica da região na época.

Oliveira et al. (2012) destacam, a partir do depoimento do radialista Domingos Gomes do Espírito Santo, um dos pioneiros do radialismo esportivo no Tocantins, que neste período as transmissões esportivas, especialmente de futebol, eram muito populares a partir de carros de som posicionados à beira dos campos municipais e regionais. O radialista também transmitiu pelas ondas do rádio a primeira edição do TIN em 1979. A proximidade proporcionada pelo rádio fez com que o radialista acompanhasse de perto a ascensão de vários atletas e equipes regionais, como o Kaburé Esporte Clube, que anos mais tarde, em 1994, seria o representante do Tocantins na Copa do Brasil, competição de nível nacional.

Como o relato do jornalista evidencia, nesse período, o principal objeto das transmissões esportivas era o futebol, mas outros esportes também tinham espaço nas programações. Oliveira et al. (2012) apontam a partir da reconstituição de memórias de jornalistas que fizeram parte da dinâmica da cobertura esportiva no período, que esportes como vaquejada, *motocross* e posteriormente corridas de kart também eram

objeto de interesse das coberturas. Brito (2017) que registrou em seu livro memorialístico “Nos tempos do Capotão” alguns episódios sobre a história do futebol tocantinense, também relata em um breve capítulo dedicado à imprensa esportiva, que no município de Gurupi na década de 1970, já existia também registros de uma publicação impressa de quatro páginas editada por uma gráfica local, que agrupava informações sobretudo de partidas de futebol disputadas na região.

Os relatos de Brito (2017) também apontam que este período específico foi muito promissor para o esporte estudantil no Norte de Goiás. Modalidades como futsal, queimada e natação obtiveram destaque em municípios como Gurupi, com atletas proeminentes tanto em equipes masculinas como femininas. De acordo com os registros de Brito (2017) a natação em especial se fortaleceu no Estado e ganhou expressão no Tocantins, sobretudo a partir de 1994 com a fundação da Federação Aquática do Estado do Tocantins (FAETO) e a chegada do Centro Medley de Natação em Gurupi, no mesmo ano. A partir deste marco, os atletas de natação do Estado passaram a disputar competições de níveis regionais e nacionais, como o Campeonato Norte e Nordeste de Natação e o Campeonato Brasileiro Infantil.

Também é na década de 1970 que a TV chega ao extremo Norte Goiano. De acordo com Fonseca e Silva (2021), em 1976, o Grupo Jaime Câmara levou para a cidade de Araguaína uma retransmissora da TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo em Goiás. Na época, o sinal alcançava sete municípios do Norte Goiano (Colinas, Axixá, Tocantinópolis, Araguanã, Guaraí, Wanderlândia, Filadélfia) e dois municípios maranhenses (Carolina e Porto Franco). No entanto, a programação era gravada na então capital do Estado, Goiânia, e só passou a ser produzida localmente após a criação oficial do Tocantins, em 1988. Mas é na década de 1980 que a comunicação se fortalece no Estado e o município de Gurupi desponta como polo da comunicação esportiva. Bucar (2019) destaca que este foi um período de crescimento da imprensa local de forma geral e que este movimento veio

na esteira do desenvolvimento da então região do Norte Goiano. De acordo com o pesquisador,

> Araguaína assume a condição de polo de produção de notícias. Nesta época já era a maior cidade da região, núcleo urbano que surge com muita força às margens da BR 153, Belém-Brasília, novo eixo de desenvolvimento do Norte. Paraíso do Tocantins e Gurupi integram o grande eixo da imprensa da época como novos polos (Bucar, 2019, p.63).

Bucar (2019) ressalta também que a imprensa do então Norte Goiano, que já ecoava o ideal e os elementos identitários do que viria ser o Tocantins, ganha novos contornos a partir da criação do Estado em 1988 pela Carta Constituinte. O pesquisador ressalta que a partir deste marco, houve um processo de mudança significativo no contexto social, político e econômico da região, que também se refletiu na imprensa, que foi reforçada a partir da chegada de novas redes de rádio, além da expansão da televisão pelo território.

É neste cenário que o município de Gurupi começa a se destacar no que se refere à cobertura esportiva. Brito (2017) pontua que a Rádio Araguaia FM, que pertencia ao Grupo Jaime Câmara, foi a primeira a criar um programa de Jornalismo Esportivo em sua programação. Oliveira et al. (2012) ressaltam que o programa era comandado pelo próprio Núbio Brito e divulgava assuntos do esporte de Gurupi e todo Estado, com destaque para as coberturas do futebol, voleibol, atletismo, tênis de mesa e até torneios de sinuca. De acordo com Brito (2017), a atração tinha apenas cinco minutos de duração nas edições iniciais, mas frente ao grande sucesso que fez junto ao público, logo alcançou os trinta minutos de duração, ficando no ar por dois anos.

Outro destaque do período, de acordo com o comunicador, foi a Gazeta Esportiva Tocantinense. O periódico, que se dedicava a trazer informações sobre os acontecimentos de Gurupi e cidades circunvizinhas, é considerado o primeiro do Estado dedicado exclusivamente à cobertura esportiva. Oliveira et al. (2012) também pontuam que com o destaque

obtido pelo periódico, o comunicador Núbio Brito, que editava a publicação, lança também a revista *Spots* do Tocantins.

Já a década de 1990 foi marcada pela profissionalização do futebol no recém-criado Estado do Tocantins. Silva (2025) esclarece que após a criação do Estado do Tocantins, surge a necessidade de conceber uma entidade para regular a prática do futebol no Estado. Assim, em 1990 nasce a Federação Tocantinense de Futebol (FTF). Silva (2025. p.33) ainda destaca que, após a FTF ser apresentada formalmente à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), dois anos depois, a entidade obteve parecer favorável da entidade para dar início ao futebol profissional no Tocantins. A partir de então "foi deliberado o ingresso de equipes tocantinenses em competições de caráter nacional promovidas pela CBF".

Oliveira et al. (2012, p.338) assinalam que nesse cenário, a propagação dos esportes pelas ondas do rádio ganhou força, principalmente no período que corresponde ao final da década de 1990 e início dos anos 2000. De acordo com os pesquisadores, as transmissões esportivas tornaram se frequentes, especialmente nos finais de semana e com o fortalecimento do futebol, as equipes de cobertura esportiva para o rádio também foram se fortalecendo, o que se configurou em um "grande momento do rádio esportivo no Estado". Embora o futebol seja o carro-chefe da cobertura esportiva, Oliveira et al. (2012) frisam que o trabalho de nomes da cobertura esportiva do rádio no Estado, como Núbio Brito e o jornalista Reinaldo Cisterna foram fundamentais para difundir outras modalidades esportivas praticadas no estado, como kart, judô, natação, tênis de mesa e atletismo no período.

Posteriormente, o avanço do webjornalismo no Estado proporcionou a chegada da cobertura esportiva do Tocantins no universo online, com advento de páginas especializadas como o Alô Esporte e o ge Tocantins. O ano de 2008 marca a fundação do site Alô Esporte, do jornalista Reinaldo Cisterna. Soares e Pereira (2023) em estudos anteriores, destacam que o

site possui uma linha mais independente, o que permite que o veículo adote uma postura mais próxima do público, abordando pautas que

> Além das costumeiras pautas de agenda de competições, a página abre espaço para discutir o desempenho dos clubes tocantinenses em partidas de diversos campeonatos (inclusive aqueles de outras divisões locais, raramente mencionadas, por exemplo, na TV), com resultados, mas também preparação dos atletas, assuntos jurídicos das agremiações e datas comemorativas do futebol estadual. Um de seus quadros, "Cadê você?", resgata a trajetória de personagens marcantes do passado esportivo local (Soares e Pereira 2023, p.18)

Já em junho de 2013, o Estado ganhou a versão local globoesporte.com (hoje chamado apenas de ge), portal de notícias esportivas vinculado ao Grupo Globo. De acordo com o estudo produzido por Dias e Rocha (2016, p.8) o ge Tocantins segue a linha editorial do ge nacional, mas com conteúdos voltados para a realidade do Estado, deixando o público mais próximo do esporte local. As pesquisadoras supracitadas explicam que o foco do ge Tocantins são pautas de destaque no esporte ou fatos curiosos envolvendo práticas esportivas do Estado. A página também oferece espaço para participação do público, além de enquetes, o internauta também pode enviar sugestão de pauta, fotos e vídeos. Essas experiências demonstraram que o webjornalismo aponta para a inauguração de um novo capítulo do Jornalismo Esportivo tocantinense.

Metodologia da pesquisa e perfil do entrevistado

Quanto à metodologia, esta pesquisa adota a técnica de entrevista semiestruturada. Sanglard, Garcês e Maia (2022, p.175) ressaltam que "as entrevistas semiestruturadas são uma mescla entre a entrevista estruturada e a aberta, pois apresentam um roteiro predefinido e incluem, também, a oportunidade de inserção de novas perguntas no momento do encontro com os respondentes". Na perspectiva das pesquisadoras, a entrevista semiestruturada atende melhor a pesquisas acadêmicas em

que “o estudo focaliza as vivências e experiências dos sujeitos, as histórias de vida ou as memórias sobre um tópico, as fontes testemunhais – ou seja, pessoas que vivenciam a situação em questão” (Sanglard; Garcês; Maia, 2022, p.174).

Assim, o objetivo principal da adoção desta técnica foi a possibilidade de apreender as percepções do jornalista Reinaldo Cisterna, fonte com experiência prática sobre o objeto estudado, sobre o seguinte grupo de temas: carreira; características da cobertura esportiva no Tocantins; evolução da cobertura no Estado; desafios da cobertura esportiva local; valorização do esporte no cenário estadual e a incorporação de novas tecnologias no trabalho de cobertura jornalística. Ademais, conforme explicado pelas autoras, esse tipo de entrevista também permite assimilar o contexto em que o entrevistador está situado, pois paralelamente, acessa o mundo dos respondentes e fatores associados àquelas condições socioculturais da fonte.

Em vista disto, esta pesquisa enquadra-se como exploratória, de cunho descritivo. Prodanov e Freitas (2013) destacam a pesquisa exploratória como aquela que, no campo dos objetivos, busca explorar preliminarmente o tema abordado, com o propósito de levantar as primeiras impressões sobre o objeto de estudo. Os autores também apontam que a pesquisa descritiva, caminha na mesma direção ao dedicar-se a descrever as características do tema estudado, assumindo a forma de levantamento, o que em certa medida também aproxima esse tipo de pesquisa da pesquisa exploratória. Ao levar em consideração essas definições, o presente estudo objetiva pensar a cobertura esportiva no Tocantins, a partir do olhar de um jornalista que acompanha a trajetória e o desenvolvimento do esporte e do Jornalismo Esportivo no Tocantins. O profissional escolhido como entrevistado deste estudo foi o jornalista Reinaldo de Jesus Cisterna, que atua na cobertura esportiva tocantinense desde 1997.

A entrevista foi viabilizada e realizada de forma online, utilizando como ferramenta de conexão o WhatsApp, que é um aplicativo da multinacional Meta, que permite tanto a troca de mensagens diretas, quanto ligações. O primeiro contato com o entrevistado para marcar a entrevista foi feito no dia 03 de junho de 2026 e a entrevista ocorreu no dia 13 do mesmo mês. As perguntas foram feitas e respondidas por meio de texto escrito, uma vez que no período, o entrevistado passava por um processo de recuperação de um procedimento cirúrgico. Cabe pontuar ainda que durante o processo, houve o espaço para retomada de temas e esclarecimento de dúvidas, acerca de cada resposta dada. Após a coleta de todas as respostas, o material foi dividido e agrupado por temas.

Em relação ao perfil do entrevistado, formado em Jornalismo e Relações Públicas e com mais de 35 anos dedicados à cobertura esportiva, Reinaldo de Jesus Cisterna iniciou sua carreira na área de comunicação em 1989, na Rádio Universal em São Roque, no estado de São Paulo, onde também ajudou a fundar o jornal Folha de Mairinque, em Mairinque-SP, que mantém até os dias atuais um espaço dedicado ao esporte. No Tocantins, o jornalista construiu uma sólida trajetória na cobertura esportiva e passou por veículos de notoriedade no cenário estadual, como o Jornal do Tocantins (JTO), onde trabalhou por 21 anos, sendo 16 deles como editor de esportes, e a Rádio CBN Tocantins, onde trabalhou por 12 anos, participando de momentos marcantes para o esporte tocantinense.

Em 2008, o jornalista fundou o site Alô Esporte, que é um espaço dedicado exclusivamente à cobertura esportiva, com foco em diferentes modalidades. A página acompanha desde o esporte profissional até o desporto escolar, além de dar visibilidade a projetos sociais, iniciativas de incentivo à prática esportiva e atletas do Estado. O site é administrado pelo próprio jornalista, que faz todo o trabalho jornalístico de apuração, escrita, entrevistas, cobertura dos eventos e a publicação do conteúdo diariamente, e por sua companheira, Cleia Rocha Braga, que atua na parte administrativa do veículo. Atualmente, além de se dedicar ao site Alô

Esporte, o jornalista atua como assessor de comunicação da Federação Tocantinense de Futebol (FTF) e é proprietário da Escola de Base do São Paulo Futebol Clube, em Palmas.

O jornalismo esportivo na visão de Reinaldo Cisterna: características e perspectivas

Reinaldo Cisterna se declara um apaixonado por esportes desde a juventude. Esse interesse pela área o fez mudar de carreira muito cedo. Tendo como primeira formação Relações Públicas, o jornalista destaca que um dos principais desafios no início da carreira na área jornalística foi a rotina produtiva do ramo, tendo em vista as diferenças entre os objetivos, compromissos e métodos adotados pelas profissões. O profissional, que se formou em Jornalismo em 2010, relata que quando começou a dar seus primeiros passos na profissão ainda no final da década de 1980, tudo era feito sem apoio da tecnologia, o que exigia um alto grau de determinação, mas, na sua avaliação, ao mesmo tempo, tornava os profissionais mais inteirados dos assuntos cobertos. “Tudo era feito manualmente: escrever à mão, apurar por telefone ou pessoalmente. Isso exigia disciplina e dedicação, mas também criava uma relação intensa com os personagens e histórias. O aprendizado vinha da prática diária” (Cisterna, 2026).

Já no cenário tocantinense, o jornalista ressalta que os principais desafios da cobertura esportiva giravam e giram em torno da falta de investimento, logística complexa e pouca infraestrutura para o trabalho da imprensa esportiva, especialmente nas cidades mais interioranas do Estado. O jornalista, que acompanha a realidade da imprensa esportiva tocantinense desde 1997, quando se mudou para a capital do Estado, cita como exemplo destes desafios diários enfrentados pelos jornalistas esportivos locais, o fato de que “cobrir jogos fora das cidades principais é caro e difícil”. No entendimento do jornalista, isso limita a cobertura presencial a alguns polos estaduais. O jornalista também observa que o

espaço para o Jornalismo Esportivo local foi diminuindo com o tempo, especialmente nos grandes veículos locais.

> Vivi uma época em que o esporte tinha muito mais presença nos veículos de comunicação. Durante os 21 anos em que trabalhei no Jornal do Tocantins, como repórter e editor de Esportes, o jornal mantinha uma página diária dedicada exclusivamente ao esporte do Estado. Também existiam programas como o Globo Esporte Tocantins e o CBN Tocantins Esportes, que valorizavam nossos clubes, competições e atletas. Com a transformação digital e a crise dos veículos impressos, esse espaço diminuiu consideravelmente (Cisterna, 2026).

Sobre as especificidades da cobertura de esportes no Estado, o jornalista pontua que no Tocantins, a proximidade dos jornalistas com o público é muito maior, o que segundo o profissional, influencia muito no processo de cobertura, pois consequentemente implica em uma demanda maior pela cobertura de determinados esportes. Para Cisterna isso faz com que os jornalistas esportivos locais necessitem de um olhar atento às modalidades disputadas no âmbito estadual. Esse trecho da fala do jornalista avoca às constatações de Peruzzo (2005), ao identificar um movimento de afirmação de identidade a partir da valorização do que se é produzido localmente, que aqui neste caso, pode ser traduzido pela demanda de cobertura de competições locais e valorização dos atletas da terra, a partir da cobertura que é feita por quem conhece as especificidades do Estado no contexto esportivo.

O jornalista também pontua que, no Estado, o principal assunto da cobertura ainda é o futebol. A sobrepujança do futebol sobre os demais esportes também é observada nos registros históricos acionados para compor a parte histórica do estudo. Oliveira et al. (2012), por exemplo, destacam a partir de relatos, sobretudo de profissionais do rádio da década de 1970, que a cobertura do esporte, especialmente por meio de transmissões, era um dos destaques da época. No entanto, na atualidade, com destaque para os últimos anos, Reinaldo Cisterna observa que outros esportes, a exemplo de voleibol e beach tennis têm ganhado mais espaço

na cobertura local. Essa reflexão do profissional também corrobora com as constatações de Oliveira et al. (2012), no que se refere ao papel de profissionais da cobertura esportiva, como o próprio Reinaldo Cisterna, na difusão de outras modalidades esportivas no Estado.

No que diz respeito à sua relação com o público e entidades reguladoras da prática esportiva local, Reinaldo Cisterna destaca que vê uma relação de interdependência. Na perspectiva do jornalista, os clubes, federações e atletas precisam da imprensa para divulgar suas ações, e o Jornalismo precisa desses atores para obter informações e conteúdo. O profissional também esclarece que nessa relação, preza muito pela imparcialidade, e leva isso à risca no site Alô Esporte, considerando isto, um princípio básico para o exercício da profissão.

> O público percebe quando há parcialidade, e isso compromete a confiança. Recebemos informações de federações, clubes, atletas, assessorias de imprensa e organizadores de eventos de praticamente todas as regiões do Tocantins. Isso é fruto da credibilidade que o Alô Esporte conquistou ao longo de quase duas décadas de atuação. É gratificante perceber que as pessoas confiam no nosso trabalho e enxergam o portal como uma referência quando o assunto é esporte tocantinense (Cisterna, 2026).

Ainda sobre este tópico, Reinaldo Cisterna assinala que possui uma boa relação com os leitores, e que essa relação foi construída com base na confiança. O jornalista ressalta que, sobretudo no contexto atual, o tão apreciado engajamento por parte do público, só acontece quanto o que é noticiado desperta reflexão e diálogo, além de ter qualidade. Por isso, o jornalista destaca a necessidade de valorizar, principalmente frente aos avanços tecnológicos, o papel da apuração. Em outras palavras, Cisterna considera que rapidez não pode ser sinônimo de superficialidade. Nas palavras dele, é preciso avaliar a relevância e impacto social antes de publicar. “Informação é serviço público, e deve ser entregue com segurança e responsabilidade. A pressa não pode atropelar a apuração”. (Cisterna, 2026).

Ao considerar a informação esportiva com uma prestação de serviço à sociedade, o pensamento de Cisterna (2026) dialoga com o referencial teórico acionado anteriormente, especialmente no que se refere ao papel do Jornalismo Esportivo no desenvolvimento do próprio território e na preservação de parte da história local. Como apontam Oliveira et al. (2012) e Oliveira, Pinho e Silva (2026). Ambos os grupos de pesquisadores compreendem que o trabalho de registro dos comunicadores e jornalistas esportivos do Estado foi fundamental, não só para o registro histórico da constituição do Tocantins enquanto um estado emergente, como também para a compreensão dos desafios vivenciados pela população local em determinados períodos a partir de uma perspectiva do esporte.

Nesse sentido, ao refletir mais profundamente sobre o papel da informação, Cisterna (2026) não se furta a discutir criticamente o uso de aparatos tecnológicos como mecanismos facilitadores da cobertura esportiva, especialmente no Tocantins. Reinaldo Cisterna considera que, sem dúvida, as tecnologias ampliaram a produtividade, pois em certa medida, facilitam tanto a apuração, quanto a edição e a divulgação dos materiais. No entanto, na visão do jornalista, o risco se encontra exatamente no abandono da criticidade em prol de um uso excessivo da tecnologia. Para o jornalista, o uso de Inteligência Artificial e redes sociais, por exemplo, são apenas recursos e o conteúdo só ganha valor quando o profissional coloca em prática sua experiência e análise.

O profissional também destaca o papel social do Jornalismo, ressaltando que “dar visibilidade a atletas anônimos ou modalidades pouco divulgadas, abre portas para reconhecimento e apoio. Esse espaço pode transformar carreiras e fortalecer comunidades esportivas” (Cisterna, 2026). Essa observação do jornalista vai de encontro não só com a visão de Peruzzo (2005), ao destacar que as pessoas se interessam pelo que está mais próximo de suas realidades do que pelos grandes temas mais globalizados, como também pela compreensão de Oliveira, Pinho e Silva (2026) de que o trabalho dos profissionais que atuam na cobertura

esportiva se constitui como elo de ligação do público e um elemento que contribui para consolidar a prática comunicativa.

Ao se referir especificamente sobre as alterações no modo de fazer Jornalismo Esportivo no Tocantins a partir da introdução das tecnologias digitais, fato que como profissional acompanha de perto, Reinaldo Cisterna considera que os aparatos tecnológicos abriram margem para um novo momento no Jornalismo Esportivo tocantinense. O jornalista avalia que além de dar velocidade à circulação das notícias, a tecnologia aproximou jornalistas locais de atletas, clubes, federações e especialmente dos próprios torcedores, o que também, na visão do jornalista, contribui para dar visibilidade a modalidades e competições que antes dificilmente apareciam na mídia tradicional.

> A tecnologia mudou completamente a forma de fazer jornalismo. Quando comecei na profissão, uma notícia que acontecia em uma cidade distante, como Ananás, no Bico do Papagaio, levava um ou até dois dias para chegar ao conhecimento da população do Estado. Hoje, basta um celular e acesso à internet para que essa mesma informação seja publicada e alcance milhares de pessoas em poucos minutos (Cisterna, 2026).

Mas, o jornalista pondera que esses avanços também trouxeram novos desafios. Na perspectiva do profissional, o obstáculo deixou de ser a dificuldade de fazer a informação circular e passou a ser o processo de filtrar o que é relevante. Quanto às perspectivas para o futuro e progresso da cobertura de esportes no Tocantins, Reinaldo Cisterna é bem otimista. Ele observa que o esporte tocantinense vem crescendo ano a ano e que isso também reflete no Jornalismo Esportivo local, pois observa o interesse de muitas pessoas comprometidas com a divulgação, não só do futebol, mas de diferentes modalidades, o que segundo ele, é importante para fortalecer o esporte e dar visibilidade aos atletas.

> Hoje, os portais de notícias, as redes sociais e os canais digitais têm assumido esse papel e acredito que, no futuro, o Jornalismo Esportivo regional voltará a ganhar ainda mais força. Acredito que essa transformação foi essencial para o

> crescimento do Jornalismo Esportivo no Tocantins. Se antes dependíamos quase exclusivamente de jornais impressos, rádio e televisão, hoje qualquer fato relevante pode ganhar repercussão imediata. O grande desafio deixou de ser publicar primeiro; passou a ser publicar com responsabilidade, credibilidade e informação de qualidade (Cisterna, 2026).

Mas o jornalista também observa que é preciso mais comprometimento e interesse dos grandes veículos locais com a cobertura das modalidades para além do futebol, além de profissionais apaixonados que se dediquem à área: "é fundamental que os meios de comunicação locais ampliem espaço para modalidades diversas, garantindo representatividade" (Cisterna, 2026). O jornalista considera que, em termos de visibilidade, o Jornalismo Esportivo ainda não concede espaço suficiente para modalidades esportivas regionais, e que isso depende muito do veículo. Foi com este sentimento que o jornalista fundou o site Alô Esporte, e o mantém até hoje com o apoio da esposa.

Algumas considerações

Ao observar a cobertura esportiva no Tocantins pela perspectiva de Reinaldo Cisterna, foi possível perceber que o Jornalismo Esportivo no Estado apresenta características muito peculiares, como a proximidade considerável com as fontes e com o público. Pelos pontos destacados pelo jornalista essa proximidade tanto favorece a observância de temas de interesse coletivo, como também pode exercer certa influência sobre as pautas abordadas. Ao olhar detalhadamente para os veículos que integram a cobertura esportiva local, Cisterna identifica uma lacuna por parte dos grandes veículos. Para ele, o esporte local perdeu um espaço significativo nos veículos mais tradicionais, ao passo que ganhou espaço em veículos contemporâneos.

Ao mesmo tempo, o jornalista também entende que essa perda de espaço é um dos reflexos das dificuldades estruturais que ainda fazem parte do cenário esportivo local, e que impactam diretamente o dia a dia

dos profissionais da imprensa, especialmente no que se refere às modalidades disputadas nas regiões interioranas. A partir das perspectivas de Reinaldo Cisterna, também é possível observar a importância e o peso do Jornalismo Esportivo produzido localmente para o público tocantinense, que em certa medida, pela proximidade, participa da dinâmica de produção e cobra pela qualidade do que é produzido, além de demandar o olhar dos profissionais para o cenário esportivo e os atletas locais, estreitando os laços e valorizando o que é local. Nesse ponto, o uso da tecnologia se conecta com a realidade particular da cobertura esportiva no Tocantins, segundo Cisterna (2026), pois além de ampliar o elemento proximidade com o público e com as fontes, também representa uma possibilidade de ampliação da cobertura, o que é visto com otimismo pelo jornalista.

Cisterna (2026) também considera que o ingresso das tecnologias modificou a cobertura, em termos de agilidade, checagem e distribuição, ao passo que também evidenciou a importância do jornalista no processo, sobretudo no que diz respeito à apuração. Contudo, é exatamente no uso da tecnologia como aliada, que Cisterna (2026) vê a ampliação da cobertura de esporte no Estado, tendo em vista não só que a mesma proporciona mais rapidez no acesso e na circulação de informações, como também tem um forte apelo entre a nova geração de jornalistas. A partir das impressões do jornalista também é possível inferir que assim como o webjornalismo representou um novo momento para a cobertura esportiva local, o uso da tecnologia, especialmente de Inteligência Artificial e redes sociais aponta para um novo momento, o que abre margens para o aprofundamento dessas percepções por meio de outros estudos.

Referências

ATHIRSON fica 45 minutos à frente de time no Tocantins e pede para sair. **ge**, Palmas, 13 abr. 2017. Disponível em:

https://ge.globo.com/to/futebol/noticia/2017/04/athirson-fica-45-minutos-frente-de-time-no-tocantins-e-pede-para-sair.html. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRITO, Núbio. **Nos tempos do capotão**: relatos de quem viveu os primeiros momentos do esporte em Gurupi-To. Campo Grande: Life, 2017.

BUCAR, Ruy Alberto Pereira. **Ecos do Tocantins: a imprensa no norte de Goiás**. 2019. 200f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2019.

CISTERNA, Reinaldo. **Entrevista**. 13 jun. 2026. Entrevistadora: Joice Danielle Nascimento. Palmas, 2026. Mensagem recebida por WhatsApp em 13 jun. 2026.

DELEGAÇÃO sequestrada, pânico e jogo adiado: relembre o drama do TEC na Série C. **ge**, Palmas, [s. d.]. Disponível em: https://ge.globo.com/to/futebol/noticia/delegacao-sequestrada-panico-e-jogo-adiado-relembre-o-drama-do-tec-na-serie-c.ghtml. Acesso em: 14. jul. 2026.

DIAS, Ana Luiza da Silva; ROCHA, Liana Vidigal. O Jornalismo Esportivo na mídia regional: predominâncias no globoesporte.com/tocantins. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Intercom, 2016.

FONSECA, Adriano Nogueira da; SILVA, Edna de Mello. Telejornalismo e História: a Televisão no Tocantins. **JNT - Facit Business and Technology Journal**, [S. l.], v. 1, n. 29, p. 3-21, 2021. Disponível em: http://revistas.faculdadefacit.edu.br. Acesso em: 03 jul.2026.

OLIVEIRA, Daniela et al. Tocantins. In: PRATA, Nair; SANTOS, Maria Cláudia (org.). **Enciclopédia do Rádio Esportivo Brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2012.

OLIVEIRA, Claudius Vinicius Souza; PINHO, Maria José de; SILVA, Valquíria Guimarães da. O rádio as suas relações históricas com os esportes, e a realidade do Tocantins. **Revista Sapiência**: sociedade, saberes e práticas educacionais, Iporá, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2026. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia. Acesso em: 26 set. 2026.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia local, uma mídia de proximidade. **Comunicação: Veredas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 65-89, 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

SANGLARD, Fernanda; GARCÊZ, Regiane; MAIA, Rousiley. Entrevistas. In: MAIA, Rousiley (org.). **Métodos de pesquisa em comunicação política**. Salvador: Edufba, 2022. p. 173-188.

SILVA, João Vítor Pereira da. **Histórias do futebol no interior do Brasil**: Kaburé Esporte Clube. 2025. Monografia (Graduação em Educação Física) – Câmpus de Miracema, Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2025. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7866. Acesso em: 22 fev. 2026.

SOARES, Sérgio Ricardo; PEREIRA, Joice Danielle Nascimento. Jornalismo Esportivo no Tocantins e um Futebol para chamar de Seu. In: **Jornalismo, convergência e interfaces**. Palmas: Editora EDUFT, 2023. p. 14-28.

**Durante a finalização deste trabalho, a autora utilizou a Inteligência Artificial Gemini, versão 3.6 Flash desenvolvida pelo Google para revisar a lista de referências bibliográficas de acordo com a Norma ABNT vigente. Após o uso dessa ferramenta a autora revisou e editou as referências nos pontos que julgou necessário.*

Capítulo 7

Jornalismo esportivo regional: desafios e transformações na prática profissional

Liana Vidigal Rocha

O jornalista esportivo geralmente se dirige a um público que enxerga o esporte como parte de sua vida. Nesse sentido, essa editoria precisa ser investigada a partir dos mesmos critérios de outras áreas do jornalismo que cobrem temas como economia, saúde, política e sociedade, uma vez que também contribui para a construção de identidades.

A partir do século XXI, entretanto, foi possível perceber que o campo do jornalismo passou por significativas mudanças, capitaneadas pela tecnologia. Longo (2025) afirma que tais modificações impactaram também o trabalho dos jornalistas esportivos. O enxugamento das redações e a predominância das mídias sociais são alguns dos fatores que têm promovido essas alterações, exigindo maior rapidez na apuração e adaptação às novas lógicas de produção e consumo.

Essas transformações associadas às especificidades regionais levantam o seguinte questionamento: como os jornalistas esportivos conciliam exigências de credibilidade, atualização tecnológica e função social de dar visibilidade a atletas e modalidades pouco conhecidas? Deste modo, o objetivo geral é verificar a atuação do jornalista esportivo no Tocantins, identificando os principais desafios, transformações e funções desempenhadas na cobertura esportiva regional.

Para compreender como esses aspectos se manifestam na prática, foi realizada uma entrevista com o repórter do ge Tocantins, que apontou os principais desafios, transformações e funções desempenhadas na cobertura esportiva regional, que vão desde a precariedade da

comunicação institucional até a falta de diversidade das pautas em virtude da pressão por audiência e engajamento digital.

A presente investigação adotou uma abordagem qualitativa, ancorada em revisão bibliográfica e em dados obtidos por meio de entrevista semiestruturada com o jornalista do portal de notícias. Buscou-se identificar percepções sobre os aspectos destacados acima, permitindo relacionar a prática profissional com as informações teóricas sobre a área.

A análise foi organizada em eixos temáticos, com destaque para estruturas e rotinas de produção, transformações tecnológicas e de mercado, dimensão social e relação com o público. O intuito é promover a articulação entre o contexto regional e as mudanças estruturais pelas quais o jornalismo contemporâneo passa. Assim, essa pesquisa se justifica pela necessidade de compreender o papel e as funções do jornalista esportivo regional que se esforça para conciliar credibilidade com atualização profissional em meio a um cenário desafiador.

A profissão de jornalista esportivo

> *"O jornalista pertence a uma espécie de casta de párias, que é sempre estimada pela 'sociedade' em termos de seu representante eticamente mais baixo" (Weber, 1982, p. 117).*

Existe uma lenda de que jornalistas esportivos costumam trabalhar com entretenimento enquanto editorias como política e economia são aquelas que realmente produzem conteúdo sério. De acordo com Garrison e Salwen (1994), essa ideia enviesada, ao longo dos anos, contribuiu para o seguinte questionamento: os jornalistas esportivos seguem os mesmos padrões profissionais que os demais jornalistas? Por isso, entre 1988 e 1993, os pesquisadores se dedicaram a investigar e analisar as orientações profissionais e os aspectos do profissionalismo da categoria.

Ao publicar o *Sports Journalism Guidebook*, o Al Jazeera Media Institute (2022, p. 8, tradução nossa) explica que o profissional da área de esportes "dirige-se a um público que considera o esporte um elemento fundamental de suas vidas e que, por isso, deveria ser avaliado em termos de importância em pé de igualdade com áreas do jornalismo que cobrem temas como saúde, política e questões sociais"[16]. Esse argumento corrobora com a pesquisa de Garrison e Salwen (1994, p. 1), cujos resultados apontaram, à época, que "o jornalismo esportivo estava se tornando mais respeitável".

Outra percepção ainda equivocada sobre a profissão é a de que a vida de um jornalista esportivo é glamourosa devido ao fato de poder participar (cobrir) torneios importantes e megaeventos, além de ter contato com atletas, treinadores e demais profissionais da área. Contudo, na prática, o cotidiano desses profissionais é completamente diferente.

Rosenthal (2010, p. 1) alerta que "ser jornalista esportivo pode, de fato, ser difícil". É verdade que o público, principalmente da televisão, vê apenas esse lado mais técnico da profissão, contudo, a realidade é outra. São longas horas viajando ou esperando um entrevistado, horários incomuns e diversificados, falta de estrutura adequada (dependendo do veículo) e muito trabalho.

Diante desse cenário, Cardoso (2018) ressalta que, para que o jornalismo esportivo desempenhe bem suas funções, é necessário que os profissionais da área estejam bem preparados. O autor explica que o jornalista deve então:

> [...] ter conhecimentos que, pelo menos, tangenciem áreas como da administração, da gestão, da fisiologia, da educação física, da psicologia, da nutrição, entre outras, para conseguir abordar com mais profundidade os temas ligados ao desporto e, ao mesmo tempo, ter a liberdade de suitar suas reportagens para relatar seus desdobramentos ou aprofundá-las (Cardoso, 2018, p. 51).

[16] No original: [...] speaks to an audience that considers sports to be a primary element of their lives, and as such should be measured in terms of importance alongside those of journalistic fields covering issues such as health, politics and social issues.

Vale lembrar que a profissão de jornalista esportivo não se limita a narrações de competições e reportagens de campo. O jornalismo esportivo vai muito além, demandando de seus profissionais uma postura crítica e habilidade em contextualizar os diferentes esportes em dimensões econômicas, sociais e culturais. Deste modo, a ideia glamourosa em relação à profissão é apenas algo ilusório, pois há a necessidade do profissional se atualizar.

Zart (2023) defende que, no jornalismo esportivo, o profissional precisa se especializar em um universo, ou seja, necessita dominar muito bem as informações de determinada modalidade. Esse argumento é compartilhado por autores como Coelho (2004) e Vilas Boas (2005) que acreditam não ser viável um jornalista entender de todas as práticas esportivas.

> Os principais esportes, como futebol, críquete, rúgbi, corrida, golfe, tênis e atletismo, geralmente são cobertos por especialistas nessas áreas. Por quê? Porque os torcedores conhecem seus esportes e seus times de trás para frente e, a menos que os jornalistas esportivos queiram parecer tolos e mal informados, eles precisam ser igualmente conhecedores (Andrews, 2005, p. 2, tradução nossa)[17].

No entanto, essa não é necessariamente a realidade dos jornalistas esportivos que atuam no âmbito regional. Segundo Lima (2026)[18], apesar de ser "apaixonado" por futebol, ele precisa acompanhar outros esportes, principalmente em época de jogos olímpicos ou torneios importantes, pois é necessário ter o conhecimento sobre a modalidade para poder passar as informações para o público. "Por exemplo, o jornalista não pode chegar na cobertura de tênis e não entender nada, não saber sobre o esporte em si" (Lima, 2026).

[17] No original: The major sports, such as soccer, cricket, rugby, racing, golf, tennis and athletics, are usually covered by specialists in these fields. Why? Because fans know their sports and their teams inside out, and unless sports journalists want to look foolish and ill-informed, they need to be equally knowledgeable.

[18] Entrevista concedida por Raj Danilo Carvalho Lima à autora, em 4 de junho de 2026, pela plataforma Google Meet.

Essa necessidade de acompanhar diferentes modalidades esportivas mostra que o jornalista regional precisa ser versátil. Além disso, o profissional tem a responsabilidade de transmitir informações corretas e de maneira imparcial. Afinal, ao trabalhar com um tema que mexe com a paixão da torcida, qualquer erro ou deslize pode comprometer a credibilidade da cobertura.

Desafios da imparcialidade e da rapidez na apuração

Andrews (2005, p. 8, tradução nossa) afirma que "os jornalistas se veem sob muitas óticas, desde guardiães da verdade e cães de guarda públicos até artistas e estilistas da prosa"[19]. Entretanto, o autor também apresenta uma opinião polêmica ao sugerir que a tarefa essencial do jornalista é "preencher espaços". Segundo ele, o esporte é um produto com notório retorno econômico, sendo útil para diferentes organizações, como empresas de mídia, patrocinadores, clubes, ligas esportivas e a própria mídia jornalística. Portanto, o jornalismo esportivo não apenas informa, mas também supre a necessidade de gerar conteúdo, revelando a tensão entre função social e dimensão mercadológica.

Ao mesmo tempo que o jornalismo esportivo precisa preencher espaços e atender o mercado, o jornalista não pode abrir mão da imparcialidade e da credibilidade. De acordo com Guerra (1999), o conceito de imparcialidade está atrelado à pluralidade da cobertura jornalística. Isto é, o jornalista precisa apresentar as diferentes versões sobre um fato para que o público decida qual é a verdadeira. Entretanto, o pesquisador alerta:

> A imparcialidade também pode ser tomada num segundo uso, voltado para obter a verdade em relação ao fato. Diante de uma polêmica, na qual a verdade não se dá com clareza, o jornalista chegaria mais próximo a ela se apresentasse as versões que disputam validade em relação ao fato. A partir das diferentes perspectivas, cada uma com sua própria verdade, emergiria uma nova forma de entendimento. A verdade seria conseguida em função do melhor de cada

[19] No original: Journalists see themselves in many lights, from guardians of the truth and public watch-dogs to entertainers and prose stylists.

> perspectiva, a fim de superar a verdade restrita a apenas uma delas. (Guerra, 1999, p. 3).

Nesse sentido, é possível dizer que, no jornalismo, a imparcialidade não significa apenas mostrar os diferentes lados de um fato, mas também pode ser uma forma de buscar a verdade sobre um caso polêmico ou complexo. Ao reunir as diferentes perspectivas, o jornalista pode oferecer um entendimento mais completo ao público, superando uma visão limitada de uma única versão. Esse argumento também pode e deve ser aplicado ao jornalismo esportivo, uma vez que é importante oferecer ao público as diferentes versões e visões sobre um evento, um personagem e até mesmo uma investigação, conciliando imparcialidade com credibilidade.

Em se tratando de jornalismo esportivo regional, a dificuldade para apurar determinados eventos e a dependência de fontes pessoais são alguns dos fatores que impactam diretamente na cobertura jornalística. Lima (2026) explica que “quando o time tá ganhando, obviamente todo mundo quer falar, mas na hora que o time tá perdendo, você fica quase que sem ter nenhum tipo de contato”. Esse exemplo mostra não somente como a falta de comunicação compromete o acesso às informações, como também a possibilidade de apresentar diferentes versões de um fato, limitando a imparcialidade e enfraquecendo a credibilidade do conteúdo jornalístico.

Além dessa limitação no acesso às fontes, outro fator que influencia diretamente na imparcialidade e na credibilidade de um veículo jornalístico é a rapidez na apuração. No jornalismo contemporâneo, o profissional é pressionado a publicar informações praticamente em tempo real, reduzindo assim o tempo para realizar uma checagem mais rigorosa. Reinardy e Wanta (2015) explicam como a internet transformou radicalmente o trabalho dos jornalistas esportivos:

> Na era anterior à internet, esses profissionais cobriam um evento e escreviam uma única matéria. Hoje, os repórteres têm responsabilidades mesmo antes de o jogo começar. Eles

> publicam informações sobre o pré-jogo em blogs, incluindo notícias sobre lesões, alterações nas escalações iniciais e conflitos no vestiário. Também fazem postagens em blogs ou no Twitter durante a partida, destacando jogadas decisivas e lesões. Eles publicam posts em blogs após a partida, com informações sobre a jogada decisiva ou o jogador de destaque. Só então os jornalistas esportivos se sentam para escrever suas matérias sobre o jogo (Reinardy e Wanta, 2015, p. 6-7)[20].

De acordo com os autores, é possível perceber que, já em 2015, as plataformas digitais estavam presentes nas coberturas esportivas, fazendo com que a informação chegasse de forma mais veloz ao público e ampliando o alcance do consumo dos conteúdos. Nesse contexto, o jornalista precisou se adaptar, agilizando ainda mais o processo de apuração. No entanto, essa rapidez, embora necessária para atender as demandas, nem sempre permite uma checagem mais rigorosa, vindo a comprometer a imparcialidade e a credibilidade do veículo.

Essa reflexão reforça que a velocidade exigida pelas plataformas digitais, na maioria das vezes, entra em conflito com o conceito de apuração jornalística. Segundo Silva (2022, p. 28), a apuração jornalística é "um conjunto de práticas e procedimentos através dos quais o(a) jornalista realiza a captação e checagem de informações para compor a matéria".

Tal processo é fundamental dentro do jornalismo, uma vez que visa garantir a qualidade da informação, tornando-a mais precisa e confiável. Nesse sentido, o jornalista não deve se limitar, por exemplo, a uma única fonte. É necessário buscar documentos, arquivos, bancos de dados, personagens etc para garantir a pluralidade dos dados. Além disso, a presença física do profissional no local dos fatos é primordial para coletar detalhes e informações que são percebidas apenas *in loco*.

[20] No original: In the pre-Internet era, sports writers would cover an event and write one report. Now, reporters have responsibilities even before the game begins. They blog about pre-game information, including reports of injuries, changes in starting lineups, and conflicts in the locker room. They blog or tweet during a game, highlighting key plays and injuries. They blog after a game with information about the winning play or star player. Only then do sports writers sit down to write their game reports.

Lima (2026) cita um exemplo de como as súmulas de uma partida de futebol podem auxiliar na geração de uma pauta e na apuração do fato:

> A cobertura do jornalismo esportivo vai muito além do resultado. Não é só o resultado, não é só você buscar o Tocantinópolis versus o Capital. [...] A súmula é um documento oficial do jogo. Até hoje eu consigo pautas em cima de súmulas. Um exemplo, desse ano (2025), aconteceu entre o Palmas e o Capital. Os times jogaram as duas primeiras rodadas do estadual de portões fechados no (estádio) Nilton Santos, porque a prefeitura não tinha regularizado os laudos. Além disso, a arbitragem do campeonato é paga pelo time mandante. Só que, o Palmas, dos três jogos deles no Nilton Santos, ele não pagou arbitragem em nenhum. Como que eu sei disso? Porque o árbitro coloca na súmula. Coloca que as taxas de arbitragem, de hospedagem, de transporte não foram pagas e isso leva o clube a ser punido. O clube é denunciado ao tribunal. O tribunal julga e geralmente dá mais uma punição em dinheiro, em valor. Então, as súmulas são muito importantes aqui no Tocantins para o jornalismo esportivo.

Portanto, se, por um lado, a pluralidade das fontes de informação, como as súmulas, gera credibilidade à apuração, por outro lado, o jornalismo esportivo se vê cada vez mais influenciado pelas mídias digitais. Afinal, nessas plataformas, a produção e circulação de notícias são determinadas pela apuração, mas principalmente pelo engajamento, pela velocidade e pela interação com o público.

Impacto das mídias sociais na prática profissional

Hang (2024, s/p) afirma que as "mídias sociais revolucionaram a forma como indivíduos, empresas e governos se comunicam e se envolvem uns com os outros"[21]. A autora explica que, a partir da evolução dessas plataformas, surgiram também novos tipos de comunicação, que resultaram em uma interação mais descentralizada. Já Rost (2014, p. 53) destaca que:

> A interatividade é um conceito ponte entre o meio e os leitores/utilizadores, porque permite abordar esse espaço de

[21] No original: Social media has revolutionized how individuals, businesses, and governments communicate and engage with each other.

> relação entre ambas as partes e analisar as diferentes instâncias de seleção, intervenção e participação nos conteúdos do meio. Insere-se nessas zonas de contacto entre jornalistas e leitores, que as tecnologias têm alargado e simplificado.

No jornalismo, a interatividade nem sempre foi um elemento de destaque. Entre os meios tradicionais, o rádio era a mídia que mais interagia com o público e a televisão o que apresentava menos interação. Contudo, com a evolução tecnológica, a interatividade passou a ser uma especificidade do webjornalismo, colando-se às "rotinas de trabalho de todos os jornalistas" (Rost, 2014, p. 53).

Rocha (2019, p. 3) ressalta que "o jornalismo tem agora como desafio adaptar o seu conteúdo para essas novas formas de divulgação. Afinal, é o público quem vai auxiliar na construção e principalmente na difusão do conteúdo". Nesse sentido, afirma-se que a prática do jornalismo esportivo regional também precisou se adaptar às mídias sociais e produzir conteúdo que alcance um público maior e diversificado.

Deste modo, a interatividade, antes restrita, transformou-se em um elemento fundamental para o jornalismo. No caso específico do jornalismo esportivo regional, a interatividade se ampliou com a consolidação das mídias sociais, além de redefinir a relação jornalista versus público versus clubes/instituições.

Lima (2026) destaca que os jornalistas que trabalham em sites jornalísticos não têm a mesma visibilidade que, por exemplo, os repórteres de televisão. Ele explica que tal visibilidade se expande para as plataformas de mídias sociais, fazendo com que os profissionais que atuam na TV sejam mais reconhecidos, mas também mais cobrados. Para ilustrar, ele conta um episódio ocorrido com uma colega da TV:

> [...] em determinados jogos, quando (o time) estava ganhando, todo mundo queria ser entrevistado; ela era a melhor pessoa; ela era pé quente, não sei o quê. Quando o time perdia, ela chegou a tomar copo de cerveja na cara. Foi xingada.

Lima (2026) acredita que, pelo fato dos jornalistas de web atuarem predominantemente dentro da redação, a visibilidade junto ao público é muito menor, pois a maioria sequer reconhece quem são esses profissionais. Assim, a relação desses jornalistas com o público, acontece de maneira mais indireta, mediada sobretudo pelas mídias sociais e pelos perfis dos veículos nas plataformas digitais, evidenciando uma distância entre público e produtor da notícia.

Procedimentos Metodológicos

Para esta pesquisa, foi definido o seguinte objetivo: verificar a atuação do jornalista esportivo no Tocantins, identificando os principais desafios, transformações e funções desempenhadas na cobertura esportiva regional. Para tanto, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o atual repórter do ge Tocantins, Raj Danilo Carvalho Lima, jornalista formado pela Universidade Federal do Tocantins e com atuação no jornalismo regional[22].

Para alcançar o objetivo proposto para esta investigação, foi escolhida a análise de conteúdo como técnica de pesquisa. “A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para realizar inferências replicáveis e válidas a partir de textos (ou outros materiais dotados de significado) em relação aos contextos de seu uso” (Krippendorff, 2004, p. 18, tradução nossa)[23].

Em relação à entrevista, Rosa e Arnoldi (2006, p. 17) explicam que: “não se trata de um simples diálogo, mas, sim, de uma discussão orientada para um objetivo definido, que, através de um interrogatório, leva o informante a discorrer sobre temas específicos, resultando em dados que

[22] A escolha desse profissional ocorreu em função de sua atuação em um reconhecido veículo de notícias esportivas do Tocantins. Além disso, pelo fato de ser repórter, Lima acumula experiência no que diz respeito à apuração, produção e edição de conteúdo, etapas essenciais para compreender as rotinas, as pressões e as transformações do jornalismo esportivo regional.

[23] No original: Content analysis is a research technique for making replicable and valid inferences from texts (or other meaningful matter) to the contexts of their use.

serão utilizados na pesquisa". Deste modo, a entrevista não é apenas um recurso metodológico para a pesquisa, mas também uma forma de obter informações mais detalhadas para efetuar a análise dos dados.

A entrevista foi realizada no dia 04 de junho de 2026 por meio da plataforma Google Meet. A conversa foi gravada integralmente com a permissão do jornalista e posteriormente transcrita. Cabe destacar que a própria plataforma oferece esse recurso ao acionar a gravação. Em seguida, o material foi revisado a fim de identificar possíveis equívocos cometidos pela ferramenta.

Após essa etapa, foi utilizada a inteligência artificial Copilot, da Microsoft, para auxiliar na identificação dos dados e elaboração de um quadro informativo dividido em: a) funções e rotina profissional; b) descrição; c) exemplo (a partir das falas do entrevistado). Apoiado nesses elementos, foram escolhidos três eixos para efetuar a análise. São eles: i) estruturas e rotinas de produção; ii) transformações tecnológicas e de mercado; iii) dimensão social e relação com o público.

Análise dos eixos temáticos

Com base na entrevista concedida por Lima (2026), foi possível identificar elementos que ajudam a compreender os desafios e particularidades do jornalismo esportivo regional. O relato evidencia fatores relacionados à estrutura, como a ausência de assessorias de imprensa para clubes/instituições e a dependência de fontes pessoais, além da pressão das torcidas e o impacto da tecnologia.

Quadro 1: Pontos de destaque da entrevista

Função/Rotina	Descrição	Exemplo
Organização de pautas	O jornalista prepara semanalmente uma lista de pautas e envia ao editor, que distribui as tarefas.	"Eu sempre faço uma lista de pautas que a gente pode abordar durante aquela semana específica... mando pra ele."
Divisão de tarefas	Matérias simples ficam com a estagiária; pautas complexas ou	"O editor coloca as matérias mais simples para a estagiária... assuntos mais

Função/Rotina	Descrição	Exemplo
	que exigem fontes internas ficam com o jornalista.	complexos já ficam comigo.”
Contato com fontes	Como os clubes não têm assessoria, o jornalista depende de contatos pessoais e atletas para obter informações.	“Se você mandar mensagem pelo celular da empresa, às vezes as fontes não respondem, mas no nosso privado respondem.”
Impacto da tecnologia	A transmissão de jogos evoluiu: antes muitas partidas não eram registradas; hoje quase todas são transmitidas pela internet, facilitando a apuração.	“Em 2022... você tinha muito jogo no escuro. Esse ano todos os jogos tiveram transmissão. Isso facilita bastante o trabalho.”
Cobertura poliesportiva	Dificuldade em pautar outros esportes por baixa audiência; foco maior no futebol.	(O Tocantins) “não tem culturalmente uma força expressiva em outros esportes”.
Humanização das matérias	Pautas com personagens individuais rendem mais engajamento e compartilhamento.	“Quando você trata de um personagem em si, a galera compartilha muito... minha filha tá no Globo Esporte.”
Função social	Dar visibilidade a atletas pouco reconhecidos, especialmente da base ou de modalidades menores.	“Quando você divulga uma atleta dessas... você acaba trazendo essa visibilidade para a pessoa.”
Relação com torcidas e redes sociais	No site, jornalistas são pouco reconhecidos; na TV, há maior exposição. Redes sociais geram hate em matérias negativas.	“Na primeira matéria negativa que fizemos, vieram com sete pedras na mão atacar.” (Se publicar) “conteúdo negativo, pode ter certeza que a torcida vai xingar a gente lá nos comentários”.

Fonte: Produção da autora, com auxílio de IA, a partir da entrevista com o repórter.

No quadro acima, são apresentados os aspectos centrais da rotina jornalística de um veículo regional, o que permitiu organizar a análise em três eixos complementares: i) estruturas e rotinas de produção; ii) transformações tecnológicas e de mercado; iii) dimensão social e relação com o público.

O primeiro eixo, que compreende as estruturas e rotinas de produção, está associado à organização das pautas, a divisão das tarefas e o contato com as fontes. As informações obtidas na entrevista revelam um modelo de estruturação consolidado, a presença de uma hierarquia interna da redação comum ao jornalismo, assim como a dificuldade de

apuração dos jornalistas ao se depararem com a falta de assessoria de comunicação dos clubes e instituições.

Ao elaborar uma lista com as pautas que poderão ser exploradas durante a semana, o veículo revela uma rotina produtiva organizada com uma evidente sistematização do trabalho jornalístico. Por outro lado, essa informação revela ainda a necessidade dessa estrutura rígida em virtude de uma redação enxuta, cujos profissionais precisam seguir o esquema a fim de garantir a cobertura dos fatos.

Nesse sentido, é possível afirmar que a divisão das tarefas reforça a hierarquia dos profissionais, apontando para os níveis de dificuldade de uma produção. Enquanto o estagiário recebe as matérias mais simples, os jornalistas mais experientes ficam responsáveis pelas coberturas mais complexas. Essa dinâmica revela a valorização do profissional, mas também respeita as limitações dos estagiários que ainda estão em processo de formação.

Já o contato com as fontes expõe uma certa vulnerabilidade estrutural, mais por parte dos clubes e instituições locais do que propriamente por parte da empresa jornalística. Como visto na entrevista, na ausência de canais oficiais de comunicação, o jornalista precisa recorrer às relações pessoais e informais para obter informações. Isso pode comprometer a imparcialidade e a credibilidade das notícias, mesmo que de uma forma não intencional, pois há uma limitação de versões sobre o fato/evento. Prática não recomendada por Guerra (1999), que defende que, a partir de diferentes perspectivas, emerge uma nova forma de entendimento.

Em relação ao segundo eixo, focado nas transformações tecnológicas e de mercado, por meio da entrevista, foi possível perceber uma evolução das transmissões de futebol, sobretudo graças à internet. Lima (2026) explica que até 2022, nem todas as partidas eram transmitidas pelos veículos tradicionais e digitais, o que dificultava o trabalho do jornalista esportivo regional.

No caso específico do Tocantins, o estado apresenta uma grande extensão territorial, dificultando o deslocamento das equipes jornalísticas em curtos espaços de tempo. Deste modo, as transmissões via YouTube ou demais plataformas de vídeo, facilitam a cobertura esportiva e garantem uma melhor apuração, resultando em um jornalismo mais transparente e com credibilidade.

Contudo, esse avanço tecnológico não elimina os desafios do mercado. Lima (2026) explica que o tema futebol continua recebendo mais atenção por parte do jornalismo regional por ser a modalidade que mais atrai a audiência. Percebe-se, então, que as escolhas editoriais continuam se guiando pela lógica da audiência. Isto é, os veículos publicam sobre as modalidades esportivas que mais geram acesso e engajamento, mantendo o futebol como o produto midiático mais rentável.

A partir desse contexto, entende-se que o mercado impacta diretamente no jornalismo esportivo regional, uma vez que restringe a visibilidade de diferentes modalidades em favor do futebol. Atletas de outros esportes acabam sendo ofuscados agora pela lógica do mercado, o que compromete a diversidade de conteúdos e consequentemente a função social do jornalismo. Portanto, ao atender as demandas do mercado, o jornalismo esportivo regional está preenchendo os espaços (Andrews, 2005).

Por fim, o terceiro eixo trata da dimensão social do jornalismo esportivo regional, cuja principal função é humanizar os conteúdos e manter um relacionamento saudável com o público consumidor (torcidas, no geral). Lima (2006) ressalta que a humanização das pautas ocorre quando há o destaque nas matérias para personagens individuais, principalmente para atletas com menor espaço na mídia e histórias de superação. Esses elementos ampliam o engajamento e contribuem para a circulação do conteúdo.

Assim, observa-se que o jornalismo esportivo regional segue o mesmo processo de publicizar narrativas pessoais e individualizadas para

ter mais apelo junto ao público. Tal prática cumpre uma função social relevante, pois oferece espaço para atletas e modalidades menos valorizadas. O resultado, ao longo do tempo, é uma legitimação e reconhecimento por parte da sociedade.

Por outro lado, há uma relação complexa com as torcidas nas mídias sociais. É inegável que as plataformas digitais ampliaram o alcance das notícias, permitindo uma maior interação com o público. Entretanto, essa relação está longe de ser amistosa. Lima (2026) explica que as ofensas, em sua maioria, não são direcionadas ao jornalista que assinou a matéria, mas sim ao veículo quando publica matérias negativas sobre o clube ou instituição. “Na primeira matéria negativa que fizemos, vieram com sete pedras na mão atacar; falar que só sabíamos falar mal do clube”.

Esse relato revela, além da hostilidade, uma situação de pressão movida sempre pela paixão do torcedor. Tal contexto evidencia que, ao ocupar o espaço nas mídias sociais, o jornalismo esportivo regional precisa lidar com a recepção imediata e, por vezes, agressiva do público. Essa dinâmica precisa ser sempre observada, pois ao verificar a reação das torcidas, os profissionais não podem abrir mão de seus princípios éticos. Caso contrário, essa prática pode impactar na imparcialidade do trabalho e afetar a credibilidade do veículo.

Considerações Finais

Com base na análise, percebeu-se que o jornalismo esportivo regional enfrenta desafios significativos, como a busca pela imparcialidade, a credibilidade e as pressões provenientes do mercado e das mídias sociais. Já as rotinas produtivas apontam para um jornalismo marcado por uma organização do trabalho sólida e pela hierarquização das funções, que busca principalmente informação junto a fontes pessoais para suprir a falta de estrutura dos clubes e instituições.

Mesmo com o avanço tecnológico, o jornalismo esportivo regional também se mostra preso às lógicas do mercado que impactam

diretamente na função social do jornalismo, cuja principal missão é garantir o direito à informação. A busca por audiência e engajamento, associada à valorização do futebol enquanto produto midiático, limita a diversidade das pautas e reduz a visibilidade de outras modalidades e seus respectivos atletas.

Esse cenário se apresenta como contraditório, uma vez que a tecnologia surge para ampliar as possibilidades de apuração e circulação da informação, as pressões do mercado acabam restringindo o alcance do jornalismo, colocando como meros coadjuvantes atletas, clubes e práticas esportivas que não se enquadram na lógica comercial.

Portanto, o objetivo geral desta investigação foi alcançado, visto que verificou-se a atuação do jornalista esportivo regional, a partir da perspectiva do Tocantins, identificando os desafios, as transformações tecnológicas e de mercado, além das funções desempenhadas nas coberturas esportivas. No futuro, esse tema pode gerar novos desdobramentos, pois é necessário continuar investigando as mudanças pelas quais o jornalismo esportivo sofre ao longo dos anos, sobretudo no âmbito regional.

Referências

ANDREWS, Phil. **Sports Journalism**: A Practical Guide. Londres: Sage, 2005. Disponível em: https://books.google.rw/books?id=2fvAAQAAQBAJ&printsec=copyright&hl=no#v=onepage&q=impartiality&f=false . Acesso em 03 set. 2026.

CARDOSO, Marcelo. Jornalismo especializado em esportes: uma discussão sobre a formação contínua do profissional. **Revista Alterjor**. São Paulo, v. 17, n.1, p. 39-54, jan./jun. 2018. Disponível em: https://tinyurl.com/mwrfhuca. Acesso em 03 set. 2026.

COELHO, Paulo Vinícius. **Jornalismo Esportivo**. São Paulo: Contexto, 2003.

GARRISON, Bruce; SALWEN, Michael. Sports Journalists Assess Their Place in the Profession. **Newspaper Research Journal**, [S.l.], v.15, n.2, p. 37-49, 1994. DOI: https://doi.org/10.1177/073953299401500205.

GUERRA, Josenildo Luiz. Neutralidade e imparcialidade no jornalismo: da Teoria do Conhecimento à Teoria Ética. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 22, 1999, Rio de Janeiro. ***Anais*** [...]. São Paulo: Intercom, 1999. Disponível em: https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/07f68ff516fcf5aca65a97a7910910c1.PDF Acesso em: 07 set. 2026.

HANG, Ling. The impact of social media on modern communication: evolution and future prospects. **Global Media Journal**, [*S. l.*], v. 22, n. 72, p. 1-3, Dez. 2024. Disponível em: https://www.globalmediajournal.com/open-access/the-impact-of-social-media-on-modern-communication-evolution-and-future-prospects.php?aid=95171. Acesso em: 13 set. 2026.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content Analysis**: an introduction to its methodology. 2.ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.

LONGO, Guilherme Gonçales. Panorama da condição atual de trabalhos dos jornalistas esportivos brasileiros: um estudo piloto. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 02, n. 32, p. 21-38, 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/alterjor/pt_BR/article/view/238509/217099 . Acesso em: 06 set. 2026.

REINARDY, Scott; WANTA, Wayne. **The essentials of sports reporting and writing**. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2015. Disponível em: https://tinyurl.com/33ubuux2. Acesso em: 07 set. 2026.

ROCHA, Liana Vidigal. Jornalismo tocantinense nas mídias sociais: a circulação de conteúdo de veículos tradicionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...]. Brasília: SBPJor, 2019. Disponível em: https://sbpjor.org.br/. Acesso em: 12 set. 2026.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos de validação dos resultados. São Paulo: Autêntica, 2006.

ROST, Alejandro. Interatividade: Definições, estudos e tendências. *In*: CANAVILHAS, João (org.). **Webjornalismo**: 7 caraterísticas que marcam a diferença. Covilhã: LabCom, 2014. p. 53-88. Disponível em: https://labcom.ubi.pt/webjornalismo-7-carateristicas-que-marcam-a-diferenc%CC%A7a/. Acesso em: 12 set. 2026.

SILVA, Terezinha. Os atos de escolha na apuração jornalística. In: SILVA, Gislene; VOGEL, Daisi; SILVA, Terezinha (orgs.). **Apuração, redação e edição jornalística**. Florianópolis: Editora UFSC, 2022. p.174. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/241140/Apuracao_red

acao_e_edicao_jornalistica-Ebook_20out2022.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em 08 set. 2026.

VILAS BOAS, Sergio. (org.). **Formação e informação esportiva**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2005. (Formação e Informação).

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p.97-152.

ZART, Luiz Henrique. As regras mudaram e o jogo segue: impactos da tecnologia na prática do jornalismo esportivo. **Esporte e Sociedade**, Niterói, v. 16, n. 38, p. 01-22, 2023. Disponível em: https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/59858/35898 . Acesso em 06 set. 2026.

Capítulo 8

Dona Raimunda dos cocos: filosofia da experiência e oralidade no programa Viva Maria

Cláudio Chaves Paixão

Uma filosofia que nasce da luta

A produção do conhecimento não se restringe aos espaços acadêmicos nem às formas tradicionais de escrita. Ao longo da história, diferentes grupos sociais elaboraram interpretações sobre a vida, a natureza, o trabalho e a organização coletiva a partir da experiência, da oralidade e da convivência comunitária. Contudo, grande parte desses saberes permaneceu historicamente invisibilizada pelos critérios de legitimidade instituídos pela racionalidade científica moderna.

Como observa Santos (2007, p. 77), "a injustiça social global está assim intimamente ligada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta pela justiça social global também deve ser uma luta pela justiça cognitiva global". Em resposta a essa assimetria, o autor propõe a ecologia de saberes, perspectiva que reconhece diferentes formas de produzir conhecimento e defende o diálogo entre elas, sem estabelecer hierarquias prévias.

Sob essa perspectiva, insere-se Raimunda Gomes da Silva (1940-2018), conhecida nacionalmente como Dona Raimunda dos Cocos. Trabalhadora rural e uma das principais lideranças do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), destacou-se pela defesa dos babaçuais, pela organização política das mulheres extrativistas e pela luta em favor da justiça social e ambiental. Sua atuação tornou-se referência nos debates sobre extrativismo, direitos territoriais e organização coletiva das mulheres, fazendo dela uma das principais vozes do movimento das quebradeiras de coco babaçu.

Parte significativa desse legado foi preservada pelo programa *Viva Maria*, da Rádio Nacional. Desde 1981, a produção registra entrevistas, depoimentos, cantos e narrativas de mulheres cujas experiências raramente encontravam espaço nos meios de comunicação comerciais. Ao longo de mais de quatro décadas, o programa consolidou um importante acervo sonoro da memória feminina brasileira e da comunicação pública, preservando vozes e saberes produzidos em diferentes contextos sociais.

Embora a atuação política de Dona Raimunda tenha sido amplamente estudada, sua oralidade ainda foi pouco explorada como objeto de investigação. Predominam pesquisas voltadas para o movimento social, os conflitos territoriais e a organização das quebradeiras de coco babaçu, enquanto permanecem escassas as análises que examinam suas falas como uma forma de elaboração da experiência. Também são limitados os estudos que discutem o papel da comunicação pública na preservação e circulação desse patrimônio oral. É nessa dupla lacuna que este artigo se insere.

Com base na análise de entrevistas concedidas por Dona Raimunda ao programa *Viva Maria*, o estudo busca interpretar sua oralidade como uma elaboração filosófica da experiência, organizada em torno de cinco eixos recorrentes: palavra, liderança, território, trabalho e luta. Argumenta-se, ainda, que o programa desempenha papel relevante na preservação desse patrimônio imaterial ao constituir um arquivo da oralidade feminina e um espaço de circulação de conhecimentos produzidos por mulheres de comunidades tradicionais.

Percurso Metodológico

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa documental e na análise de conteúdo. Conforme aponta Moreira (2010, p. 270), "o recurso da análise documental costuma ser utilizado no resgate de meios de comunicação, personagens ou períodos", permitindo a releitura de documentos à luz de novos problemas de investigação. Neste

estudo, as entrevistas veiculadas pelo programa Viva Maria são compreendidas como documentos que registram não apenas acontecimentos, mas também formas de interpretação da realidade expressas por meio da oralidade.

O universo documental da pesquisa compreende 993 edições do *Viva Maria* referentes ao período de 2004 a 2009, identificadas a partir dos registros disponíveis no acervo consultado. As gravações referentes ao período de 2004 a 2008 foram recuperadas mediante a digitalização de MiniDiscs (MDs) pertencentes ao acervo do programa, enquanto as edições de 2009 foram localizadas na antiga página da Radioagência Nacional. Parte das produções do período não se encontra atualmente disponível, de modo que o conjunto localizado não corresponde necessariamente à totalidade das edições originalmente veiculadas.

A constituição do corpus seguiu um único critério de seleção: a presença direta da voz de Dona Raimunda dos Cocos. Foram incluídas apenas as edições em que a liderança participa por meio de entrevistas, depoimentos ou interpretações de canções, excluindo-se os programas que apenas mencionavam sua atuação. Esse procedimento resultou na seleção de quatorze edições. A definição do corpus não teve como finalidade estabelecer representatividade estatística, mas identificar registros nos quais a presença direta de Dona Raimunda permitisse observar recorrências temáticas, argumentos, valores e formas de interpretação da realidade.

Para a organização e exploração do corpus, utilizou-se a ferramenta NotebookLM como suporte tecnológico de localização temática dos trechos gravados e decupagem dos áudios. Em seguida, para assegurar o rigor acadêmico e a fidelidade às especificidades da fala, todas as transcrições foram submetidas a uma revisão manual e exaustiva por parte do pesquisador, mediante a escuta atenta e reiteração dos áudios originais.

A utilização das fontes orais fundamenta-se na compreensão de que elas não apenas registram acontecimentos, mas também preservam os

significados que os sujeitos atribuem às próprias experiências. Como observa Portelli (1997, p. 28), "a fileira de tom e volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita", evidenciando que a oralidade produz sentidos que não podem ser plenamente captados pela transcrição textual.

Essa perspectiva encontra respaldo em Zumthor (1997, p. 10), para quem "Ninguém sonharia em negar a importância do papel que desempenharam na história da humanidade as tradições orais. As civilizações arcaicas e muitas outras culturas das margens ainda hoje se mantêm, graças a elas." Assim, as entrevistas, os depoimentos e as canções veiculados pelo *Viva Maria* são analisados não apenas como registros biográficos, mas como documentos que preservam formas de interpretação da realidade construídas na experiência histórica das quebradeiras de coco babaçu.

A análise do corpus foi desenvolvida segundo os procedimentos da análise de conteúdo propostos por Bardin. Ao apresentar a evolução desse método, a autora retoma a definição clássica de Berelson, segundo a qual a análise de conteúdo constitui "uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações" (BARDIN, 2016, p. 42).

Partindo dessa perspectiva, realizou-se inicialmente a leitura integral das transcrições e a escuta reiterada das gravações, com o objetivo de identificar recorrências temáticas, valores, argumentos e modos de interpretação presentes nas falas de Dona Raimunda. Em seguida, essas recorrências foram agrupadas em unidades de sentido e organizadas em categorias analíticas construídas de forma indutiva, isto é, a partir do próprio corpus documental.

O *Viva Maria* como arquivo da oralidade e da memória das mulheres

Compreender o *Viva Maria* como um arquivo da oralidade e da memória das mulheres exige, antes de tudo, compreender a proposta comunicacional que orientou sua criação. Mais do que um programa radiofônico dedicado ao universo feminino, o *Viva Maria* consolidou uma prática de comunicação baseada na escuta, no diálogo e no reconhecimento da experiência das mulheres como fonte legítima de conhecimento. Antes de examinar a filosofia de Dona Raimunda dos Cocos, torna-se necessário compreender o ambiente comunicacional que possibilitou sua preservação.

Criado em 14 de setembro de 1981 na Rádio Nacional de Brasília, o *Viva Maria* surgiu nos anos finais da ditadura militar brasileira, período marcado pela abertura política e pela reorganização dos movimentos sociais. A emergência do programa coincide com a ampliação da participação das mulheres na esfera pública e com o fortalecimento das pautas feministas que passaram a reivindicar direitos civis, sociais e políticos. Inspirada por sua aproximação com o movimento feminista europeu no final da década de 1970 (Demori, 2024), a jornalista Mara Régia concebeu um programa voltado para as experiências femininas, rompendo com os modelos tradicionais da programação radiofônica.

Embora sua estreia ainda refletisse estruturas patriarcais presentes no próprio campo da comunicação, evidenciadas pela exigência institucional de dividir a apresentação com locutores homens, o programa rapidamente consolidou uma identidade editorial própria. A partir de 1983, sob condução exclusiva de Mara Régia, o *Viva Maria* passou a afirmar de forma mais explícita seu compromisso com os direitos das mulheres, acompanhando e participando dos debates que marcaram a redemocratização brasileira.

Nesse contexto, o rádio público transformou-se em espaço de mobilização social. O programa acompanhou campanhas pela ampliação dos direitos das mulheres, repercutiu a elaboração da Carta das Mulheres

Brasileiras aos Constituintes, fortaleceu debates que culminaram na criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no Distrito Federal e aproximou os movimentos sociais da radiodifusão pública (Silva, 2015). Mais do que noticiar acontecimentos, o *Viva Maria* tornou-se um espaço de participação cidadã.

Entretanto, sua principal contribuição está na metodologia de comunicação que desenvolveu ao longo de mais de quatro décadas. Em contraste com grande parte da programação radiofônica voltada às mulheres nas décadas de 1980 e 1990, centrada no entretenimento, no consumo e na vida doméstica, o *Viva Maria* instituiu uma prática baseada na escuta ativa, no acolhimento e na valorização da experiência cotidiana. As mulheres deixaram de ocupar apenas o lugar de destinatárias da informação para tornarem-se produtoras de narrativas sobre suas próprias vidas.

Essa metodologia manifestava-se de diferentes formas: leitura de cartas, participação por telefone, entrevistas, programas realizados em espaços públicos e cobertura de mobilizações sociais. Ao criar canais permanentes de escuta, o programa permitiu que histórias frequentemente silenciadas pela mídia encontrassem espaço de circulação. O uso de pseudônimos por muitas ouvintes, como registra Perna (1988), revela tanto as limitações impostas às mulheres na esfera privada quanto a confiança depositada no programa como ambiente seguro para compartilhar experiências de violência, discriminação e resistência.

Ao transformar narrativas individuais em experiências coletivamente compartilhadas, o *Viva Maria* contribuiu para ampliar o reconhecimento social das mulheres e fortalecer sua participação cidadã. O depoimento da ouvinte Maria Almeida, veiculado em 1987, ilustra como a escuta radiofônica favoreceu processos de identificação e emancipação feminina: "[Depois do Viva Maria] mudou tudo, porque antes eu era uma mulher

pacata, caseira. E a partir daí eu aprendi a me libertar, entendi melhor o que é ser mulher" (PAIXÃO, 2013, p. 5).

O testemunho evidencia que o *Viva Maria* ultrapassava a função de informar. Ao colocar em circulação experiências até então restritas ao âmbito privado, o programa permitia que suas ouvintes reconhecessem vivências individuais como expressão de problemas coletivos, fortalecendo processos de consciência, pertencimento e participação social. Ao mesmo tempo, essas vozes deixavam de existir apenas no instante da transmissão radiofônica para integrar um acervo capaz de preservar memórias e experiências historicamente invisibilizadas.

É justamente essa dimensão que aproxima o *Viva Maria* de uma função ainda pouco explorada nos estudos sobre o rádio: sua capacidade de constituir arquivos da oralidade. Como observa Michelle Perrot (2007, p. 21):

> Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios.

Nesse contexto, o registro radiofônico adquire especial relevância ao preservar vozes, narrativas e experiências de mulheres camponesas, extrativistas, indígenas e trabalhadoras rurais que raramente deixaram registros escritos. Mais do que documentar acontecimentos, o *Viva Maria* contribui para a constituição de um acervo de memórias e saberes produzidos na tradição oral. Nesses contextos, a voz deixa de ser apenas um meio de comunicação para tornar-se um suporte de memória e um veículo de preservação de saberes e experiências.

No campo da comunicação comunitária, Peruzzo (1998, p. 152) destaca que esses processos pressupõem "a participação ativa dos cidadãos", que deixam de ser apenas receptores para assumir também o papel de produtores da comunicação. Embora o *Viva Maria* não tenha sido criado no contexto de uma emissora comunitária, sua proposta

aproxima-se dessa perspectiva ao abrir espaço para que mulheres de comunidades tradicionais narrem suas próprias experiências. Ao registrar e difundir essas vozes, o programa contribui para a preservação de memórias, saberes e formas de compreender a realidade que dificilmente encontrariam espaço nos meios de comunicação comerciais.

A trajetória do programa evidencia também a dimensão política do *Viva Maria*. Sua retirada da programação da Radiobrás em 1990, durante o governo Collor, sob o argumento de que a Constituição de 1988 teria tornado desnecessário um programa voltado às mulheres, representou uma tentativa de interromper um espaço consolidado de comunicação pública. A continuidade do projeto por meio do chamado "rádio de rua" e, posteriormente, na Rádio Capital de Brasília (1991-1993), demonstra que sua permanência não dependia apenas de uma emissora, mas da existência de uma rede de ouvintes e movimentos sociais que reconheciam sua relevância.

O retorno do *Viva Maria* a uma emissora pública, em julho de 2004, na forma de programete veiculado pela Rádio Nacional da Amazônia, inaugurou uma nova fase na trajetória do programa, quando incorporou de forma mais sistemática as vozes de mulheres indígenas, ribeirinhas, quilombolas, agricultoras familiares e quebradeiras de coco babaçu, ampliando o alcance territorial de seu arquivo sonoro. O programa passou, assim, a registrar experiências produzidas em comunidades tradicionais que historicamente permaneceram à margem tanto dos meios de comunicação quanto dos arquivos institucionais.

É nesse contexto que se insere a participação de Dona Raimunda dos Cocos, no programa Viva Maria, entre 2004 e 2009. Não se trata de intervenções episódicas motivadas apenas pela agenda jornalística, mas da construção de um diálogo contínuo entre a liderança das quebradeiras de coco e o programa. A recorrência dessas participações permite acompanhar não apenas acontecimentos de sua trajetória, mas também formas de interpretar a realidade que reaparecem em diferentes

momentos. É essa permanência de temas, valores e argumentos que orienta a análise desenvolvida neste artigo.

Filosofia, oralidade e experiência: fundamentos para compreender Dona Raimunda dos Cocos

A proposta de reconhecer Dona Raimunda dos Cocos como filósofa parte de uma questão central: é possível identificar uma elaboração filosófica produzida fora da tradição acadêmica e transmitida pela oralidade? Durante muito tempo, a filosofia foi compreendida como atividade vinculada quase exclusivamente à escrita, às universidades e aos sistemas conceituais produzidos por intelectuais especializados. Nas últimas décadas, contudo, diferentes perspectivas teóricas têm ampliado essa compreensão ao reconhecer que a reflexão sobre o mundo também pode ser elaborada na experiência cotidiana de sujeitos historicamente excluídos dos espaços tradicionais de produção do conhecimento.

Nessa direção, Antonio Gramsci (1999, p. 93) afirma ser necessário "destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos". Conforme o autor, é preciso reconhecer que "todos os homens são 'filósofos'", pois toda pessoa elabora uma "filosofia espontânea", presente na linguagem, no senso comum, no bom senso e nas formas cotidianas de interpretar e agir no mundo. Sob essa perspectiva, a filosofia deixa de ser compreendida como um saber restrito aos especialistas e passa a ser entendida como uma elaboração da experiência social.

É a partir dessa compreensão ampliada que este artigo emprega a expressão “filosofia da experiência”. O termo não é utilizado para atribuir a Dona Raimunda uma formação acadêmica em filosofia, nem para afirmar a existência de uma obra filosófica sistematizada. Refere-se, especificamente, à capacidade de elaborar, a partir da experiência vivida,

princípios de interpretação da realidade que apresentam recorrência, coerência e consequências práticas para a ação coletiva. Nesse sentido, a filosofia identificada em sua oralidade não está separada da vida cotidiana.

É nesse horizonte que se insere a reflexão desenvolvida por Dona Raimunda, cujas interpretações sobre o trabalho, o território, a liderança, a palavra e a luta revelam uma concepção de mundo construída na experiência coletiva das quebradeiras de coco e expressa por meio da oralidade. Essa perspectiva aproxima-se das Epistemologias do Sul formuladas por Boaventura de Sousa Santos. Ao desenvolver o conceito de ecologia de saberes, o autor afirma que "a ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento" (Santos, 2007, p. 85). Nessa perspectiva, nenhum saber é completo em si mesmo, razão pela qual diferentes formas de conhecer podem dialogar e ampliar mutuamente sua capacidade de compreender a realidade. Assim, reconhecer a reflexão elaborada por Dona Raimunda não significa opor os conhecimentos produzidos na experiência ao conhecimento científico, mas admitir que ambos podem estabelecer um diálogo capaz de ampliar a compreensão sobre o mundo social.

A valorização da experiência como lugar de produção do conhecimento também encontra respaldo em Paulo Freire. Para o educador, "a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele" (Freire, 1989, p. 12). Ao afirmar que a compreensão da realidade antecede sua sistematização pela escrita, Freire evidencia que o conhecimento nasce da experiência vivida, do diálogo e da reflexão crítica sobre o mundo. Nessa perspectiva, filosofar também pode significar interpretar a realidade a partir da própria prática social, produzindo sentidos que posteriormente podem ser compartilhados, transmitidos e reelaborados coletivamente.

Nessa construção, a oralidade desempenha papel decisivo. Conforme Alessandro Portelli (1997), as fontes orais não preservam apenas

acontecimentos, mas os significados que os sujeitos atribuem às suas trajetórias. Paul Zumthor (1997) compreende a oralidade como uma forma específica de produção e circulação do conhecimento, cuja transmissão ocorre pela voz e pela escuta. Para o autor, "considerarei como oral toda comunicação poética em que, pelo menos, transmissão e recepção passem pela voz e pelo ouvido" (Zumthor, 1997, p. 34).

Mais do que um suporte da linguagem, a palavra falada constitui uma prática social que produz sentidos e preserva experiências. Por isso, o autor observa que sua legitimidade decorre "muito mais do testemunho que constitui, do que ao que expõe" (Zumthor, 1997, p. 35). Nessa perspectiva, a oralidade não representa um estágio inferior da escrita, mas uma forma própria de elaborar, transmitir e atualizar conhecimentos produzidos na experiência coletiva.

É nesse horizonte que este artigo propõe compreender Dona Raimunda dos Cocos. Suas entrevistas, depoimentos e canções registrados pelo *Viva Maria* não são analisados apenas como testemunhos de uma liderança das quebradeiras de coco babaçu. Neles se expressa uma reflexão consistente sobre a relação entre palavra, organização coletiva, território, trabalho e luta social, construída na experiência das comunidades extrativistas e orientadora de sua prática política. Não se pretende inseri-la em uma tradição filosófica específica nem afirmar que tenha produzido um sistema conceitual nos moldes acadêmicos. O argumento é outro: sua oralidade revela uma concepção de mundo suficientemente coerente, recorrente e articulada para ser compreendida como uma filosofia da experiência.

Sob essa perspectiva, o rádio público assume papel decisivo. Ao registrar sucessivas entrevistas ao longo de vários anos, o *Viva Maria* preservou não apenas a memória de uma liderança social, mas também o desenvolvimento de uma reflexão construída na oralidade. Ao longo das quatorze edições analisadas, observa-se a recorrência de princípios que estruturam uma mesma concepção de mundo. Esses princípios emergem

de sua experiência como quebradeira de coco babaçu e liderança comunitária e articulam linguagem, formação política, território, trabalho e luta social. Para fins analíticos, essa filosofia foi organizada em cinco eixos, que, embora apresentados separadamente, permanecem profundamente interligados.

A expressão “filosofia de Dona Raimunda” não significa, portanto, que os princípios identificados nas entrevistas sejam compreendidos como produção exclusivamente individual. Sua fala constitui uma elaboração singular de experiências compartilhadas no interior das comunidades extrativistas e das lutas das quebradeiras de coco babaçu. Dona Raimunda aparece, nesse sentido, como uma das vozes por meio das quais uma experiência coletiva se formula, se interpreta e se transmite.

A filosofia da palavra: falar, calar e escutar

Entre os ensinamentos formulados por Dona Raimunda dos Cocos ao longo das entrevistas concedidas ao *Viva Maria*, o que melhor define sua compreensão da ação política é a reflexão sobre o uso da palavra. Ao abordar a negociação de conflitos em dezembro de 2004, ela trouxe as características que deveriam orientar a formação de novas lideranças. A resposta surpreende justamente porque não menciona coragem, força ou capacidade de comando. Antes de qualquer atributo, ela estabelece uma ética da linguagem:

> "Primeiro é falar na hora que é necessário falar. Segundo, ficar calada quando vê que não dá para falar. Terceiro, ter muita paciência, muita calma e não se importar com o que os outros dizem de ti. Outra coisa é não ser muito ambiciosa, ter muita confiança e acreditar; ter certeza de que as coisas vão acontecer." (Viva Maria, 14 dez. 2004).

À primeira vista, a sequência parece apenas um conselho prático. Contudo, quando observada à luz do conjunto das entrevistas, ela revela uma concepção bastante elaborada sobre o exercício da liderança. A palavra não aparece como um direito absoluto nem como um recurso

permanente de convencimento. Ela precisa ser administrada. Existe um tempo para falar e um tempo para silenciar. Ambos exigem discernimento.

O silêncio, nessa formulação, não aparece necessariamente como ausência de ação. Ao contrário, quando Dona Raimunda recomenda “ficar calada quando vê que não dá para falar”, ela atribui ao silêncio uma dimensão estratégica. Falar e calar passam a constituir decisões situadas, dependentes das circunstâncias e dos efeitos que a palavra pode produzir. Essa compreensão permite interpretar a palavra não apenas como instrumento de expressão, mas como prática que exige discernimento sobre o momento, o interlocutor e as condições concretas da luta.

Essa compreensão nasce de uma experiência histórica concreta. Durante décadas, as quebradeiras de coco enfrentaram conflitos fundiários, violência de fazendeiros, ameaças, perseguições e relações profundamente desiguais de poder. Nesses contextos, falar nunca foi um ato neutro. A palavra podia significar enfrentamento, mas também exposição ao perigo. Como assinala Portelli, as fontes orais preservam não apenas acontecimentos, mas também os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas trajetórias. No caso de Dona Raimunda, a alternância entre falar e silenciar integra uma reflexão prática sobre a ação política construída ao longo de décadas de militância.

Ao mesmo tempo, essa filosofia rompe completamente com o silêncio imposto às mulheres ao longo da história. Poucas semanas depois, durante entrevista realizada por ocasião do Fórum Social Pan-Amazônico, Dona Raimunda estabelece uma distinção fundamental entre o silêncio estratégico da liderança e o silenciamento social imposto às mulheres trabalhadoras: "As mulheres trabalhadoras rurais, as mulheres extrativistas sempre eram calada, não se expressava, a sua [...], o que tava querendo. Depois que elas passam a conhecer seu direito, aí começa a abrir a boca e expressar os seus sentimentos." (Viva Maria, 18 jan. 2005).

Aqui aparece uma inflexão decisiva de seu pensamento. Se, no primeiro momento, o silêncio é escolha política, agora ele surge como

consequência da opressão histórica. A mesma categoria assume significados distintos. Existe o silêncio imposto pela desigualdade e existe o silêncio escolhido pela experiência. O primeiro precisa ser rompido; o segundo pode fortalecer a luta.

A filosofia da liderança: formar sujeitos políticos

Para Dona Raimunda dos Cocos, liderar não significa dirigir pessoas, concentrar autoridade ou ocupar posições de prestígio. Sua compreensão da liderança afasta-se dos modelos centrados na figura carismática do líder e aproxima-se de um processo permanente de formação política. Liderar é criar condições para que outras mulheres compreendam sua realidade, fortaleçam sua autonomia e se reconheçam como protagonistas da própria história.

Essa concepção torna-se particularmente evidente na entrevista concedida ao *Viva Maria* em janeiro de 2005. Aos 65 anos e após quase três décadas de militância, Dona Raimunda avalia a importância da participação das quebradeiras em marchas e mobilizações nacionais: "Vale a pena, porque as companheiras pode que não consiga muita coisa porque a situação do nosso país é um situação muito difícil, mas conhecimento e saber por qual é a justa causa que ela tá lutando vale a pena fazer essas marchas." (*Viva Maria*, 18 jan. 2005).

O trecho revela que, para Dona Raimunda, o maior resultado da mobilização não reside nas conquistas imediatas, mas na transformação das próprias mulheres. As marchas tornam-se espaços de aprendizagem política, onde o conhecimento dos direitos fortalece a consciência crítica e rompe o silenciamento historicamente imposto às trabalhadoras rurais. A participação coletiva produz uma mudança de posição: mulheres que antes apenas acompanhavam as decisões passam a interpretar a própria realidade e a intervir nela.

A dimensão pedagógica da liderança em Dona Raimunda ganha contornos ímpares quando ela relata sua projeção internacional. Na edição do *Viva Maria* veiculada em 9 de março de 2005, ao recordar os dez anos

da IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Pequim (1995), sua narrativa revela o que se pode definir como um cosmopolitismo popular, a capacidade de ocupar espaços globais sem desapegar-se de suas raízes comunitárias. Dona Raimunda descreve com humor e lucidez a travessia transoceânica no Boeing da JAL, o estranhamento com a alimentação de bordo ("macarrão frio"), o joelho inchado após longas horas de voo e a vibração dos estudantes japoneses a bordo, comparados por ela a "aquela jandaia nos pé de manga". Ela relata ainda a escala no aeroporto de Narita, o uso do roupão tradicional e a limitação de tempo que a impediu de expor toda a amostragem de farinha, óleo e sabão de babaçu que levara do Bico do Papagaio.

Mais do que um relato pitoresco da viagem, a narrativa permite observar como Dona Raimunda interpreta uma experiência internacional a partir das referências construídas em sua trajetória comunitária. A experiência de deslocamento não produz um abandono dessas referências; ao contrário, ela é narrada a partir do contraste entre diferentes realidades, práticas e formas de organização. O encontro internacional aparece, assim, como oportunidade de apresentar a experiência das quebradeiras e, simultaneamente, conhecer outras experiências de mulheres organizadas em diferentes contextos.

> "Eu acho que é uma importância é você expor a sua situação, a situação onde se encontra, buscar alternativa para que melhore a vida das pessoas. A outra é que é uma troca de experiência muito grande de um país para o outro, da realidade de um país para o outro, encontra com as companheiras, um conhecimento grande que toma com as companheiras, as companheiras fica sabendo qual é o objetivo da sua luta e a gente fica sabendo qual é o objetivo da luta das companheiras, dos companheiros, o que é que a gente tá com necessidade mesmo." (*Viva Maria*, 18 jan. 2005).

Os depoimentos analisados sugerem, portanto, que a liderança não é apresentada por Dona Raimunda como uma condição individual adquirida de uma vez por todas. Ela se constitui no contato com outras mulheres, na participação em mobilizações, na troca de experiências e na capacidade de

transformar essas experiências em ação coletiva. A própria trajetória narrada por Dona Raimunda reforça essa compreensão: sua atuação política aparece vinculada a processos de aprendizagem que ultrapassam a experiência individual e se desenvolvem no interior dos movimentos sociais.

A reconstrução da trajetória de Dona Raimunda revela que sua filosofia política foi temperada em marcos históricos concretos das lutas sociais brasileiras. Na entrevista concedida ao *Viva Maria* em 18 de janeiro de 2005, por ocasião do IV Fórum Social Pan-Amazônico em Manaus, Dona Raimunda resgata uma rigorosa cronologia da resistência ao longo de três décadas de militância: a primeira manifestação em 1980, no município de Sampaio (TO), após o lançamento de bombas contra comunidades ribeirinhas na praia do rio; os atos na Praça de Fátima, em Imperatriz (MA), em 1981 e 1982, pela reforma agrária; a Marcha da Panela Vazia, em Goiânia; e o apoio à greve dos médicos, em São Paulo, em 1986 (Viva Maria, 18 jan. 2005).

A experiência das marchas funciona como espaço de conscientização freireana. O aprendizado não deriva de aulas formais, mas do reconhecimento dos próprios direitos na ação coletiva. Ao resgatar a cronologia de lutas de 1980 a 1986 — das bombas em Sampaio (TO) à solidariedade com os médicos em São Paulo —, Dona Raimunda atua como intelectual orgânica no sentido gramsciano. Sua liderança traduz a experiência concreta do extrativismo em consciência política articulada, expandindo a reflexão teórica ao integrar o gênero, a defesa da floresta e o cuidado comunitário como pilares indissociáveis da organização social.

Sua concepção de liderança também rompe com a ideia de que apenas a líder mobiliza o grupo. Ao explicar por que continuava participando das mobilizações mesmo após décadas de atuação, ela afirma:"Quando eu digo que não vou mais, me sinto cansada (...). Mas quando eu vejo as companheiras marchando, lutando (...), aquilo anima a gente a fazer alguma coisa." (Viva Maria, 18 jan. 2005).

A liderança aparece, assim, como uma relação de reciprocidade. Ao mesmo tempo em que incentiva outras mulheres, Dona Raimunda também é fortalecida pela ação coletiva. A energia política circula entre o grupo, desfazendo a separação rígida entre quem conduz e quem é conduzido.

Sua filosofia da liderança não constitui, portanto, uma teoria sobre o exercício do poder, mas sobre a formação contínua de sujeitos políticos. Liderar significa multiplicar capacidades, compartilhar saberes, fortalecer vínculos comunitários e preparar outras mulheres para dar continuidade à luta. Mais do que formar seguidoras, Dona Raimunda procura formar novas lideranças. É justamente nessa capacidade de transformar a experiência coletiva em autonomia política que reside uma das expressões mais originais de sua filosofia.

A filosofia do território: o babaçu como fundamento da vida

Nas entrevistas concedidas ao *Viva Maria*, o babaçu aparece muito além de um objeto de trabalho ou de uma fonte de renda. Na filosofia de Dona Raimunda dos Cocos, ele constitui o fundamento material, social e simbólico da existência das comunidades extrativistas. É em torno da palmeira que se organizam a alimentação, a moradia, o trabalho, a cultura, a identidade coletiva e a continuidade da vida comunitária. O território, assim, deixa de ser compreendido como simples espaço geográfico para tornar-se condição de existência.

Essa compreensão manifesta-se também no *Xote das Quebradeiras*, composição de João José Filho incorporada ao repertório de Dona Raimunda e frequentemente apresentada no *Viva Maria* entre 2005 e 2009. A canção sintetiza, em linguagem poética, uma ética da preservação construída pela experiência das quebradeiras:

> "Ei, não derruba essas palmeiras.
> Eei não devora os palmeirais.
> Tu já sabe que não pode derrubar.
> Precisamos preservar a riqueza natural." (*Viva Maria*, 4 jul. 2005).

O verbo preservar não é empregado em sentido estritamente ambiental. A defesa dos babaçuais decorre do reconhecimento de que deles depende a reprodução da vida comunitária. Ao longo da canção, o babaçu aparece como alimento, moradia, trabalho e patrimônio coletivo, revelando que sua importância não pode ser reduzida ao valor econômico da amêndoa ou do carvão. Trata-se de um modo de vida que articula natureza, cultura e sobrevivência.

Essa concepção também orienta sua defesa da Lei do Babaçu Livre. Ao comentar a proposta, Dona Raimunda desloca o debate da propriedade privada para o direito de existência das comunidades extrativistas: “É pra gente ter acesso livre ao babaçu, para quebrar. As companheira ter acesso ao babaçu, porque é muito difícil." (*Viva Maria*, 13 jul. 2007).

O território deixa, assim, de representar apenas um espaço de exploração econômica para assumir o sentido de lugar onde se constroem trabalho, memória, identidade e autonomia. O livre acesso aos babaçuais torna-se condição para a continuidade de um modo de vida transmitido entre gerações.

Essa leitura reforça a perspectiva apresentada por Boaventura de Sousa Santos ao defender uma ecologia de saberes, segundo a qual diferentes formas de conhecimento podem dialogar sem serem subordinadas exclusivamente aos critérios da ciência moderna. O conhecimento mobilizado por Dona Raimunda nasce da convivência cotidiana com o território, da observação dos ciclos da natureza e da experiência acumulada pelas mulheres extrativistas. Sua filosofia do território torna-se ainda mais evidente quando denuncia o uso de agrotóxicos nos babaçuais:

> "Na nossa região, estão botando veneno nas palmeiras de coco babaçu. Quando a gente pensa que não, as palmeiras estão morrendo, e não é de outra coisa, não; é de veneno. A chuva chega, lava aquele veneno, entra na terra, mata os peixes das grotas, embebe na terra, sai na água dos poços, o pessoal bebe. E é isso que tá fazendo o 'cânço' nos pulmãos das pessoas. É isso que tá matando o pessoal de câncer. É o

> veneno que o pessoal tá comendo, tá usando." (*Viva Maria*, 4 jun. 2007; 11 jan. 2008).

A fala deve ser compreendida, neste artigo, como registro da percepção de Dona Raimunda sobre os efeitos dos agrotóxicos no território em que vivia e atuava. A entrevistada estabelece uma cadeia de relações entre as palmeiras, o solo, a água, os peixes e a saúde das pessoas. Mais do que comprovar, por si só, a causalidade dos efeitos mencionados, o depoimento evidencia uma forma de interpretar o território como um sistema interdependente, no qual a degradação ambiental repercute diretamente sobre a vida das comunidades.

Dessa forma, a leitura crítica do território não deriva de manuais acadêmicos, mas da observação direta dos impactos socioambientais na vida cotidiana. Sua narrativa poética no Xote das Quebradeiras e a defesa da Lei do Babaçu Livre legitimam o saber tradicional como conhecimento indispensável para a preservação da biodiversidade e a garantia da dignidade comunitária.

A filosofia do território elaborada por Dona Raimunda rompe, portanto, com a compreensão da natureza como simples recurso econômico. O babaçu constitui o fundamento de uma forma de existir na qual território, trabalho, memória, cultura e comunidade permanecem inseparáveis. Preservada pela oralidade e registrada pelo *Viva Maria*, essa reflexão evidencia como diferentes formas de conhecimento podem produzir interpretações consistentes sobre a realidade social.

A filosofia do trabalho: o cotidiano das quebradeiras

Nas entrevistas concedidas ao *Viva Maria*, Dona Raimunda dos Cocos compreende o trabalho a partir da experiência cotidiana das quebradeiras de coco babaçu. Em sua oralidade, trabalhar não significa apenas produzir renda, mas sustentar a família, cuidar da casa, preservar a floresta e garantir a continuidade da vida comunitária. O trabalho aparece, portanto, como uma experiência integral, na qual produção, cuidado e território constituem dimensões inseparáveis.

Essa compreensão torna-se particularmente evidente durante a mobilização em defesa da Lei do Babaçu Livre, em julho de 2007. Ao ser perguntada sobre a realidade das quebradeiras, Dona Raimunda não inicia sua resposta falando da produção do coco, mas da rotina das mulheres:"O trabalho de quebradeira é um trabalho duro. Sair de casa de manhã e chegar em casa à noite e ter de cuidar de filho, cuidar de casa, cuidar de tudo. Então é uma vida muito dura. E o que ganha é muito pouco." (*Viva Maria*, 13 jul. 2007).

A descrição da rotina exaustiva da quebradeira — dividida entre a coleta no mato, os afazeres domésticos e a criação dos filhos — expressa uma interpretação crítica da práxis extrativista. Em vez de definir o trabalho de forma abstrata, Dona Raimunda conceitua a atividade a partir da experiência vivida, conectando a produção econômica à exigência de reconhecimento social, dignidade e igualdade humana como sustentação integral da vida.

Ao mesmo tempo, sua elaboração confirma a compreensão gramsciana de que toda pessoa produz uma concepção de mundo orientada pela experiência histórica. A descrição do cotidiano das quebradeiras não constitui apenas um relato de dificuldades, mas uma interpretação sobre o significado social do trabalho, na qual produzir, cuidar da família e preservar o território aparecem como dimensões inseparáveis da vida coletiva. Essa perspectiva explica por que a principal reivindicação das quebradeiras não se limita à melhoria da renda. O reconhecimento do trabalho aparece como reconhecimento da própria dignidade humana: "A gente luta para que esse trabalho tenha valor, as quebradeiras tenham valor também, porque somos seres humanos, somos iguais e queremos ter uma vida digna." (*Viva Maria*, 13 jul. 2007).

A repetição da palavra “valor” estabelece uma relação direta entre o reconhecimento do trabalho e o reconhecimento das próprias mulheres. Dona Raimunda não reivindica apenas melhores condições econômicas para a atividade extrativista. Ao afirmar que “as quebradeiras tenham valor

também", relaciona o trabalho à dignidade e ao reconhecimento social das trabalhadoras. O trabalho aparece, portanto, como uma dimensão por meio da qual as mulheres reivindicam visibilidade, direitos e participação na definição das condições de vida de suas comunidades.

Mais do que denunciar a dureza da vida das quebradeiras, Dona Raimunda formula uma compreensão do trabalho orientada pela dignidade, pelo cuidado e pela responsabilidade coletiva. Sua filosofia evidencia que produzir, cuidar e preservar o território constituem práticas inseparáveis na reprodução da vida comunitária, reafirmando o trabalho como fundamento da existência e da autonomia das mulheres extrativistas.

A filosofia da luta: esperança, resistência e transformação

Nas entrevistas concedidas ao *Viva Maria*, a luta não aparece, para Dona Raimunda dos Cocos, como um episódio excepcional da vida política, mas como uma prática permanente de construção da existência. Sua compreensão da resistência não se fundamenta na expectativa de conquistas imediatas, mas na convicção de que a transformação social depende da continuidade da ação coletiva. Lutar significa permanecer em movimento, mesmo quando os resultados ainda não são imediatamente visíveis.

Essa concepção torna-se evidente na entrevista realizada durante o Fórum Social Pan-Amazônico, em 2005. Ao ser questionada por Mara Régia sobre sua trajetória nos movimentos sociais, Dona Raimunda sintetiza quase três décadas de militância: "É trinta anos que a gente tá nessa luta pela defesa dos direitos humanos, pela liberdade, por uma vida melhor, uma vida digna. E pelo coco babaçu, pelo meio ambiente." (*Viva Maria*, 18 jan. 2005).

A enumeração revela que sua luta articula diferentes dimensões da vida coletiva. Direitos humanos, dignidade, preservação dos babaçuais e defesa do meio ambiente aparecem como partes de um mesmo projeto social. Em sua compreensão, a defesa da natureza não se separa da defesa

das pessoas que dela dependem, assim como a luta por melhores condições de vida não pode ser dissociada da proteção do território.

Essa elaboração reforça aquilo que Boaventura de Sousa Santos denomina ecologia de saberes. A experiência das quebradeiras produz uma interpretação própria sobre as relações entre sociedade, natureza e justiça social, construída fora dos espaços acadêmicos e legitimada pela vivência cotidiana. Ao registrar essa compreensão, o *Viva Maria* preserva uma forma de conhecimento que amplia o repertório de interpretações sobre a realidade social.

Outro aspecto recorrente de sua filosofia da luta é o caráter coletivo da resistência. A força para permanecer mobilizada não nasce de uma disposição individual, mas da participação em uma comunidade de mulheres que compartilham experiências, dificuldades e projetos comuns. Ao comentar a mobilização em torno da Lei do Babaçu Livre, Dona Raimunda recorre ao repertório musical das quebradeiras para expressar essa dimensão coletiva: "Essa luta não é fácil, mas vai ter que acontecer. As mulheres organizadas têm que chegar ao poder." (*Viva Maria*, 13 jul. 2007).

A utilização da música popular como suporte de memória e conscientização política também aparece de forma expressiva na participação de Dona Raimunda na edição do Viva Maria de 15 de novembro de 2006, dedicada à cobertura da segunda edição do Prêmio Margarida Alves. Ao recriar a letra do clássico Mulher Rendeira, ela transforma o repertório tradicional do sertão em um instrumento de celebração e continuidade da luta das mulheres rurais: "'Olêi' mulher rendeira, 'olêi' mulher rendar / Quando eu quis fazer um 'velso' / As mulheres exaltar / Me lembrei de Margarida / Que era muito popular / E deixou uma semente / Pra as amigas cultivar" (Viva Maria, 15 nov. 2006). Essa apropriação poética ilustra a tese de Zumthor (1997) sobre a oralidade enquanto prática viva de conservação e transmissão de saberes. Ao cantar Margarida Alves, Dona Raimunda não apenas presta uma homenagem biográfica, mas semeia a pedagogia da resistência no imaginário das

quebradeiras, mostrando que a poesia oral é um veículo privilegiado para atualizar o compromisso coletivo com a libertação da terra.

A canção ultrapassa sua dimensão artística e torna-se expressão de uma memória compartilhada da luta. A esperança manifesta-se como prática coletiva, construída na convivência, nas marchas, nos encontros e na organização das mulheres. Essa compreensão dialoga com Paulo Freire, para quem a transformação da realidade depende da ação crítica dos próprios sujeitos históricos. Em Dona Raimunda, essa transformação não aparece como formulação teórica, mas como experiência concreta vivida pelas quebradeiras, que constroem sua autonomia ao participar dos processos coletivos de organização e reivindicação.

Essa dimensão reaparece na entrevista concedida em 2008, quando comenta a homenagem recebida pelo projeto *1000 Mulheres para o Nobel da Paz*. Em vez de enfatizar o reconhecimento individual, Dona Raimunda desloca imediatamente a atenção para um horizonte coletivo:"Eu fico mais feliz se as companheiras ajudar a realizar o sonho que nós temos, que é um sonho de um Brasil liberto. Onde não tenha criança passando fome, onde toda criança esteja na escola, onde tenha uma juventude feliz, de paz (...)." (*Viva Maria*, 16 out. 2008).

O reconhecimento internacional adquire significado apenas quando vinculado ao bem comum. Sua luta ultrapassa as reivindicações específicas das quebradeiras e projeta uma concepção de sociedade fundada na dignidade, na justiça social e na preservação da vida. Sua trajetória revela uma filosofia construída na experiência coletiva, capaz de organizar valores, interpretar a realidade e orientar práticas de transformação social, oferecendo princípios éticos para agir diante das injustiças.

Como observam Portelli e Zumthor, a oralidade preserva não apenas acontecimentos, mas os sentidos que os sujeitos atribuem às suas experiências. Ao registrar a voz de Dona Raimunda ao longo de diferentes momentos de sua militância, o *Viva Maria* conserva uma filosofia da luta construída na experiência histórica das quebradeiras, permitindo que esse

pensamento permaneça acessível e continue produzindo novos significados.

A filosofia da luta reúne, assim, os elementos desenvolvidos nas categorias anteriores. A palavra produz consciência, a liderança forma sujeitos políticos, o território sustenta a vida coletiva e o trabalho afirma a dignidade das mulheres extrativistas. A luta articula essas dimensões em uma mesma concepção de mundo, construída na experiência, transmitida pela oralidade e preservada pela comunicação pública. Mais do que registrar uma trajetória de militância, o *Viva Maria* documenta uma filosofia produzida na prática social, reafirmando seu papel como espaço de memória e de circulação de saberes tradicionalmente ausentes dos registros escritos.

A filosofia da luta também se manifesta quando a própria experiência corporal passa a constituir matéria de reflexão. No registro de 28 de agosto de 2009, Dona Raimunda fala sobre as consequências do tabagismo e sobre as limitações que a doença impôs à sua rotina. Nesse caso, a experiência pessoal não aparece dissociada de sua atuação pública: o relato transforma uma situação de vulnerabilidade em uma advertência dirigida especialmente aos jovens.

Com extrema lucidez, relata o drama de ter de dormir com a cabeceira da cama elevada para conseguir respirar e admite, com dor, a impossibilidade definitiva de voltar a cantar o Xote das Quebradeiras ou falar por tempo prolongado sem que o sangue suba à cabeça. Longe de se recolher ao silêncio ou à lamentação passiva, Dona Raimunda converte o próprio corpo debilitado em um território pedagógico, dirigindo um apelo direto à juventude: "a vida da gente é mais importante do que esse cigarro" (Viva Maria, 28 ago. 2009).

A fala acrescenta uma dimensão ao eixo da luta: a defesa da vida também passa pelo cuidado com o próprio corpo. A experiência de adoecimento é incorporada à narrativa como conhecimento produzido pela própria trajetória, sem deixar de estar relacionada à preocupação

coletiva expressa por Dona Raimunda ao dirigir sua advertência aos jovens. O episódio amplia, assim, o sentido da resistência apresentado ao longo desta seção, aproximando luta, cuidado e preservação da vida.

Considerações finais

Este capítulo partiu da seguinte questão: é possível reconhecer, na oralidade de Dona Raimunda dos Cocos preservada pelo programa *Viva Maria*, a elaboração de uma filosofia produzida na experiência histórica das quebradeiras de coco babaçu? A análise das quatorze edições identificadas entre 2004 e 2009 fornece elementos para sustentar a hipótese de que a oralidade de Dona Raimunda dos Cocos constitui uma elaboração da experiência com características de recorrência, coerência e articulação entre diferentes dimensões da vida coletiva.

As entrevistas, depoimentos e canções analisados revelam uma reflexão coerente acerca da palavra, da liderança, do território, do trabalho e da luta. Esses temas não aparecem como manifestações isoladas ou opiniões circunstanciais, mas como princípios recorrentes que orientam sua interpretação da realidade e sua prática política. A filosofia de Dona Raimunda não se organiza sob a forma de um sistema conceitual escrito, mas constitui uma elaboração produzida na experiência coletiva das quebradeiras de coco babaçu, transmitida pela oralidade e continuamente reelaborada no interior das lutas sociais.

Ao reconhecer essa dimensão filosófica, o artigo contribui para ampliar a compreensão dos lugares de produção do pensamento. Em diálogo com Gramsci, Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos, defende-se que a elaboração filosófica não se restringe aos espaços acadêmicos nem às tradições escritas. A experiência, a memória e a oralidade também produzem interpretações sistemáticas sobre a vida, a justiça, a natureza e a organização coletiva. Nessa perspectiva, Dona Raimunda pode ser compreendida como uma filósofa da experiência, cuja

reflexão emerge do cotidiano das comunidades extrativistas e da luta pela defesa dos babaçuais.

A principal contribuição desta pesquisa está, portanto, no deslocamento do olhar sobre a presença de Dona Raimunda no rádio: de objeto de registro jornalístico para sujeito de uma elaboração própria sobre a realidade. Ao tomar suas falas como fonte de reflexão e não apenas como testemunho de acontecimentos, o estudo evidencia como a experiência das quebradeiras pode produzir categorias de interpretação sobre palavra, liderança, território, trabalho e luta. O arquivo radiofônico permite observar a recorrência dessas formulações ao longo do tempo e, desse modo, constitui não apenas fonte para a reconstrução de uma trajetória, mas também documento para o estudo de formas não acadêmicas de produção do pensamento.

Os resultados também evidenciam uma contribuição ainda pouco explorada da comunicação pública. Mais do que informar sobre acontecimentos ou divulgar reivindicações dos movimentos sociais, o *Viva Maria* constituiu, ao longo de sua trajetória, um espaço de registro, preservação e circulação de saberes produzidos por mulheres historicamente excluídas dos arquivos oficiais. Ao registrar sucessivas entrevistas, depoimentos e canções de Dona Raimunda, o programa preservou não apenas a memória de uma liderança social, mas uma forma de pensamento construída na experiência e transmitida pela palavra falada.

A análise também permite observar uma dimensão específica da comunicação pública: a preservação de registros nos quais sujeitos historicamente afastados dos espaços acadêmicos de produção do conhecimento formulam interpretações sobre sua própria realidade. No caso de Dona Raimunda, o acervo do *Viva Maria* permite acompanhar a recorrência dessas formulações ao longo de diferentes momentos e reconhecer a oralidade não apenas como forma de transmissão de experiências, mas como espaço de elaboração do pensamento.

O *corpus* analisado, contudo, corresponde às quatorze edições localizadas em que foi identificada a participação direta de Dona Raimunda e não pretende esgotar sua produção oral ou sua trajetória. Outras gravações e documentos poderão ampliar ou tensionar as categorias identificadas. Ainda assim, os registros analisados mostram que a experiência das quebradeiras de coco pode constituir fonte para a compreensão de formas de pensamento produzidas no cotidiano, nas relações comunitárias e nas lutas sociais.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

DEMORI, Leandro. **DR com Demori: entrevista com Mara Régia**. TV Brasil, 2 jan. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VXpwiiobR6Y. Acesso em: 10 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed., 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. p. 269–279.

PAIXÃO, Cláudio Chaves. **Viva Maria: o rádio a serviço da igualdade de gênero**. 2013. 96 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2013.

PERNA, Mara Régia. Viva Maria: uma rádio mulher a todo volume. In: RÉGIA, Mara *et al.* **Como trabalhar com mulheres**. Coleção Fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25–39, fev. 1997. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11233/8240. Acesso em: 20 jul. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71–94, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250047951_Para_alem_do_pensamento_abissal_das_linhas_globais_a_uma_ecologia_de_saberes. Acesso em: 28 jul. 2026.

SILVA, Ellis Regina Araújo da. **Gênero e feminismo no rádio: o programa Viva Maria da Rádio Nacional**. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho História da Mídia Sonora do 10° Encontro Nacional de História da Mídia, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1FEba1cQO1b2VsMF9bqVAo5zIwb82go39/view. Acesso em: 4 mar. 2026.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Tradução de Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Capítulo 9

A história da televisão em Rondônia: do pioneirismo ao panorama atual

Logan Leudo Peixoto da Silva dos Santos Bastista
Valmir Teixeira de Araujo

A televisão constitui-se como um importante meio de comunicação para a sociedade, para além do entretenimento e assumindo diferentes papéis nos âmbitos local, regional e nacional. Como observa Bucci (1997), a televisão também participa dos processos de identificação e de construção de sentidos compartilhados, tornando-se parte do cotidiano e da experiência social. Nesse sentido, compreender a trajetória da televisão em contextos regionais é importante para perceber como esse meio se desenvolveu e passou a fazer parte das dinâmicas comunicacionais e sociais de diferentes territórios.

Este estudo faz parte dos resultados voltados à construção do Mapa da Mídia de Rondônia - edição 2026[24], por meio de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos em Comunicação Regional e Interseccionalidades (Gecori), da Universidade Federal de Rondônia (Unir). A proposta busca reunir e organizar informações sobre os meios de comunicação presentes no estado, contribuindo para o registro e a compreensão da formação da mídia regional. Neste capítulo, o foco está voltado para a televisão, apresentando um levantamento mais amplo das emissoras que atuaram ou ainda atuam em Rondônia, tendo Porto Velho como ponto de partida em razão de sua importância na estruturação da televisão no estado.

[24] O Mapa da Mídia de Rondônia reúne informações sobre os meios de comunicação no estado, contribuindo para o registro e a compreensão da mídia regional. Disponível em: https://gecori.unir.br/pagina/exibir/28831.

A escolha de Porto Velho como foco inicial está relacionada à própria trajetória de formação da televisão rondoniense. A capital é o município mais antigo de Rondônia, criado oficialmente em 2 de outubro de 1914, mas com a formação do núcleo urbano iniciada em 1907, a partir das obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A partir desse processo, Porto Velho passou a ocupar uma posição de destaque na organização política e administrativa da região, sendo posteriormente a capital do Território Federal do Guaporé (1943-1956), do Território Federal de Rondônia (1956-1981) e, a partir de 1981, do estado de Rondônia. É nesse contexto de centralidade política, administrativa e econômica que Porto Velho se constituiu também como espaço de instalação das primeiras emissoras de televisão do estado.

Importa destacar que já discutimos parte da trajetória da televisão em Rondônia em trabalhos anteriores, como em Batista, Prestes e Araújo (2026), em que abordamos especificamente o pioneirismo da TV Cultura, canal 11, e em Batista e Araújo (2026), que apresentaram um primeiro mapeamento das emissoras de televisão de Porto Velho. Contudo, neste trabalho, a proposta é ampliar esse olhar, ultrapassando os limites da capital para avançar na compreensão da presença e da trajetória das emissoras de televisão em diferentes municípios de Rondônia.

A pesquisa possui caráter exploratório, considerando a necessidade de reunir e organizar informações ainda pouco sistematizadas sobre a televisão em Rondônia. Conforme Gil (2002, p. 41), esse tipo de pesquisa busca o “aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”, sendo adequado para uma maior aproximação com temas ainda pouco investigados. Nesse sentido, o estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, buscando reunir referências sobre televisão, comunicação regional e história da mídia, além de registros relacionados à implantação, funcionamento e trajetória das emissoras de televisão no estado. As informações foram organizadas de forma cronológica,

permitindo identificar mudanças, permanências e transformações ao longo do tempo.

O levantamento foi realizado durante o segundo semestre de 2025, por meio de diferentes fontes, como Google, Microsoft Bing, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes, Repositório da Unir, redes sociais, sites de notícias e páginas das próprias emissoras. Também foram consultadas bases como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Portal BSD e Line-UP. A Wikipédia foi utilizada apenas como ponto de partida para a identificação de emissoras e informações que posteriormente foram conferidas e ampliadas em outras fontes. Em alguns casos, foi necessário recorrer a pesquisadores da Unir e profissionais do jornalismo de Porto Velho para esclarecer informações que não estavam disponíveis ou que apresentavam divergências. A busca também revelou dificuldades, especialmente diante da ausência de registros sistematizados e das limitações de alguns acervos e bases de consulta, o que tornou necessário o cruzamento de diferentes fontes.

Para a organização do levantamento, foram consideradas informações como nome da emissora, situação (em atividade ou extinta), razão social, canal analógico e digital, ano de início das atividades e possíveis nomes anteriores. Não foram incluídos na listagem principal canais do YouTube e plataformas de streaming, por se tratarem de espaços digitais que, em geral, não apresentam a programação televisiva em sua totalidade, mas conteúdos específicos ou transmissões pontuais. A exceção é a Rede Amazônica, que possui programação local disponibilizada também pelo Globoplay, mas que foi considerada neste estudo a partir de sua atuação como emissora de televisão. Dessa forma, o levantamento foi construído pelo cruzamento de diferentes fontes e constitui uma base inicial para a organização da história da televisão em Rondônia e para a construção do Mapa da Mídia de Rondônia, desenvolvido pelo Gecori.

Para desenvolver essa discussão, o trabalho está organizado em quatro partes. A primeira apresenta uma discussão sobre a televisão e sua

importância. Em seguida, é apresentada uma parte específica sobre a TV Cultura e seu pioneirismo na televisão do estado. A terceira parte traz um panorama histórico da televisão em Porto Velho, buscando reunir e organizar a trajetória das emissoras ao longo do tempo. Por fim, apresenta-se um panorama da televisão em Rondônia a partir de outros quatro municípios mais populosos (IBGE, 2023), após a capital, sendo eles Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena.

Uma breve reflexão sobre a televisão

A compreensão de TV parte do contexto em que o termo é utilizado, podendo fazer referência a um sistema, a um aparelho, a uma empresa, a uma emissora ou à própria mídia. A televisão mencionada ao longo deste trabalho refere-se, em sua maior parte, às emissoras que atuam ou atuaram em âmbito regional, especificamente no território de Rondônia. Ainda assim, em determinados momentos, o termo TV poderá assumir outros sentidos, sem que isso represente uma ruptura com a discussão apresentada. Como explica Bucci (1997), a televisão vai além do entretenimento destinado às massas, constituindo-se também como um sistema de comunicação e identificação, presente nas dimensões local, regional e nacional.

Essa dimensão também pode ser observada a partir das reflexões de Bourdieu (1997) sobre a televisão e, de maneira mais ampla, sobre as condições de produção do discurso jornalístico. Para o autor (1997) amplia essa reflexão ao discutir os próprios agentes que participam da televisão, incluindo cientistas, escritores e jornalistas. A televisão, nesse sentido, não deve ser compreendida somente pelo conteúdo que apresenta, mas também pelas relações e interesses que envolvem sua produção. Essa perspectiva ajuda a perceber que a escolha do que será mostrado, de quem terá espaço para falar e de quais acontecimentos receberão atenção está inserida em determinadas condições sociais e profissionais.

É importante também considerar que os conceitos de televisão local e televisão regional não são necessariamente simples de separar.

Inicialmente, buscava-se estabelecer uma distinção mais direta entre esses dois termos, mas a própria literatura demonstra que existem diferentes fatores envolvidos nessa definição. Questões relacionadas à identidade, ao espaço geográfico, à produção de conteúdo e à forma como cada emissora se relaciona com seu público podem aproximar ou afastar esses conceitos. Por isso, uma discussão mais aprofundada sobre essas diferenças poderá ser desenvolvida em estudos futuros, considerando também as contribuições de autores como Volpato (2009).

Ao tratar especificamente das emissoras afiliadas às grandes redes nacionais, é preciso ter certo cuidado ao classificá-las diretamente como televisão regional. Como observa Volpato (2009, p. 6), "uma TV regional é, em geral, uma 'emissora' local e não uma rede". Embora uma emissora regional possa apresentar características diferentes de uma emissora local, a veiculação de conteúdos regionais apenas nos horários determinados pela chamada "cabeça de rede" também levanta questões sobre o espaço destinado às manifestações e acontecimentos locais. São justamente nesses horários de "periféricos", que muitas emissoras afiliadas conseguem apresentar uma programação mais próxima da realidade regional (Volpato, 2009).

No caso das emissoras afiliadas, as chamadas emissoras geradoras são responsáveis pela produção e transmissão de conteúdos em âmbito nacional, enquanto as afiliadas recebem parte dessa programação e também produzem conteúdos próprios. Jokura (2011, s.p.) explica que essas emissoras estão presentes "nas capitais que não têm geradoras e nas cidades medianas" e que, embora repassem o sinal de uma emissora, precisam, por determinação legal, preencher parte da programação com conteúdo regional. Essa dinâmica apresenta algumas semelhanças com as retransmissoras, mas há uma diferença importante: a retransmissora tem como função principal repetir o conteúdo da emissora de origem, geralmente de forma simultânea.

Outro aspecto que merece atenção é o uso da palavra “canal”, que pode apresentar mais de um significado quando se fala sobre televisão. O termo pode indicar uma faixa de frequências destinada à transmissão de sinais de rádio ou televisão, evitando interferências entre estações, mas também é utilizado cotidianamente como referência à própria emissora de televisão (Michaelis, 2026, s.p.). Atualmente, os canais de televisão podem ser compreendidos a partir de diferentes características técnicas, entre elas o canal virtual, o analógico e o digital. O canal virtual corresponde à numeração apresentada ao telespectador, mantendo relação com a identificação da emissora no sistema digital, enquanto a transmissão analógica utiliza a faixa VHF (Frequência Muito Alta) e a transmissão digital utiliza, em grande parte, a faixa UHF (Frequência Ultra Alta), possibilitando melhor qualidade de imagem e som.

A relação entre televisão e acontecimentos de grande alcance também ajuda a compreender o início da história desse meio em Rondônia. Ao afirmar que “diante da tela, os brasileiros torcem unidos nos eventos desportivos [...]” (Bucci, 1997, p. 11), o autor chama atenção para a capacidade da televisão de reunir pessoas em torno de acontecimentos que ultrapassam os limites locais. Esse aspecto ajuda a compreender uma passagem importante do pioneirismo da televisão em Rondônia, especialmente em Porto Velho.

O pioneirismo da tv cultura

A história da televisão em Rondônia está relacionada a um processo mais amplo de formação da comunicação em Porto Velho. Antes mesmo da criação do estado, em 1981, a capital já havia construído uma trajetória marcada pela circulação de jornais, pelo rádio e, posteriormente, pela televisão. A formação de Porto Velho, oficializada em 1914, esteve diretamente ligada à exploração da seringueira e à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, processo que contribuiu para o desenvolvimento de diferentes formas de comunicação na região. Ainda na década de 1910, surgiram os primeiros jornais impressos da cidade,

publicados em português e inglês, em um período que Martins e Colferai (2020) identificam como parte da chamada Imprensa da Borracha. Esse movimento inicial ajuda a compreender que a chegada da televisão não ocorreu de maneira isolada, mas deu continuidade a uma trajetória de formação da mídia local.

No rádio, esse processo também ganhou importância. Em meados da década de 1940, quando a região ainda era denominada Território Federal do Guaporé, o governo instalou a Rádio Difusora Guaporé, com a proposta de estabelecer uma ligação entre a capital e outras localidades do território (Santiago e Rocha, 2020). Embora suas atividades tenham sido interrompidas posteriormente, a experiência radiofônica abriu caminho para outras iniciativas. Na década de 1960, surgiu a Rádio Caiari, emissora que permanece em atividade e que se tornou uma referência na história do rádio em Porto Velho. O nome tem origem indígena, Kaai Ia Ri, traduzido como “Rio das Madeiras” (Fontes, 2025). É nesse percurso, marcado inicialmente pela imprensa e depois pelo rádio, que deve ser compreendida a chegada da televisão a Rondônia.

Como já apontamos em Batista, Prestes e Araújo (2026), o pioneirismo da televisão em Rondônia precisa ser situado em 1974, quando Porto Velho ainda fazia parte do Território Federal de Rondônia. Naquele momento, a televisão aberta já havia se expandido para diferentes regiões do país e começava a ocupar um espaço cada vez maior no cotidiano da população. A chegada desse novo meio representava, portanto, não apenas uma novidade tecnológica, mas também uma mudança na maneira como os moradores da capital poderiam acompanhar acontecimentos nacionais e, ao mesmo tempo, produzir e consumir conteúdos relacionados à própria realidade local.

É nesse contexto que aparece a TV Cultura, canal 11, criada em junho de 1974 e apontada como a primeira emissora de televisão a operar em Porto Velho (Fernandes, 2016; Menezes, 1984). O registro é particularmente importante porque a emissora iniciou suas atividades sete anos antes da

criação do estado de Rondônia. Como discutido em Batista, Prestes e Araújo (2026), esse pioneirismo acabou sendo pouco conhecido e, em alguns registros posteriores, a TV Cultura sequer aparece como a primeira experiência televisiva do território. A emissora também não deve ser confundida com outra TV Cultura, sob a manutenção da Fundação Padre Anchieta, que viria a operar no estado posteriormente.

A implantação da TV Cultura esteve relacionada ao esforço do governo do então Território Federal de Rondônia para colocar a televisão em funcionamento em Porto Velho. A iniciativa contou com o apoio da Rede Globo, inclusive no fornecimento de aparelhos que foram cedidos ou descartados para viabilizar a recepção dos sinais e a experiência televisiva na cidade (Albuquerque, 2026a, 2026b; Conde, 2012; Menezes, 1984). A transmissão também envolveu a instalação de estrutura própria para a produção local, com estúdios montados no Salão Nobre do Palácio Presidente Vargas.

O historiador, jornalista e memorialista Anísio Gorayeb (2020) atribui papel importante a Dilson Machado Fernandes[25] na instalação da emissora e registra a participação de uma equipe formada por Nelson Townes de Castro, Dimas Queiroz de Oliveira, Ciro Pinheiro, Jussara Gottlieb, Fernando Otavio Barbosa, Nelze Lins Guimarães, entre outros. Segundo Gorayeb (2020, s.p.), a implantação da emissora "se tornou realidade" graças ao trabalho de Dilson Machado, que coordenou sua instalação, contando ainda com o apoio do governador do Território de Rondônia, João Carlos Marques Henriques. Esses registros ajudam a recuperar não apenas a existência da emissora, mas também algumas das pessoas envolvidas na construção daquela primeira experiência televisiva em Porto Velho.

Apesar de sua importância, a trajetória da TV Cultura foi bastante curta. A emissora iniciou suas transmissões em junho de 1974 e encerrou

[25] Chefe da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas no governo do Coronel João Carlos Marques Henriques Netto, Dilson chegou ao Território Federal de Rondônia vindo do Rio de Janeiro como Oficial de Gabinete no primeiro mandato de Marques Henriques, em 1969 (Fernandes, 2010).

suas atividades em setembro do mesmo ano. De acordo com os registros encontrados, o encerramento esteve relacionado à chegada da TV Rondônia, instalada pelo grupo empresarial Rede Amazônica de Televisão, de Manaus (Fernandes, 2010; Freires, 2021; Townes, 2007). O período de funcionamento da TV Cultura foi, portanto, de apenas alguns meses. Ainda assim, sua existência representa um marco importante para a história da televisão rondoniense, principalmente por ter antecedido a criação do próprio estado.

A curta trajetória da emissora também ajuda a explicar parte das dificuldades encontradas para reconstruir sua história. Como já observado em Batista, Prestes e Araújo (2026), o levantamento bibliográfico revelou lacunas e informações que nem sempre coincidem entre si. Em alguns casos, os registros disponíveis parecem ter sido reproduzidos ao longo do tempo sem uma verificação mais aprofundada, fazendo com que determinadas versões fossem incorporadas à história da televisão rondoniense sem que sua origem pudesse ser confirmada. Por isso, a reconstrução desse período exigiu o cruzamento de diferentes fontes e a atenção às informações que apresentavam divergências.

Um dos casos que merece atenção é o texto produzido por Nelson Townes (2007), que registra a trajetória da extinta TV Cultura, mas em diferentes momentos se refere à emissora como “TV Educativa de Rondônia, canal 11, que tinha transmissor e um estúdio improvisado no salão nobre do Palácio Presidente Vargas” (2007, s. p.). O próprio autor explica que “para poder ir pro ar tinha que ter o nome de Educativa - já que, de qualquer forma, era uma estação de TV do governo” (Townes, 2007, s. p.). A denominação, entretanto, não aparece da mesma maneira nas demais fontes consultadas. Isso não significa necessariamente que o relato esteja incorreto, mas indica uma informação que ainda precisa ser melhor esclarecida, especialmente porque se trata de uma narrativa construída a partir da memória de quem vivenciou aquele período.

Outro exemplo aparece na dissertação de Edileuson Almeida (2003), que afirma que “a televisão chegou na década de 70, com a inauguração da TV Rondônia (Rede Amazônica de Televisão), em 1974” (p. 67). A informação desconsidera a experiência anterior da TV Cultura e evidencia como determinadas lacunas podem contribuir para a reprodução de versões incompletas sobre a história da televisão em Rondônia.

Assim, o pioneirismo da TV Cultura precisa ser compreendido não apenas como uma questão de quem foi a primeira emissora, mas como parte de um processo maior de formação da televisão e da comunicação regional (Batista, Prestes e Araújo, 2026). A experiência de 1974 foi breve, mas deixou marcas na memória de quem acompanhou aquele momento e abriu caminho para a instalação de outras emissoras. Ao mesmo tempo, a dificuldade de localizar documentos e informações precisas demonstra que ainda há muito a ser recuperado sobre os primeiros anos da televisão em Rondônia. Nesse sentido, retomar a trajetória da TV Cultura é também uma forma de valorizar as pessoas envolvidas naquele pioneirismo e contribuir para que essa parte da história da comunicação regional não permaneça restrita à memória de poucos.

Panorama histórico da televisão em porto velho

A terceira parte deste estudo apresenta um panorama histórico da televisão em Porto Velho, buscando reunir e organizar informações sobre a trajetória das emissoras ao longo do tempo. Neste segmento, são abordados apontamentos históricos sobre a televisão em Rondônia, a relação das emissoras identificadas no levantamento e, não menos importante, o desenvolvimento do Mapa da Mídia de Rondônia, construído a partir das informações reunidas pela pesquisa.

Considerando o que afirma Bucci (1997, p. 11), ao destacar que “diante da tela, os brasileiros torcem unidos nos eventos desportivos [...]”, é possível perceber como o esporte esteve relacionado à expansão da televisão no Brasil e também ao processo de implantação desse meio em Rondônia. Em Porto Velho, esse aspecto aparece de maneira significativa no

pioneirismo da televisão. O então governador do Território Federal de Rondônia, coronel João Carlos Marques Henriques Netto, motivado pela realização da Copa do Mundo de 1974, articulou com sua equipe de Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP) a transmissão dos jogos na capital. A iniciativa, além de possibilitar o acompanhamento do evento esportivo, contribuiu para a produção de uma programação local e para a comercialização de aparelhos televisores em Porto Velho (Fernandes, 2010).

Foi nesse contexto que surgiu a TV Cultura. Segundo Nelson Townes (2007), a TV Cultura era, na prática, uma televisão educativa, uma vez que "Para poder ir pro ar tinha que ter o nome de Educativa - já que, de qualquer forma, era uma estação de TV do governo" (s. p.). Essa informação, contudo, não foi confirmada pelas demais fontes utilizadas nesta pesquisa. O levantamento identificou uma experiência efetivamente denominada TV Educativa Mamoré Madeira, criada pelo então secretário de Cultura, Esportes e Turismo (SECET), padre Vitor Ugo, juntamente com o secretário adjunto, professor Isaías Vieira da Costa. Essa emissora iniciou suas atividades em 1986 e encerrou as transmissões em 1991, permanecendo em funcionamento durante aproximadamente cinco anos (Bertagna, 2012).

Ainda no levantamento histórico sobre a televisão em Porto Velho, a pesquisa identificou experiências mais recentes relacionadas à atuação de sites de notícias na produção de conteúdos televisivos ou audiovisuais. Entre os portais mais antigos e ainda em atividade na capital, destaca-se o Rondoniagora, que passou a utilizar a denominação TV Rondoniagora e iniciou transmissões em dezembro de 2012. Entretanto, não foi possível confirmar nas fontes consultadas, a data ou o motivo do encerramento dessas transmissões. Já o Rondoniaovivo.com passou a realizar transmissões em novembro de 2022 e permanece em atividade até o momento do levantamento.

O mapeamento histórico das emissoras de televisão de Porto Velho possibilitou, portanto, reunir e organizar informações que estavam dispersas em diferentes fontes. Para isso, foram consideradas categorias

que permitem identificar os canais, os nomes das emissoras, sua situação atual e suas respectivas afiliações. As tabelas foram organizadas inicialmente a partir do canal virtual e do nome fantasia, ou seja, o nome pelo qual a emissora é conhecida pelo público, diferenciando-o de sua razão social ou denominação empresarial. Essa organização facilita a identificação das emissoras e permite acompanhar as mudanças ocorridas ao longo de sua trajetória.

Tabela 1 – Emissoras afiliadas em atividade, extintas e sem sinal em Porto Velho

Canal Virtual	Nome Fantasia	Nome Antigo	Nome Social	Situação	Afiliada
4.1	Rede Amazônica Porto Velho	Tv Rondônia (1974-2015)	Rádio Tv Do Amazonas Ltda.	Ativo	Tv Globo
5.1	Boas Novas	Não Possui	Fundação Evangélica Boas Novas	Ativo	Rede
5.2	Rema Tv	Não Possui	Rio Madeira Rede De Televisão Ltda.	Ativo	Tv A Crítica
5.3	Rede Super	Não Possui	Canal 23 Ltda.	Ativo	Rede Super
6.1	Rede Mundial	Não Possui	Rbn - Rede Brasil Norte De Televisão Ltda.	Ativo	Tv Mundial
7.1	Tv Senado	Não Possui		Ativo	Rede Legislativa De Rádio E Tv
7.2	Tv Ale-Ro	Não Possui		Ativo	Rede Legislativa De Rádio E Tv
7.3	Tv Câmara	Não Possui		Ativo	Rede Legislativa De Rádio E Tv
9.1	Rondovisão	Tv Bandeirantes (2007-2011) / Tv Meridional (2011-2024)	Sistema Meridional De Comunicação Ltda.	Ativo	Band
10.1	Rondoniaovivo Tv - Meio Norte	Rede Evolução (2021-2022)	Televisão Cidade Verde S/A (2021)	Ativo	Rede Cidade Verde (2021)/ Rede Evolução (2022-????)/ Rede Meio Norte
11.1	Sic Tv	Tv Candelária	Sistema Imagem De Comunicação	Ativo	Record

		(1991-2015)	Tv Candelária Ltda.		
13.1	Tv Norte Rondônia	Tv Allamanda (1988-2024)	Tv Allamanda Ltda.	Ativo	Sbt
17.1	Rede Tv! Rondônia	Não Possui	Rede De Rádio E Televisão Tiradentes Ltda. (2003-2025)/ Rede De Comunicação Cidade Ltda./ Sistema Gurgacz De Comunicação Ltda.	Ativo	Rede Tv!
19.1	Rede Vida	Não Possui	Televisão Independente De São José Do Rio Preto Ltda.	Ativo	Rede Vida
19.2	Rede Vida +	Não Possui		Ativo	Rede Vida
19.3	Rede Vida Educação	Não Possui		Ativo	Rede Vida Educação
21.1	Rtn Tv	Não Possui	Clj Comunicações Ltda.	Ativo	Tv A Crítica
21.2	Rede Gênesis	Não Possui		Ativo	Rede Gênesis/ Boas Novas
22.1	Amazon Sat	Não Possui	Amazônia Cabo Ltda.	Ativo	Amazon Sat
25.1	Tv Cultura	Tv Maíra (1991-2016)/ Tv Gazeta Rondônia (2017-2018)	Rádio E Tv Maíra Ltda.	Ativo	Tv Cultura
27.1	Tv Pai Eterno	Não Possui	Tv Serra Azul Ltda.	Ativo	Rede
29.1	Tv Do Povo	Tv Maíra/ Tv Jornet		Ativo	Rede Meio Norte
31.1	Record News Ro	Não Possui	Rádio Candelária Fm Ltda.	Ativo	Record News
33.1	Tv Aparecida	Não Possui	Eldorado Sistema De Televisão Ltda./ Fundação Nossa Senhora Aparecida	Ativo	Rede Aparecida De Comunicação
34.1	Cnt - Tv Universal	Não Possui	Rádio E Televisão Om Ltda.	Ativo	Rede Cnt – Central Nacional De Televisão
35.1	Tv Unir	Não Possui	Empresa Brasil De Comunicação S.A. - Ebc	Ativo	Rede Nacional De Comunicação Pública (Rncp)/ Tv Brasil
35.2	Canal Gov	Não Possui	Empresa Brasil De Comunicação S.A. - Ebc	Ativo	Tv Pública
35.3	Canal Educação	Não Possui	Empresa Brasil De Comunicação S.A. -	Ativo	Tv Pública

			Ebc		
35.4	Canal Saúde	Não Possui	Cooperativa De Trabalho De Produção Audiovisual De Saúde, Saneamento E Meio-Ambiente Ltda. (Coopas)/ Fundação Oswaldo Cruz	Ativo	Canal Saúde
39.1/38.1	Tv Capital	Rede Brasil		Ativo	Rede Brasil De Televisão
46.1	Rit	Não Possui	Televisão Cidade Modelo Ltda.	Ativo	Rede Internacional De Televisão
47.1	Tv Sul Bahia	Não Possui	Televisão Sul Bahia De Teixeira De Freitas Ltda.	Ativo	Rit Notícias
	Tv Cultura De Porto Velho/ Tv Educativa De Rondônia			Extinto	
	Tv Alto Madeira			Extinto	
	Tv Madeira-Mamoré			Extinto	Tve Brasil (2003-2007)/ Tv Brasil (2007-2014)/ Tv Cultura (2014-2015)
	Rede Brasil Norte			Extinto	Rede Manchete (1988-1997)/ Cnt (1998-1999)/ Rede Boas Novas (1999-2007)/ Tv Diário (2007-2009)/ Ngt (2009-2011)/ Rede 21 (2011-2015)
	Tv Nacional			Extinto	Radiobrás
7.3	Tv Câmara De Porto Velho			Extinto	Rede Legislativa De Rádio E Tv
38.1	Rondoniagora tv			Extinto	Rede Brasil
8.1	Tv8 Porto Velho			Sem Sinal	Tv8

Fonte: elaborado pelos autores (2026)

A Tabela 1 apresenta as 40 emissoras identificadas no levantamento, distribuídas de acordo com sua situação e afiliação. Foram consideradas três situações: ativo, para as emissoras em funcionamento; extinto, para aquelas que encerraram suas atividades; e sem sinal, para o caso em que não foi identificada transmissão no período do levantamento, sem que fosse possível determinar uma razão específica para essa ausência. A organização também evidencia as diferentes afiliações pelas quais algumas emissoras passaram ao longo do tempo, revelando as mudanças ocorridas na estrutura da televisão local.

Para complementar essas informações, das 40 emissoras identificadas, tanto em números absolutos quanto em porcentagem. Observa-se a predominância das emissoras em atividade, com 32 casos (80,0%), enquanto sete emissoras (17,5%) tiveram suas transmissões encerradas e uma (2,5%) encontra-se sem sinal. Os dados oferecem, assim, um retrato da presença atual e histórica das emissoras de televisão em Porto Velho, ao mesmo tempo em que permitem visualizar as permanências e transformações ocorridas nesse meio de comunicação.

O levantamento bibliográfico e documental possibilitou, dessa maneira, recuperar informações sobre as primeiras experiências televisivas de Rondônia, com atenção especial para Porto Velho, bem como perceber a importância do esporte no processo de implantação da televisão, acompanhar mudanças e permanências das emissoras e organizar informações que contribuíram para a construção do Mapa da Mídia de Rondônia. Nesse sentido, a pesquisa não se limitou à identificação das emissoras atualmente em funcionamento, mas procurou compreender parte de sua trajetória e registrar experiências que também fazem parte da memória da televisão regional.

O desenvolvimento da pesquisa também proporcionou uma experiência importante para a formação acadêmica do autor Logan Batista, especialmente no que se refere ao processo de realização de uma investigação científica. O levantamento permitiu vivenciar as dificuldades

presentes na busca por informações históricas, sobretudo diante da ausência de registros sistematizados e das divergências encontradas entre diferentes fontes e pesquisadores. Ao mesmo tempo, evidenciou a importância de registrar, organizar e divulgar os resultados dessas investigações, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre a história da comunicação em Rondônia.

A elaboração e disponibilização do mapa cartográfico da mídia constitui outro resultado relevante do trabalho. A iniciativa contribui para a organização e visualização de informações sobre os meios de comunicação presentes no estado, representando uma contribuição tanto para a universidade quanto para a comunidade externa. No caso específico da televisão, o mapeamento permite identificar e tornar mais visível a presença dos veículos de imprensa televisiva, suas características e suas transformações ao longo do tempo.

Por fim, os resultados apresentados não encerram as possibilidades de investigação sobre a televisão em Rondônia. Permanecem lacunas documentais e questões que podem ser aprofundadas em pesquisas posteriores, especialmente em relação à história das emissoras, aos profissionais que participaram de sua implantação e às transformações da televisão regional. Nesse sentido, o levantamento constitui uma base inicial para novos estudos, podendo contribuir para trabalhos de conclusão de curso, resumos e artigos científicos, matérias jornalísticas e atividades relacionadas a disciplinas como Telejornalismo e História da Comunicação.

Panorama da televisão em interior de Rondônia

Para ampliar o olhar sobre a televisão em Rondônia para além da capital, este estudo apresenta um panorama de outros quatro municípios que ocupam posição de destaque na organização territorial e urbana do estado: Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal. Todos estão localizados ao longo da BR-364, importante eixo de circulação e integração de Rondônia, que conecta diferentes regiões do estado e contribui para a concentração de atividades econômicas, políticas e sociais em seu entorno. Essa

centralidade também se expressa na dimensão populacional: segundo o IBGE (2023), com base no Censo Demográfico 2022, Ji-Paraná possuía 124.333 habitantes, Ariquemes 96.833, Vilhena 95.832 e Cacoal 86.887. Juntos, esses municípios, somados a Porto Velho, com 460.434 habitantes, formam o principal conjunto populacional de Rondônia, que contava com uma população de 1.581.196 habitantes no censo de 2022.

A escolha desses municípios para o panorama da televisão está, portanto, relacionada não apenas ao número de habitantes, mas também à importância que exercem em diferentes regiões de Rondônia. Ji-Paraná ocupa uma posição central na porção leste do estado; Ariquemes se destaca na região do Vale do Jamari; Cacoal possui papel relevante na região central; e Vilhena, localizada no sul de Rondônia, estabelece uma importante conexão com os estados de Mato Grosso e com o restante do estado por meio da BR-364. Observar a presença e a trajetória das emissoras nesses municípios permite ampliar a compreensão da televisão rondoniense para além de Porto Velho, identificando como o meio se organiza em diferentes territórios e como as emissoras participam da construção da comunicação regional.

Em conformidade com dados do Mapa da Mídia de Rondônia, depois de Porto Velho, quatro municípios se destacam pela presença de emissoras de televisão: Ji-Paraná, com 12 canais; Ariquemes, com 9; Vilhena, com 7; e Cacoal, com 6. A concentração nesses municípios acompanha, em certa medida, sua importância populacional e urbana no estado e reforça o papel que exercem na circulação de informações em diferentes regiões de Rondônia.

Em Ji-Paraná, foram identificados 12 canais de televisão, o maior número entre os municípios do interior considerados neste recorte. A presença dessas emissoras acompanha a importância do município como um dos principais centros urbanos de Rondônia e como ponto de articulação entre diferentes localidades do estado. A televisão, nesse contexto, contribui para colocar em circulação informações sobre

acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais que fazem parte da vida da população local e das cidades próximas.

Ariquemes aparece em seguida, com 9 canais identificados. Localizado na região do Vale do Jamari e também atravessado pela BR-364, o município exerce uma função importante na articulação dessa região. A presença de diferentes canais de televisão demonstra que a comunicação televisiva também encontrou espaço fora da capital, acompanhando o crescimento e a consolidação de centros urbanos do interior. As emissoras atuam, assim, como espaços de divulgação de acontecimentos locais e de aproximação entre os municípios e suas comunidades.

Em Vilhena, foram identificados 7 canais. Situada no sul do estado e também integrada ao eixo da BR-364, a cidade possui uma posição estratégica na ligação de Rondônia com outras regiões do país. Essa localização ajuda a compreender sua importância econômica e urbana e também a presença de meios de comunicação voltados à população local. A televisão participa desse processo ao produzir e distribuir conteúdos relacionados ao cotidiano do município e aos acontecimentos que repercutem na região.

Cacoal, por sua vez, apresentou 6 canais no levantamento. O município ocupa posição de destaque na região central de Rondônia e, assim como os demais municípios analisados, possui sua dinâmica diretamente relacionada ao eixo da BR-364. A presença das emissoras revela a existência de uma estrutura televisiva que ultrapassa Porto Velho e se distribui pelos principais centros urbanos do interior. Mesmo quando vinculadas a redes ou grupos maiores, essas emissoras mantêm uma relação com o território em que estão instaladas e participam da circulação de informações sobre a realidade local.

Considerados em conjunto, os quatro municípios apresentam 34 canais de televisão identificados no levantamento, número que evidencia a importância do interior na composição da televisão rondoniense. Embora a

capital concentre uma parcela significativa das emissoras, com um total de 32 emissoras de televisão, a presença de canais em Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal demonstra que a televisão também se estruturou em outros centros urbanos do estado. Esses dados reforçam o destaque da TV regional, conforme observa Volpato (2009, p. 6).

Esse movimento acompanha a própria formação territorial de Rondônia e a consolidação de municípios que passaram a exercer funções importantes na organização econômica, política e social de suas respectivas regiões. Assim, é importante considerar, contudo, que a existência de canais de televisão não significa necessariamente uma produção inteiramente local. Parte das emissoras está vinculada a grandes redes nacionais ou funciona por meio de sistemas de afiliação, o que faz com que a programação seja composta por conteúdos produzidos em diferentes escalas. Ainda assim, mesmo inseridas nessas estruturas, as emissoras locais e regionais podem reservar espaços para acontecimentos, personagens e questões que dizem respeito diretamente às comunidades onde estão presentes. É justamente nessa relação entre o conteúdo nacional, regional e local que a televisão se torna um elemento importante para compreender a comunicação em Rondônia.

Considerações finais

A história da televisão em Rondônia ainda apresenta muitos espaços a serem preenchidos, mas ao longo deste estudo, foi possível perceber que a chegada da televisão ao território rondoniense não deve ser compreendida apenas como a instalação de um novo equipamento ou de uma nova emissora, mas como parte de um processo mais amplo de formação da comunicação regional. Antes da televisão, Porto Velho já possuía uma trajetória marcada pela imprensa e pelo rádio e, posteriormente, passou a incorporar a televisão como um novo espaço de informação, entretenimento e representação da realidade local. Assim,

compreender essa televisão regional e local também significa olhar para a própria formação histórica e territorial do estado.

O levantamento realizado permitiu confirmar a importância da TV Cultura como experiência pioneira da televisão em Porto Velho e, consequentemente, em Rondônia. Sua implantação, em junho de 1974, ocorreu ainda durante o período do Território Federal de Rondônia, sete anos antes da criação do estado. Como já discutimos em Batista, Prestes e Araújo (2026), esse pioneirismo nem sempre aparece nos registros posteriores sobre a televisão rondoniense, o que demonstra a necessidade de recuperar e confrontar diferentes fontes para reconstruir essa trajetória. Mesmo tendo permanecido no ar por poucos meses, a TV Cultura representa um marco importante, pois revela que a televisão já fazia parte dos projetos de comunicação e de modernização de Porto Velho antes da criação do estado.

A relação entre a implantação da televisão e a Copa do Mundo de 1974 também chama atenção. A necessidade de acompanhar um acontecimento esportivo de grande repercussão ajudou a impulsionar uma experiência que ultrapassou a simples transmissão dos jogos. A partir dela, houve a criação de uma programação local e a comercialização de aparelhos televisores na capital. A televisão começava, assim, a ocupar um espaço até então inexistente na vida cotidiana dos moradores de Porto Velho. A reflexão de Bucci (1997) sobre a capacidade da televisão de reunir os brasileiros diante da tela ajuda a compreender esse momento: o esporte funcionou como um elemento de aproximação entre a população e o novo meio, ao mesmo tempo em que abriu caminho para sua incorporação ao cotidiano local.

A pesquisa também mostrou que contar essa história não é uma tarefa simples. As informações sobre as primeiras emissoras estão espalhadas em livros, dissertações, sites, entrevistas, documentos e relatos de memória. Em alguns casos, essas fontes apresentam informações diferentes ou mesmo contraditórias. A denominação da própria TV Cultura

é um exemplo disso, especialmente diante do relato de Nelson Townes (2007), que a identifica também como uma televisão educativa. Da mesma forma, registros posteriores que apontam a TV Rondônia como a primeira emissora acabam deixando de mencionar a experiência anterior da TV Cultura. Essas diferenças não diminuem a importância das fontes encontradas; ao contrário, mostram a necessidade de confrontá-las e de compreender as condições em que cada registro foi produzido.

Nesse aspecto, o trabalho contribui para chamar atenção para uma questão que vai além da televisão: a preservação da memória da comunicação em Rondônia. Quando documentos desaparecem, quando acervos deixam de ser preservados ou quando as experiências de profissionais e pioneiros não são registradas, parte da história da mídia regional também corre o risco de desaparecer. Recuperar nomes, datas, emissoras, locais e acontecimentos, mesmo quando ainda existem lacunas, é uma maneira de contribuir para que essas experiências permaneçam acessíveis às próximas gerações de pesquisadores e à própria sociedade.

O mapeamento realizado em Porto Velho também permitiu perceber que a televisão não se limita às primeiras experiências históricas. O levantamento identificou 40 emissoras e canais relacionados à televisão no município, considerando diferentes situações, entre emissoras em atividade, extintas e sem sinal. Entre as emissoras identificadas, 32 estavam em atividade, correspondendo a 80% do total, enquanto sete haviam encerrado suas transmissões e uma encontrava-se sem sinal. Esses dados mostram uma presença significativa da televisão na capital e, ao mesmo tempo, revelam um cenário marcado por mudanças, substituições de nomes, alterações de afiliações e diferentes formas de organização das emissoras.

Ao ampliar o olhar para além de Porto Velho, o estudo também evidencia que a televisão rondoniense possui uma dimensão territorial que precisa ser considerada. Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal, os quatro municípios mais populosos depois da capital, apresentam juntos 34 canais

identificados no levantamento. A presença dessas emissoras acompanha a importância desses municípios na organização do estado e reforça o papel da televisão na circulação de informações em diferentes regiões de Rondônia. O fato de os quatro municípios estarem situados ao longo da BR-364 também ajuda a perceber como os meios de comunicação acompanham os principais eixos de circulação e desenvolvimento do território.

Esse panorama nos permite compreender que a televisão regional não pode ser analisada somente pelo número de canais existentes. É preciso também observar o tipo de programação produzida, as relações de afiliação, os espaços destinados aos conteúdos locais e as condições econômicas e profissionais que sustentam essas emissoras. Como discutido anteriormente, parte significativa da televisão regional está ligada a grandes redes nacionais. Isso faz com que a programação local conviva permanentemente com conteúdos produzidos em outras escalas. Ainda assim, os momentos destinados à realidade local podem representar espaços importantes para a visibilidade dos municípios, de seus acontecimentos e de suas populações.

A discussão sobre televisão local e regional também permanece como uma questão aberta. O levantamento mostrou que essas categorias nem sempre podem ser separadas de maneira rígida, uma vez que envolvem aspectos relacionados ao território, à identidade, à produção de conteúdo e à relação com o público. Nesse sentido, a contribuição de Volpato (2009) é importante para compreender as especificidades das emissoras que atuam fora dos grandes centros e que, muitas vezes, estão vinculadas a redes nacionais. Mais do que estabelecer uma classificação definitiva, este trabalho procurou reconhecer essa complexidade e registrar como essas emissoras se distribuem no território rondoniense.

Outro resultado importante foi a própria construção do Mapa da Mídia de Rondônia. O levantamento da televisão contribuiu para organizar informações que estavam dispersas e transformá-las em uma

representação mais acessível da presença dos meios de comunicação no estado. No caso da televisão, o mapa permite visualizar não apenas onde estão os canais, mas também perceber sua distribuição territorial e acompanhar mudanças que fazem parte da história da mídia rondoniense. Trata-se, portanto, de uma contribuição que pode ser útil tanto para pesquisadores quanto para estudantes, profissionais da comunicação e pessoas interessadas em conhecer a estrutura midiática de Rondônia.

Dessa forma, este trabalho não pretende apresentar uma história definitiva da televisão em Rondônia. O que se construiu aqui é um panorama inicial, resultado do cruzamento de diferentes fontes e de um esforço de organização de informações sobre emissoras que atuaram e atuam no estado. A própria dificuldade de encontrar registros sobre determinadas experiências demonstra que ainda existem muitas histórias a serem recuperadas. Há espaço, por exemplo, para aprofundar a trajetória de cada emissora, investigar a atuação dos profissionais que participaram dos primeiros anos da televisão, recuperar acervos audiovisuais e compreender as transformações ocorridas com a televisão digital e com a aproximação entre televisão, internet e plataformas digitais.

Por fim, compreender a história da televisão em Rondônia é também compreender parte da história social e cultural do próprio estado. Desde a experiência pioneira da TV Cultura, em 1974, até a diversidade de canais identificados atualmente, a televisão acompanhou diferentes momentos da formação de Rondônia e ajudou a dar visibilidade a acontecimentos, lugares e sujeitos do território. Assim, o levantamento representa uma contribuição para registrar essa trajetória e um ponto de partida para novas pesquisas. Ao reunir informações históricas e atuais com o Mapa da Mídia de Rondônia, busca-se colaborar para que a história da televisão regional seja mais conhecida, discutida e preservada.

Referências

ALBUQUERQUE, Lúcio. **A mídia eletrônica em RO (V) - a TV em RO, graças à Rede Globo.** Gente de Opinião, Porto Velho, 19 mar. 2026a.

Disponível em: https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/lucio-albuquerque/a-midia-eletronica-em-ro-v-a-tv-em-ro-gracas-a-rede-globo. Acesso em: 8 abr. 2026.

ALBUQUERQUE, Lúcio. **A mídia eletrônica em RO (VI) - com programa variado, o canal 11.** Gente de Opinião, Porto Velho, 20 mar. 2026b. Disponível em: https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/lucio-albuquerque/a-midia-eletronica-em-ro-vi-com-programa-variado-o-canal-11. Acesso em: 8 abr. 2026.

ALMEIDA, Edileuson Santos. **Imagens da Selva:** televisão e desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31546635/Televisao_Amazonia.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

BATISTA, Logan Leudo Peixoto da Silva dos Santos; ARAÚJO, Valmir Teixeira de. Mapeamento e apontamentos históricos sobre a história da Televisão em Porto Velho. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 49., 2026, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2026.

BATISTA, Logan Leudo Peixoto da Silva dos Santos; PRESTES, Evelyn Fernanda da Silva; ARAÚJO, Valmir Teixeira de. TV Cultura Rondônia: considerações sobre o pioneirismo e o esquecimento histórico. In: Encontro Regional Norte de História da Mídia, 8., 2026, [local]. **Anais** [...]. [S.l.]: ALCAR Norte, 2026.

BERTAGNA, Beto. **Dilma sanciona lei e finalmente Landell de Moura vira "Herói da Pátria".** Beto Bertagna a 24 quadros. 04 maio 2012. Disponível em: https://bertagna.wordpress.com/tag/tve-madeira-mamore/. Acesso em: 3 jun. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRASIL. **Serviços de Radiodifusão.** Agência Nacional de Telecomunicações. 15 ago. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/radiodifusao/servicos-de-radiodifusao. Acesso em: 04 jun. 2026.

BRASIL. **SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão.** Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp. Acesso em: 2 jun. 2026.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

CONDE, Evelyn Iris Leite Morales. Historiografia e comunicação: a inserção da mídia sonora como alternativa comunicacional em Rondônia. **Revista Labirinto**, ano 12, n. 17, p. 63-78, dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/download/965/1012/3407. Acesso em: 3 abr. 2026.

FERNANDES, Sandra Castiel. **TV Cultura de Porto Velho, canal 11:** crônicas de uma época. São Paulo: Ed. do Autor, 2010.

FERNANDES, Sandra Castiel. **TV Cultura de Porto Velho canal 11** - a primeira emissora de televisão em Rondônia. Gente de Opinião, Porto Velho, 14 abr. 2016. Disponível em: https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/sandra-castiel/tv-cultura-de-porto-velho-canal-11-a-primeira-emissora-de-televisao-em-rondonia. Acesso em: 4 abr. 2026.

FONTES, Raíssa. **Porto Velho completa 111 anos, mas os primeiros habitantes chegaram há milênios; entenda.** g1 RO, Porto Velho, 02 out. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2025/10/02/porto-velho-completa-111-anos-de-criacao-mas-os-primeiros-habitantes-chegaram-ha-milenios-entenda.ghtml. Acesso em: 4 abr. 2026.

FREIRES, Monica. **TV Rondônia é edificada e avança no espaço territorial.** Portal Amazônia. 8 set. 2021. Disponível em: https://portalamazonia.com/historias-da-amazonia/tv-rondonia-e-edificada-e-avanca-no-espaco-territorial/. Acesso em: 4 abr. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORAYEB, Anísio. **Do fundo do baú:** programa "Sociedade Quase Sempre". Gente de Opinião, Porto Velho, 3 abr. 2020. Disponível em: https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/anisio-gorayeb/do-fundo-do-bau-programa-sociedade-quase-sempre. Acesso em: 8 abr. 2026.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JOKURA, Tiago. **Como funciona uma rede de TV?** Super Interessante. 18 abr. 2011. Disponível em: https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-funciona-uma-rede-de-tv/. Acesso em: 1 jun. 2026.

LOST Media Brasil. **TV Cultura, Canal 11 de Porto Velho, a misteriosa e esquecida verdadeira primeira emissora de TV de Rondônia (1974).** Reddit. 2025. Disponível em: https://www.reddit.com/r/BrasilLostMedia/comments/1j0q9xf/tv_cultura_canal_11_de_porto_velho_a_misteriosa_e/. Acesso em: 3 jun. 2026.

MARTINS, Allysson; COLFERAI, S. A. Rascunhos para a história da imprensa de Rondônia: resgate do passado pelas memórias e períodos de formação dos jornais impressos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 9, p. 202-218, 2020. Disponível em: https://rbhm.revistaalcar.org/index.php/rbhm/pt_BR/issue/view/8. Acesso em: 1 abr. 2026.

MENEZES, Esron Penha de. **História antiga.** Alto Madeira, Porto Velho, ano 66, n. 14.856, 16 abr. 1984, p. 1-12. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pasta=ano%20197&pesq=cultura&pagfis=190. Acesso em: 14 abr. 2026.

MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Michaelis. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/. Acesso em: 8 jun. 2026.

PORTO Velho - RO. **Portal BSD.** Disponível em: https://portalbsd.com.br/terrestres_channels.php?cidade=109. Acesso em: 2 jun. 2026.

PORTO Velho - RO. **Line up.** Disponível em: https://www.lineup.tv.br/cidade.php?idC=75.

SANTIAGO, Abinoan; ROCHA, Paula Melani. Começo do Radiojornalismo na Amazônia: o mapeamento das primeiras iniciativas nos estados da região. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, ano 7, vol. 7, n. 1, jan./jun. 2020, p. 155-173. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ancora/article/view/51321. Acesso em: 1 abr. 2026.

TOWNES, Nelson. **A história esquecida do nascimento da TV em Porto Velho.** Gente de Opinião, Porto Velho, 24 set. 2007. Disponível em: https://www.gentedeopiniao.com.br/historia/a-historia-esquecida-do-nascimento-da-tv-em-porto-velho. Acesso em: 4 abr. 2026.

VOLPATO, Marcelo de Oliveira. TV Regional, configurações e limitações: a TV TEM. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 11., 2009, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009. p. 1-14. Disponível em:

http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2009/resumos/R17-0295-1.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

Posfácio

A pesquisa, o pesquisador e o caminho

Edna Mello

Pesquisar talvez seja uma das formas mais persistentes de cartografar o mundo. Não porque toda pesquisa produza mapas, ao menos não aqueles desenhados por linhas, escalas, coordenadas e legendas, mas porque investigar implica seguir vestígios, ler indícios, interpretar as marcas, identificar sujeitos, atravessar territórios e construir relações entre elementos que, antes do percurso, pareciam dispersos.

Há sempre alguma coisa de viajante no olhar do pesquisador: parte-se de uma pergunta e de algumas referências, mas não se conhece inteiramente o caminho que será percorrido. Os textos reunidos nesta obra podem ser lidos dessa maneira. São mapas de diferentes naturezas e escalas. Alguns percorrem arquivos; outros, plataformas. Alguns seguem a memória de jornalistas; outros contabilizam manchetes, examinam imagens televisivas ou transformam dados ambientais em informação. Há mapas construídos pela escuta de uma voz e mapas que revelam justamente a ausência de determinadas vozes. Há territórios geográficos — Amazônia, Amapá, Tocantins, Rondônia —, mas também territórios simbólicos, profissionais, midiáticos, tecnológicos e algorítmicos.

O que aproxima essas investigações talvez não esteja, portanto, apenas nos objetos que estudam, mas no gesto que as constitui. Pesquisar é encontrar relações onde antes havia dispersão. É reunir fragmentos e perguntar o que eles podem dizer quando colocados lado a lado. É fazer do vestígio uma fonte, da fonte um corpus e do corpus uma possibilidade de interpretação.

No entanto, apesar de indicar caminhos, todo mapa é provisório. Há sempre uma incompletude, uma brecha, uma esquina possível. O mapa das emissoras pode receber novos registros. O arquivo de Dona Raimunda pode revelar outras gravações. Os algoritmos mudam. As práticas jornalísticas mudam. Outros dados ambientais serão produzidos. Novas coberturas acontecerão. Outras entrevistas poderão contradizer ou ampliar as anteriores.

O pesquisador, portanto, não entrega o território encerrado; entrega um mapa possível daquele território em determinado tempo, construído a partir de determinadas perguntas e fontes.
E talvez seja essa incompletude que faz da pesquisa não um gesto de encerramento, mas de abertura. Cada artigo deste livro demarca alguns pontos e, ao fazê-lo, deixa outros por cartografar. Talvez seja essa uma das dimensões mais bonitas do nosso ofício: o pesquisador termina seu mapa sabendo que o território continua. E que, depois dele, alguém poderá voltar a percorrê-lo, encontrar outros vestígios, ouvir outras vozes, formular outras perguntas e desenhar novas rotas.

Aqui estão os pesquisadores e suas pesquisas. E aqui deixamos pistas para que outros possam segui-las. Porque pesquisar é também isso: percorrer caminhos abertos por outros e, ao caminhar, deixar caminhos possíveis para aqueles que virão depois. E eles virão.

Sobre os organizadores

LIANA VIDIGAL ROCHA

Jornalista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo. Possui mestrado, doutorado e Pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. É professora associada, na Universidade Federal do Tocantins, atuando no curso de Jornalismo e no mestrado em Comunicação e Sociedade. Lidera o Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq/UFT) desde maio de 2009. E-mail: lianavidigal@mail.uft.edu.br

ALAN MILHOMEM DA SILVA

Jornalista formado pela Universidade Federal do Maranhão/Campus Imperatriz. Especialização em Assessoria de Comunicação pela mesma instituição. Possui mestrado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins e doutorado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professor adjunto na Universidade Federal do Amapá, atuando no curso de Jornalismo e no mestrado em História. Também é professor colaborador no mestrado em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins e pesquisador no Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq/UFT). E-mail: alan.milhomem@unifap.br

VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO

Jornalista formado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT), doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), com Pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCom) da UFT. É professor do curso de Jornalismo e do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Rondônia (Unir). É líder do Grupo de Estudos em Comunicação Regional e Interseccionalidades (Gecori/Unir) e membro dos grupos de pesquisa COMUNI/UERJ e NEPJOR/UFT. E-mail: valmir.araujo@unir.br

Sobre os autores

ANA LUIZA DA SILVA DIAS

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM-UFT); graduada em Jornalismo pela UFT (2017); graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Multimídia (CNPq/UFT). E-mail: analuiza_sd@mail.uft.edu.br.

EDNA DE MELLO SILVA

Jornalista diplomada e Licenciada em Letras pela Universidade São Judas Tadeu-SP. Mestra e Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Pós- doutorado com pesquisa sobre história do telejornalismo pela UFRJ (2015) com bolsa da FAPERJ. Docente do Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). É líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Design e Tecnologias Digitais (CoDe/CNPq/Unifesp). É docente permanente do PPGCOM/UFT. E-mail: edna.mello@unifesp.br

JOICE DANIELLE NASCIMENTO PEREIRA

Jornalista graduada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestranda do Programa Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom - UFT) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado. Também é pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia - NepJor (CNPq/UFT), onde desenvolve pesquisas relacionadas a Jornalismo Esportivo e Televisão.
E-mail: joice.danielle@mail.uft.edu.br

DANILO BORGES E SILVA DE ARAÚJO

Jornalista graduado em Jornalismo em Multimeios pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre e doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE). É professor e pesquisador no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap), onde coordena o projeto de pesquisa Jornalismo Digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais. Integra o Núcleo de Estudo em Tecnologias Digitais, Conhecimento, Corpo e Subjetividade (Unifap), o Grupo de Estudos sobre Narrativas Audiovisuais Jornalísticas (GENAJOR/UFSC) e o grupo Rhecados – Hierarquizações Étnico-Raciais, Comunicação e Direitos Humanos (UNEB).
E-mail: daniloborgesa@unifap.br

ELLEN FERNANDA PINON DO ROSÁRIO SOUSA

Acadêmica de Jornalismo na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Integra o projeto de pesquisa Jornalismo Digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais e é bolsista de iniciação científica no projeto Estratégias de circulação do jornalismo digital de Macapá no Instagram e Facebook: formatos, engajamentos e plataformização.

E-mail: ellenpinonsousa@gmail.com

CLÁUDIO CHAVES PAIXÃO

Jornalista formado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestre em Comunicação e Sociedade pela UFT. Possui pós-graduação em Comunicação Pública e em Gestão de Pessoas, ambas pela Faculdade Iguaçu. Atua nas áreas de comunicação pública, radiojornalismo, memória e preservação de acervos radiofônicos. Integra o Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq/UFT). E-mail: ccpaixao@gmail.com

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0321-4616

RAILA VITORIA GUEDES DE SOUZA

Tecnóloga em Publicidade pelo Instituto Federal do Amapá (IFAP). Acadêmica de Jornalismo na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Integra o projeto de pesquisa Jornalismo Digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais.

E-mail: raila.souza2017@gmail.com

IARLEY DA SILVA AQUINO

Acadêmico de Jornalismo na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Integra o projeto de pesquisa Jornalismo Digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais; o Projeto de Salvaguarda da Memória do Macapá Hotel e da Residência do Governo do Amapá; e o Núcleo de Estudo em Tecnologias Digitais, Conhecimento, Corpo e Subjetividade (Unifap).

E-mail: iarleyaluno2025@gmail.com

RAISSA CRUZ DA SILVA

Acadêmica de Jornalismo na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Integra o projeto de pesquisa Jornalismo Digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais.

E-mail: raissacruzdasilva33@gmail.com

EUDENISE LOBATO DE LIMA

Acadêmica de Jornalismo na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Integra o projeto de pesquisa Jornalismo Digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais.

E-mail: eudeniselobato@gmail.com

LOGAN LEUDO PEIXOTO DA SILVA DOS SANTOS BATISTA

Acadêmico de Jornalismo na Universidade Federal de Rondônia (Unir). Integra o projeto de pesquisa Jornalismo e Interseccionalidades na Amazônia Ocidental: Mapeamento Histórico e Perspectivas da Mídia Regional de Rondônia e é bolsista de iniciação científica no projeto História do telejornalismo em Rondônia.

E-mail: log3402@gmail.com

https://orcid.org/0009-0004-8195-9682

EDUARDO SILVA DE LIMA

Acadêmico de Jornalismo na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Integra o projeto de pesquisa Mapa da Mídia do Amapá 2.0.

E-mail: eduardosl.2067@gmail.com

MARIA CLARA PRUDÊNCIO DE ARAÚJO

Jornalista formada pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: mariaclaravsprudencio@gmail.com

FERNANDA ALVES DE MENDONÇA

Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), em 2021, possui pós-graduação em Gestão de Crises nas Organizações Públicas e Privadas pela WPOS e é graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFT, desde 2011. Vencedora do Prêmio Sebrae de Jornalismo 2023, na etapa regional do Tocantins, na categoria Texto, possui experiência em jornalismo, assessoria de imprensa, comunicação política e produção de conteúdo jornalístico. Atualmente, é editora-chefe do site Comunica Tocantins e servidora pública da Prefeitura de Palmas (TO), onde atua na área de assessoria de imprensa.


EDUFT
Conhecimento na palma da mão